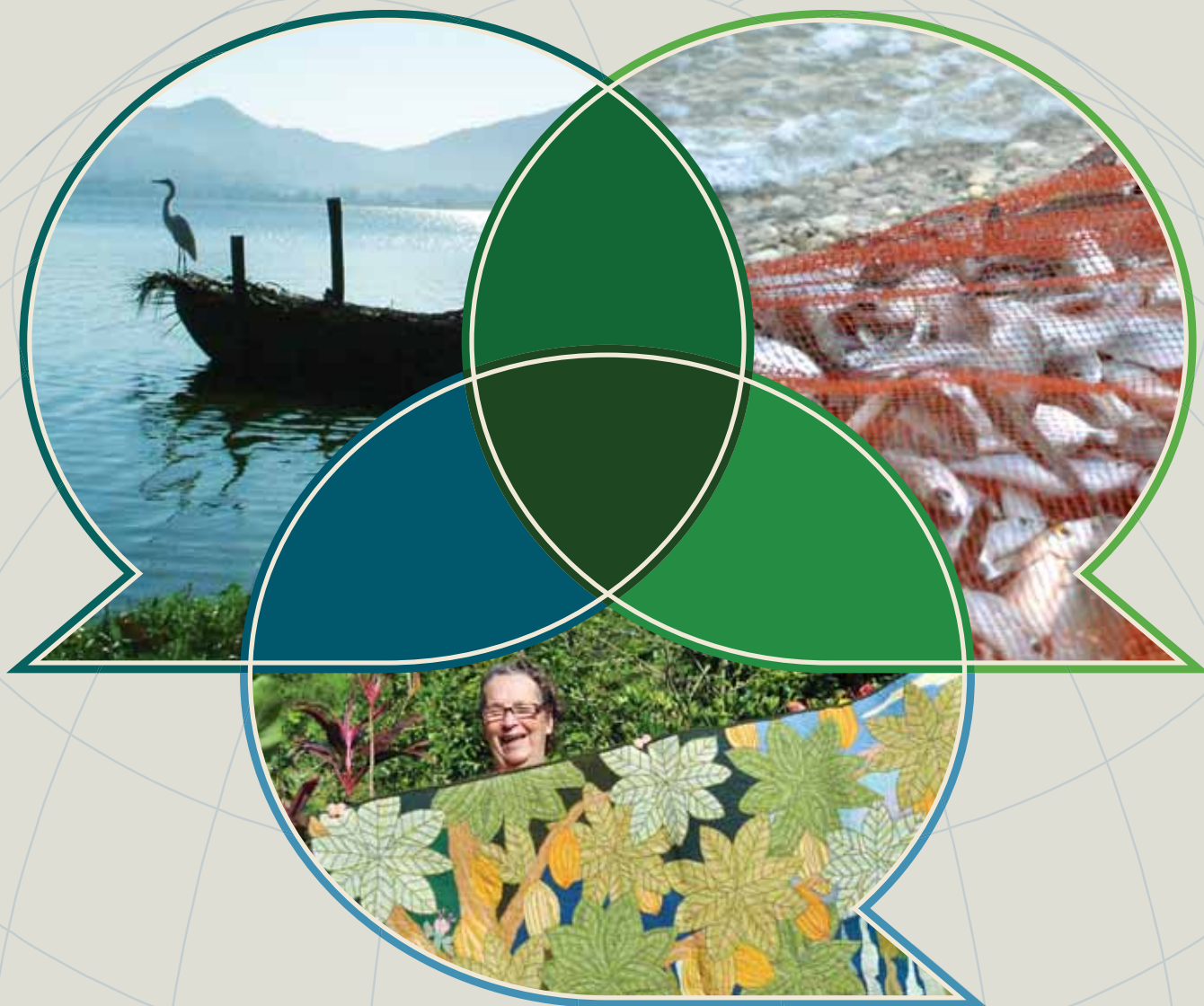
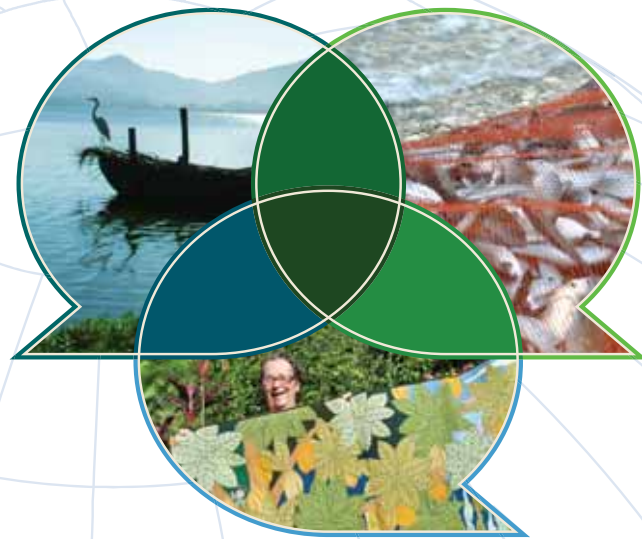




AGENDA 21

Maricá



AGENDA 21 COMPERJ

Grupo Gestor:

Petrobras

Gilberto Puig Maldonado

Ministério do Meio Ambiente

Karla Monteiro Matos (2007 a junho de 2010)
Geraldo Abreu (a partir de julho de 2010)

Secretaria de Estado do Ambiente (RJ)

Carlos Frederico Castelo Branco

Equipe:

Coordenação Geral:

Ricardo Frosini de Barros Ferraz

Coordenação Técnica:

Patricia Kranz

Redação:

Arilda Teixeira
Janete Abrahão
Kátia Valéria Pereira Gonzaga
Patricia Kranz
Thiago Ferreira de Albuquerque

Pesquisa:

Mônica Deluqui e Ruth Saldanha

Revisão de Conteúdo:

Ruth Saldanha

Revisão:

Bruno Piotto e Fani Knoploch

Leitura Crítica:

Cláudia Pfeiffer

Edição de Texto:

Vania Mezzonato / Via Texto

Colaboração:

Ana Paula Costa
Bruno Piotto
Hebert Lima
Liane Reis
Luiz Nascimento
Nathália Araújo e Silva

Fomento dos Fóruns:

Ana Paula Costa

Colaboração:

Leandro Quintão
Paulo Brahim
Roberto Rocco

Projeto Gráfico:

Grevy Conti Designers

Seleção e Tratamento de Imagens:

Maria Clara de Moraes

Fotos:

Ana Paula Costa, Desirée Freire, Flávia Lanari,
Jacson Vogel, Paulo Polônio, Roberto Rocco /
Banco de Imagens Petrobras: Beto Paes Leme,
Geraldo Falcão

Impressão:

Pancrom

MEMBROS DO FÓRUM DA AGENDA 21 DE MARICÁ

Primeiro Setor

Carlos Alves - Prefeitura Municipal de Maricá

Danniel Ferreira Vieira - Prefeitura Municipal de Maricá

Jacques Scochaczewski - Prefeitura Municipal de Maricá

Leonardo Nóbrega - Prefeitura Municipal de Maricá

Luciana Andrade Vianna - Prefeitura Municipal de Maricá

Mirian Leite da Silveira - Prefeitura Municipal de Maricá

Segundo Setor

Argélia Ruiz - Delicatessen Bendita Gula

Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque - Imobiliária Pedra do Silvado

Carlos Augusto Furtado Bezerra - Studio 54 Design e Produção

Oscar Abritta Rodrigues - Rotary Club

Vicente Raimundo da Silva - Rádio Sideral

Terceiro Setor

Fátima Cristina Souza da Silva - Grupo de Artistas de Maricá (GAM)

Flávia Lanari Coelho - Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá (Apalma)

Izidro Paes Leme Arthou - Associação dos Servidores Cíveis da Marinha (ASCM)

Maria de Fátima Magalhães Mano - Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Maricá (SPMM)

Spencer Ferreira - Associação dos Ostomizados de Maricá

Vera Lúcia dos Santos Braz - Cooperativa MariBorda

Vilson Francisco Correa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)

Comunidade

Adilson Pereira da Silva - Associação dos Moradores de Araçatiba (Amar)

Eduardo Silva de Souza - Federação das Associações de Moradores de Maricá (Fammar)

José Roberto Vieira Queiroz

Maria da Conceição Michiyio Koide - Associação dos Proprietários e Amigos do Condado de Maricá (Apac)

Romildo Santana Florêncio - Associação de Moradores de Zacarias (Amozac)

Úrsula Izabel Dias Araujo

Valter de Souza - Associação de Moradores de Costa Verde, Morada das Águias e Rincão Mimoso (Amcomar)

Um dos principais empreendimentos da história da Petrobras, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) deverá entrar em operação em 2013. Situado em Itaboraí, vai transformar o perfil socioeconômico de sua região de influência.

Ciente da necessidade de estabelecer um relacionamento positivo com as comunidades sob influência direta de suas operações, a Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e organizações da sociedade civil, desenvolveu uma metodologia para implementar a Agenda 21 Local nos municípios localizados no entorno do Comperj.

Em todo o mundo, já foram desenvolvidas mais de 5 mil Agendas 21 Locais, e diversas empresas utilizaram ou utilizam a Agenda 21 em seus processos de planejamento e alinhamento com a sustentabilidade. No entanto, não se conhece experiência anterior que tenha fomentado um processo em escala semelhante, nem que empregue a Agenda 21 como base de política de relacionamento e de comunicação, o que torna esta experiência uma estratégia empresarial inédita.

A implementação de Agendas 21 Locais colabora para estruturar modelos sustentáveis de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esclarece o papel de cada setor social nesse processo. Além disso, neste caso, contribui para que os municípios se preparem mais adequadamente para os impactos e oportunidades advindos do desenvolvimento impulsionado pelo Comperj e por outras empresas que se instalarão na região.

A Agenda 21 Comperj expressa o compromisso por parte da Petrobras, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e de todos os demais envolvidos, de promover um desenvolvimento pautado na sustentabilidade no entorno da região em que o Comperj se insere.

Esse esforço só foi possível devido à ampla participação de toda a sociedade. Assim, agradecemos a todas as instituições, empresas, associações e cidadãos que, voluntariamente, dedicaram seu tempo e esforços ao fortalecimento da cidadania em seus municípios em busca de um modelo de desenvolvimento que leve qualidade de vida para todos.

Estendemos nosso agradecimento também a todas as prefeituras e câmaras de vereadores, ao Poder Judiciário e a outros representantes do Primeiro Setor por sua participação ativa nesse processo.

Esperamos que a Agenda 21, fruto de trabalho intenso e amplo compromisso, contribua para a construção de um futuro de paz e prosperidade para esta e as próximas gerações. Transformá-la em realidade é uma tarefa de todos.

Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj



Carta à população

A Agenda 21 foi um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), realizada no Rio de Janeiro, em 1992. É um documento que estabeleceu a importância de cada país se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

A busca de desenvolvimento, tão necessária para Maricá, deve estar ligada à noção de cidade sustentável para que se possam explorar de maneira adequada os recursos naturais sem degradar o meio ambiente, e para que todos, indistintamente, sejam incluídos na sociedade, desfrutando de um ambiente equilibrado.

A atual gestão municipal reafirma o seu compromisso com a implantação dos princípios da Agenda 21, bem como ao estímulo a participação social. O direito à cidade sustentável deve ser buscado não só pelos gestores públicos, através da efetivação de políticas de planejamento urbano, mas também pela coletividade, que deve ter consciência da importância de seu papel na preservação ambiental e procurar exercer a cidadania, mediante a participação no planejamento da cidade.

Neste sentido, expressamos nosso agradecimento a todos que vêm se empenhando na implantação da Agenda 21 local em Maricá, e convidamos toda a população a se informar e fazer parte deste processo, tão importante para o nosso município.

Washington Luiz Cardoso Siqueira

Prefeito do Município de Maricá



CARTA À POPULAÇÃO

Todos os homens do mundo, na medida em que se unem entre si em sociedade, trabalham, lutam e melhoram a si mesmos.

Antonio Gramsci

É difícil expressar o sentimento pela implantação da Agenda 21 Local. O ser humano sempre reage às mudanças de acordo com seus princípios e interesses. Porém, em momentos difíceis, é comum que se unam para sobreviver ao caos. Não poderia ser diferente. Inicialmente, um grupo de pessoas, quase estranhas entre si, se reuniu para discutir o futuro do município. Muita coisa foi dita e analisada. Muito se aprendeu com cada um. Ações conjuntas foram tomando forma. Ideias fortes foram surgindo. Uma delas era a criação de uma Agenda 21 para o município, o que, naquele momento, era uma ideia ousada. Enquanto se discutiam as maneiras de obter sucesso nesta e em outras empreitadas, surgiu mais uma notícia: a Petrobras, de forma muito inteligente, fomentou a Agenda 21 Local, através do projeto Agenda 21 Comperj, nos municípios que seriam diretamente impactados com o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Maricá é uma cidade com belezas naturais exuberantes e curiosamente preservadas, com vegetação de Mata Atlântica, mais de 40 quilômetros de praias, vegetais e animais endêmicos, sítios arqueológicos e o povo tradicional, representado pela comunidade caiçara de Zacarias. Sabemos que não há crescimento sem desenvolvimento e que Maricá tem vocação para o ecoturismo, mas estamos empenhados em que a cidade tenha um desenvolvimento sustentável.

O município é membro do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), que busca políticas públicas integradas para a região, com justiça social e desenvolvimento sustentável.

Foram anos de trabalho para conscientizar as pessoas da importância desse processo e da unidade de ação. Mas, como em todo trabalho com transparência e seriedade, as pessoas foram se conscientizando de que era necessário trabalhar em equipe, com o único objetivo de implantar a Agenda 21 Local, para termos uma Maricá sustentável.

Esperamos que a Agenda 21 de Maricá possa gerar tantos bons resultados quantas foram as horas de discussão, de isolamento, de acertos e desacertos que enfrentamos. Esperamos, sinceramente, que cada um dos futuros participantes tenha a certeza de

que aquilo que está aqui apresentado é, na medida do possível, a realidade vista da forma atual, que poderá não ser a mais correta no futuro, mas, certamente, é a mais adequada no momento.

Cordialmente,



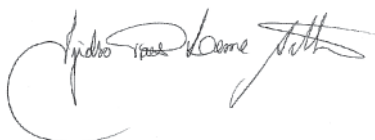
Luciana Andrade Vianna

1º Setor



Vicente Raimundo da Silva

2º Setor



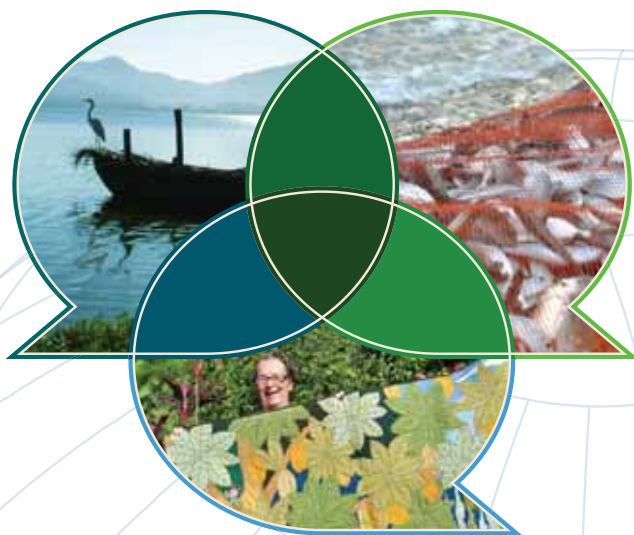
Izidro Paes Leme Arthou

3º Setor



Adilson Pereira

Comunidade



Sumário

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21.....	15
A Agenda 21 Local.....	16
A Agenda 21 no Brasil.....	17
O COMPERJ.....	18
Agendas 21 Locais na Região.....	18
Premissas.....	19
Organização da Sociedade.....	19
Metodologia.....	20
Desafios e Lições Aprendidas.....	24
O MUNICÍPIO DE MARICÁ.....	27
Um pouco da história de Maricá.....	28
Processo de construção da Agenda 21 Local.....	28
AGENDA 21 DE MARICÁ.....	31
Para ler a Agenda.....	31
Vetores Qualitativos.....	32
Vocação e Visão.....	35
ORDEM AMBIENTAL.....	37
Recursos Naturais.....	38
Recursos Hídricos.....	44
Biodiversidade.....	49
Mudanças Climáticas.....	53

ORDEM FÍSICA.....	57
Habitação.....	58
Saneamento.....	63
Mobilidade e Transporte.....	70
Segurança.....	73
 ORDEM SOCIAL.....	 77
Educação.....	78
Educação Ambiental.....	82
Cultura.....	85
Saúde.....	88
Grupos Principais.....	92
Padrões de Consumo.....	97
Esporte e Lazer.....	99
 ORDEM ECONÔMICA.....	 103
Geração de Trabalho, Renda e Inclusão Social.....	104
Agricultura.....	111
Indústria e Comércio.....	115
Turismo.....	118
Geração de Resíduos.....	121
 MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO.....	 125
Ciência e Tecnologia.....	126
Recursos Financeiros.....	128
Mobilização e Comunicação.....	134
Gestão Ambiental.....	137
 AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO.....	 141
Programas ambientais.....	141
Projetos sociais.....	143
 GLOSSÁRIO (SIGLAS).....	 146
PARTICIPANTES.....	150
CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS.....	158

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21

*A sustentabilidade não tem a ver apenas com a biologia,
a economia e a ecologia, tem a ver com a relação que
mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza.
(Moacir Gadotti)*

A vida depende essencialmente do que a Terra oferece – água, ar, terra, minerais, plantas e animais. Todavia, há algumas décadas, esses recursos naturais vêm dando sinais de esgotamento ou de degradação, principalmente em função do consumo dos seres humanos, que estão se apropriando de cerca de 20% da produção mundial de matéria orgânica. Como um planeta com recursos em grande parte finitos pode abrigar e prover a crescente população de seres humanos e as demais espécies que nele vivem?

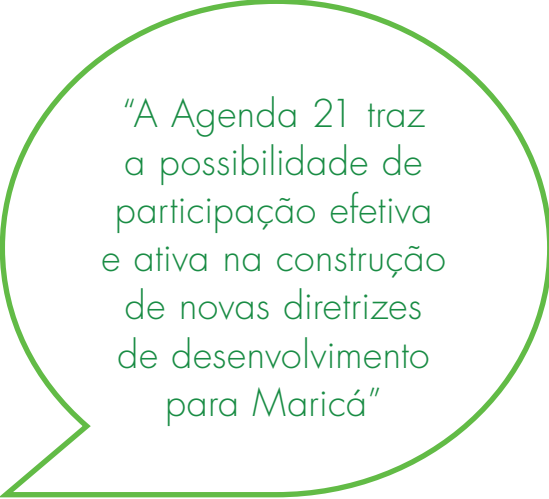
Evidências científicas sobre os crescentes problemas ambientais levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a reunir 113 países, em 1972, no primeiro grande evento internacional sobre o meio ambiente – a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. Uma das conclusões do encontro foi que era preciso rever a própria noção de desenvolvimento. Para tanto, foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, em 1987, publicou o relatório “Nosso Futuro Comum”, no qual foi consagrado o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

A Comissão declarou que a economia global, para atender às necessidades e interesses legítimos das pessoas, deve crescer de acordo com os limites naturais do planeta e lançou o conceito de sustentabilidade. “A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável – de assegurar que ele *atenda às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades.*”

Em busca desse novo modelo de desenvolvimento, em 1992 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro e que ficou conhecida como Rio-92. Tratou-se, na época, do maior evento voltado para o meio ambiente até então realizado pela ONU, contando com a representação de 179 nações e seus principais dirigentes.

Um dos principais resultados da Rio-92 foi o documento do Programa Agenda 21, que aponta o desenvolvimento sustentável como o caminho para reverter tanto a pobreza quanto a destruição do meio ambiente. O documento lista as ações necessárias para deter, ou pelo menos reduzir, a degradação da terra, do ar e da água e preservar as florestas e a diversidade das espécies de vida. Trata da pobreza e do consumo excessivo, ataca as desigualdades e alerta





“A Agenda 21 traz a possibilidade de participação efetiva e ativa na construção de novas diretrizes de desenvolvimento para Maricá”

para a necessidade de políticas de integração entre questões ambientais, sociais e econômicas.

Em seus 40 capítulos, o documento detalha as ações esperadas dos governos que se comprometeram com a Agenda 21 e os papéis que cabem a empresários, sindicatos, cientistas, professores, povos indígenas, mulheres, jovens e crianças na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo.

A Agenda 21 local

Mais de dois terços das declarações da Agenda 21 adotadas pelos governos nacionais participantes da Rio-92 não podem ser cumpridos sem a cooperação e o compromisso dos governos locais. Em todo o documento há uma forte ênfase na “ação local” e na administração descentralizada.

Mais precisamente, a ideia da elaboração das Agendas 21 Locais vem do capítulo 28 da Agenda 21, o qual afirma que é no nível local que as ações ocorrem concretamente e, assim, as comunidades que usam os recursos naturais para sua sobrevivência é que podem ser mais eficientemente mobilizadas para protegê-los.

A Agenda 21 Local é um processo de elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e de sua implementação por meio da formação de parcerias entre autoridades locais e outros setores, orientando-os rumo ao futuro desejado.

O processo de construção de Agendas 21 Locais se inicia com um levantamento dos problemas, preocupações e potencialidades de cada território, seguido da elaboração de um plano local de desenvolvimento sustentável, de forma consensual e com ampla participação de todos os setores da sociedade.

A construção das Agendas 21 Locais se dá por meio dos Fóruns de Agenda 21, espaços de diálogo onde representantes de diversos setores da sociedade se reúnem regularmente para acompanhar a construção das Agendas 21 Locais e a viabilização dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A construção de Agendas 21 Locais é um processo contínuo – e não um único acontecimento, documento ou atividade. Não existe uma lista de tarefas a executar, mas uma metodologia que envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser escolhidas de acordo com as circunstâncias e prioridades locais, e que deverão ser constantemente trabalhadas e atualizadas.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de determinado território que envolve a implantação de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidas as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

A Agenda 21 no Brasil

O processo de elaboração da Agenda 21 brasileira se deu entre 1996 e 2002, e foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS). Durante esse período, cerca de 40 mil pessoas em todo o País foram ouvidas, em um processo que valorizava a participação cidadã e democrática.

No ano seguinte ao término da sua elaboração, a Agenda 21 brasileira foi alocada como parte integrante do Plano Plurianual (PPA) do governo federal – o que lhe proporcionou maior força política e institucional – e deu-se início à fase de implementação.

A Agenda 21 brasileira cita quatro dimensões básicas no processo de construção do desenvolvimento sustentável:

Ética – demanda que se reconheça que o que está em jogo é a vida no planeta e a própria espécie humana;

Temporal – determina a necessidade de planejamento a longo prazo, rompendo com a lógica imediatista;

Social – expressa o consenso de que o desenvolvimento sustentável só poderá ser alcançado por uma sociedade democrática e mais igualitária;

Prática – reconhece que a sustentabilidade só será conquistada por meio da mudança de hábitos de consumo e de comportamentos.

Assim como nos demais países, a Agenda 21 brasileira não pode ser cumprida sem a cooperação e o compromisso dos governos locais.

○ COMPERJ

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), um dos principais empreendimentos da Petrobras no setor petroquímico, está sendo construído no município de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro.

Quando entrar em operação, o complexo agregará valor ao petróleo nacional e reduzirá a necessidade de importação de derivados e produtos petroquímicos. Além disso, atrairá novos investimentos e estimulará a criação de empregos diretos, indiretos e por efeito renda, modificando o perfil socioeconômico da região do leste fluminense.

Para mais informações sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, acesse o *site* www.comperj.com.br

Mapa 1: Área de atuação da Agenda 21 Comperj



Agendas 21 locais da região do Comperj

O projeto Agenda 21 Comperj é uma iniciativa de responsabilidade socioambiental da Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, que formam o Grupo Gestor do projeto. É parte do programa de relacionamento que a companhia está promovendo junto aos 15 municípios localizados nas proximidades do Comperj: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis. Juntos, estes municípios representam uma área de 8.116 km², com mais de oito milhões de habitantes, dos quais seis milhões correspondem à população do município do Rio de Janeiro.

O objetivo do projeto é criar e fomentar processos de Agenda 21 Locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável em toda a região e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes, hoje e no futuro.

O projeto Agenda 21 Comperj foi realizado simultaneamente em todos os municípios participantes, com exceção do Rio de Janeiro. Este município se encontra na fase de Consolidação Municipal (ver Metodologia), devido à complexidade local e aos planos de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ainda em elaboração.

A descrição e os documentos gerados em cada etapa podem ser encontrados no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Com o lançamento das Agendas e a implementação dos Fóruns Locais em cada município, o projeto é encerrado, e os Fóruns passam a ser acompanhados pelo Programa Petrobras Agenda 21 e a se relacionar diretamente com o Comperj.

Uma vez finalizadas, as Agendas 21 passam a ser uma referência para a implantação de políticas públicas e ações compensatórias e de responsabilidade socioambiental de empresas que deverão se instalar na região.

Premissas

O projeto Agenda 21 Comperj adota as premissas de construção de Agenda 21 preconizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA):

- Abordagem multissetorial e sistêmica, que envolve as dimensões econômica, social e ambiental;
- Sustentabilidade progressiva e ampliada, ou seja, construção de consensos e parcerias a partir da realidade atual para o futuro desejado;
- Planejamento estratégico participativo: a Agenda 21 não pode ser um documento de governo, mas um projeto de toda a sociedade;
- Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e ao engajamento de pessoas, instituições e organizações da sociedade;
- Processo tão importante quanto o produto;
- Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento.

Organização da sociedade

O projeto Agenda 21 Comperj substituiu a divisão paritária da malha social entre governo e sociedade civil, comumente adotada, pela divisão em quatro setores – público, privado, sociedade civil organizada e a comunidade – no

"O Comperj é uma oportunidade de crescimento para a população, mas não podemos perder o controle social e a qualidade de vida e ambiental de Maricá "

intuito de identificar mais detalhadamente as demandas locais, fortalecendo a representação dos diversos segmentos.

SETORES	REPRESENTAÇÃO
Primeiro	Prefeituras, Câmaras de Vereadores, poderes Legislativo e Judiciário, órgãos e empresas públicos
Segundo	Empresas de capital privado, associações e federações do setor produtivo
Terceiro	ONGs, sindicatos, associações de classe, clubes, fundações
Comunidade	Associações de moradores e de pescadores, e cidadãos em geral

Metodologia

A metodologia do Projeto Agenda 21 Comperj é constituída de cinco etapas:

- 1) Mobilização da Sociedade;
- 2) Construção Coletiva;
- 3) Consolidação Municipal;
- 4) Formalização dos Fóruns Locais;
- 5) Finalização das Agendas.

A descrição resumida dessas etapas e dos produtos delas resultantes se encontra nas tabelas das páginas seguintes e de forma mais detalhada no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Para executar as quatro primeiras fases, foram contratadas, por meio de licitação, quatro Organizações Não Governamentais – Instituto Ipanema, Instituto de Estudos da Religião – Iser, Rodaviva e Associação de Serviços Ambientais – ASA –, encarregadas da mobilização dos setores sociais e da facilitação de oficinas.

Para o acompanhamento da fase de Finalização das Agendas, incluindo redação, diagramação, impressão e eventos de lançamento, foram contratados consultores especializados.

Como resultado deste processo, as diferentes demandas da sociedade foram identificadas e sistematizadas em um mapeamento detalhado do cenário local, contemplando anseios, propostas e visões dos quatro setores dos municípios abrangidos.

Com a sociedade local representada nos Fóruns de maneira paritária e com um objetivo comum, foi possível construir os Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

Ao final das cinco etapas, as Agendas 21 Comperj compõem um mosaico do contexto regional e oferecem uma visão privilegiada do cenário no qual o Complexo Petroquímico será instalado, indicando as potencialidades que podem ser aproveitadas em benefício de todos, fortalecendo a cidadania e a organização social.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Mobilização da Sociedade Março de 2007 a Janeiro de 2008	Caravana Comperj, em cada município, para: • Apresentar o Comperj, o projeto de Agenda 21 e as demais ações planejadas para a região; • Identificar lideranças e atores estratégicos locais; • Sensibilizar e mobilizar os setores; • Envolver a comunidade no processo; • Divulgar o calendário de eventos relacionados à Agenda 21.	Na região: • 15 Caravanas Comperj realizadas; • 1.589 representantes do poder público, 900 da iniciativa privada, 850 do Terceiro Setor e 5.038 municípios em geral, movimentos populares e associações de moradores mobilizados para a fase seguinte do processo; • Fórum Regional da Agenda 21 Comperj criado em reunião com a presença de 2.700 pessoas.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação e responsabilidade operacional
Construção Coletiva Janeiro a Setembro de 2008	Seis reuniões por setor em cada município para: • Fortalecer os setores, identificar seus interesses e promover o alinhamento da visão de cada um sobre o município; • Realizar o Levantamento das Percepções Setoriais (LPS), identificando preocupações e potencialidades; • Elaborar Planos de Ação Setoriais; • Eleger sete representantes de cada setor.	Na região: • 369 reuniões ordinárias e 197 extraordinárias realizadas; • 292 representantes eleitos para participação nas atividades da fase seguinte. Em cada município: • Estágios de desenvolvimento do município em relação aos 40 capítulos da Agenda 21 Global identificados (Vetores Qualitativos)¹; • Preocupações e potencialidades de cada setor identificadas; • Planos Setoriais elaborados; Setores sociais fortalecidos e integrados.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Fundação José Pelúcio (UFRJ) ONGs Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA Fórum Regional Agenda 21 Comperj	Coordenação estratégica Coordenação executiva Responsabilidade operacional Monitoramento

1 Os Vetores Qualitativos foram elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a construção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a relacioná-los com a realidade local e planejar aonde gostariam de chegar.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Consolidação Municipal Novembro de 2008 a Junho de 2009	Duas oficinas com os representantes dos quatro setores de cada município para: • Integrar os setores, orientando-os para um objetivo comum: o desenvolvimento sustentável do município; • Obter consenso sobre os estágios dos vetores estabelecidos pelos quatro setores; • Obter consenso sobre as preocupações e potencialidades elencadas pelos quatro setores; • Identificar a vocação e construir uma visão de futuro para o município com base na realidade local, bem como oportunidades e demandas decorrentes da implantação do Comperj; • Elaborar um plano de ação com base nos temas estruturantes de planejamento; Elaborar o detalhamento preliminar de propostas para viabilizar o plano de ação.	Na região: 30 oficinas de 20 horas cada. Em cada município: • Consenso acerca das preocupações e potencialidades municipais e estágios dos vetores identificados; • Planos de ação municipais elaborados; • Primeira versão de Vocação e Visão de Futuro do município; • Propostas de ação detalhadas, prioridades e próximos passos estabelecidos e possíveis parceiros e fontes de financiamento identificados; • Setores sociais integrados em um Fórum da Agenda 21.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação estratégica e executiva
			Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA	Responsabilidade operacional e metodológica
			Consultoria	ILTC ²

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES		
Formalização dos Fóruns Locais Julho a Dezembro de 2009	Duas oficinas em cada município para: • Orientar os Fóruns para sua organização, estruturação e formalização através de projeto de lei ou decreto; • Desenvolver o Regimento Interno; • Aprimorar a vocação e a visão de futuro municipal; • Realizar a análise técnica das propostas de ação.	Na região: • 28 oficinas e diversas visitas técnicas realizadas; • Portal na internet para relacionamento e divulgação do projeto lançado. Em cada município: • Decreto ou projeto de lei criando o Fórum da Agenda 21 Local aprovado; • Regimento interno do Fórum elaborado; • Fórum organizado com estruturas de coordenação, secretaria executiva e grupos de trabalho; • Primeira versão do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável finalizada; • Segunda versão da vocação e da visão de futuro municipal desenvolvida; • Propostas de ação analisadas tecnicamente.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade operacional e metodológica	
Finalização das Agendas Janeiro de 2010 a Junho de 2011	Consultoria e serviços para: • Pesquisar dados estatísticos e informações técnicas; • Levantar e produzir material visual; • Redigir, editar, revisar, diagramar e imprimir as Agendas. Duas oficinas em cada município, para: • Validar os textos de diagnósticos; • Atualizar e validar as propostas de ação. Cinco encontros de coordenação dos Fóruns de Agenda 21 Locais para: • Promover a integração e fomentar o apoio mútuo entre os Fóruns locais. Encontros, reuniões locais e contato permanente para: • Fortalecer a integração do Fórum com o poder público local; • Desenvolver e fomentar o Fórum Local.	Na região: • 28 oficinas e diversos encontros e reuniões locais e regionais realizados; • Comitê Regional da Agenda 21 Comperj estruturado para apoiar os Fóruns e planejar e facilitar ações regionais ou intermunicipais. Em cada município: • Fórum de Agenda 21 Local em funcionamento; • Agenda 21 Local publicada e lançada; • Site do Fórum Local em funcionamento; • Vídeo da Agenda 21 local produzido.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Consultores contratados	Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade técnica e operacional

DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Processos participativos são sempre muito complexos. A ordem de grandeza deste projeto – 15 municípios envolvidos e mais de 8 mil participantes diretos – se por um lado o tornava mais estimulante, por outro aumentava os desafios para o sucesso da iniciativa.

O primeiro deles foi o fato de se tratar de um projeto iniciado pela Petrobras tendo como elemento definidor do território de atuação os municípios influenciados pela implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Em geral, processos de Agenda 21 Local são iniciados pelo poder público municipal ou por organizações da sociedade civil, sendo, por vezes mais difícil obter a adesão do Segundo Setor. Além disso, empresas do porte da Petrobras despertam resistências e expectativas muitas vezes desmedidas.

No entanto, a atenção dedicada ao projeto, coordenado e acompanhado pela Petrobras, e a transparência na condução dos processos minimizaram posturas negativas e foram decisivas para conseguir o comprometimento de todos os participantes.

A inovação metodológica de iniciar o trabalho dividindo os segmentos sociais foi bem-sucedida, propiciando que os interesses ficassem bem definidos e alinhados internamente nos setores e, depois, igualmente representados. Embora o sistema simplificado de indicadores – os Vetores Qualitativos – precise ser aperfeiçoado, ficou clara sua utilidade para que todos tomassem conhecimento do conteúdo da Agenda 21. No entanto, a complexidade de alguns temas e a falta de correspondência de outros com a realidade local dificultaram a compreensão de alguns participantes.

O tempo dedicado às etapas iniciais constituiu uma limitação para uma melhor identificação de lideranças representativas, para que novas pessoas se incorporassem ao processo e para a capacitação dos participantes em tantos e tão variados temas. Estes percalços foram trabalhados nas etapas seguintes.

Outra questão foi o equilíbrio delicado entre usar a mesma metodologia para todos os municípios e fazer as adaptações necessárias às diferentes realidades encontradas. Quanto mais o processo evoluía, mais as diferenças se acentuavam. Mesmo assim, foi possível alcançar um resultado que reflete as peculiaridades de cada município e o grau de maturidade de cada grupo mantendo uma estrutura semelhante e apoiando a todos da mesma forma.

A construção do consenso em torno das preocupações, potencialidades e ações identificadas foi bem-sucedida graças à concordância em torno de objetivos comuns, ao estabelecimento de regras claras e à ação de facilitadores experientes. A consolidação dos Fóruns requer uma boa compreensão do que

é representatividade e tempo para que esta se desenvolva. O debate sobre o Regimento Interno foi um momento rico e determinante para a sustentabilidade dos Fóruns. Assim, foi encaminhado sem pressa, com foco nos valores que cada grupo desejava adotar e por meio do desenvolvimento de critérios para a tomada de decisão.

A criação de um portal com um *site* para cada município, com notícias atualizadas, divulgação de oportunidades, editais e boas práticas, biblioteca, vídeos e ferramentas de interatividade, como o *chat*, traz inúmeras possibilidades de comunicação, funcionando como uma vitrine do projeto e uma janela dos Fóruns para o mundo.

Além de democratizar e dar transparência às atividades de cada Fórum Local, o portal proporciona a troca de experiências entre eles, criando uma sinergia para seu desenvolvimento. As limitações de acesso à internet na região são uma barreira que esperamos seja superada em breve.

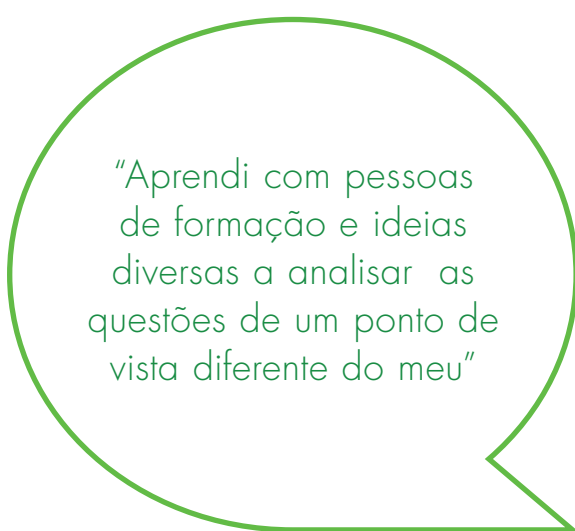
Finalmente, a integração entre os saberes técnico e popular é um dos aspectos mais gratificantes do processo e foi conduzida cuidadosamente com a construção dos textos das Agendas a partir do contato constante com os Fóruns. As preocupações e potencialidades indicadas por consenso nas reuniões foram suplementadas por informações técnicas obtidas de diversas fontes, como institutos de pesquisa, prefeituras e agências governamentais diversas.

O processo de consulta continuou durante a etapa de finalização da Agenda. Sempre que as informações coletadas divergiam da percepção dos participantes e quando incongruências ou questões técnicas eram identificadas, os consultores se dedicavam a dirimir as dúvidas, por telefone, *e-mail* ou em reuniões presenciais. Os Fóruns também se empenharam em qualificar o trabalho realizado, que foi aprimorado progressivamente. A evolução deste processo pode ser verificada nos documentos postados no *site* de cada município na internet.

Ao longo do processo foram necessárias diversas adaptações, naturais em processos participativos, já que estes, por sua natureza, não ocorrem exatamente de acordo com o planejado. Todos os envolvidos aprenderam a flexibilizar suas expectativas e atitudes em prol do bem comum.

O resultado que apresentamos agora é a síntese deste percurso de mais de três anos, durante os quais foram construídas novas relações e aprofundado o entendimento de todos os envolvidos sobre o modelo de desenvolvimento almejado para a região. A diversidade é uma premissa da sustentabilidade e, assim como a participação, demanda transparência e responsabilidade individual e coletiva pelos resultados alcançados.

Um processo de Agenda 21 Local é a construção participativa do consenso possível entre interesses diversos, com o objetivo comum de promover a



“Aprendi com pessoas de formação e ideias diversas a analisar as questões de um ponto de vista diferente do meu”

qualidade de vida e a justiça social, sem perder de vista os limites impostos pelo planeta e tendo um futuro sustentável como horizonte comum.

A Agenda 21 publicada é o início da jornada rumo a este futuro.



Membros do Fórum da Agenda 21 de Maricá

O MUNICÍPIO DE MARICÁ

Área total: 363,81 km²

População: 127.519 habitantes (IBGE – 2010)

Economia: Comércio e serviços

PIB: R\$947.018 mil (IBGE – 2008)

Participação PIB estadual: 0,28% (Ceperj – 2007)

De acordo com historiadores, a palavra Maricá pode ter duas origens: para Teodoro Sampaio, ela viria de dois termos indígenas: *mari* + *caá*, que significam, respectivamente, *espinheiro* e *mata*. De fato, ainda hoje existe na região grande quantidade de pequenas árvores espinhosas que o povo chama de *Maricá*. Para Macedo Soares, o termo é corruptela de *maraca*, devido à semelhança entre os sons produzidos pelas favas secas da planta *mari* e o som da *maraca*, instrumento musical originário dos índios.

Rodeada por serras – entre elas, a Serra da Tiririca, um parque estadual com valioso trecho de Mata Atlântica –, Maricá apresenta um dos maiores complexos lagunares do estado, com rios, lagoas, riachos e brejos. Seu território corresponde à bacia hidrográfica deste sistema lagunar, fato bastante raro. Desta forma, praticamente todos os rios nascem e deságuam dentro do município.

Maricá é conhecido por suas belas praias oceânicas e topografia, que criam um ambiente propício à prática de esportes. A Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Maricá, tipicamente de restinga, abriga a comunidade pesqueira tradicional de Zacarias, presente na região desde o século 18, e importantes sítios arqueológicos.

Com uma grande faixa urbana de baixa ocupação, a maior parte dos domicílios é de uso permanente, sobretudo no Centro da cidade e nas localidades mais antigas. Já nas áreas do litoral e nas margens das lagoas, a maioria das residências é de veraneio.

Maricá já foi um município agrícola, mas recentemente vêm ocorrendo uma divisão de propriedades e a construção de condomínios destinados à população flutuante e àquela oriunda das grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, que buscam tranquilidade na aposentadoria.

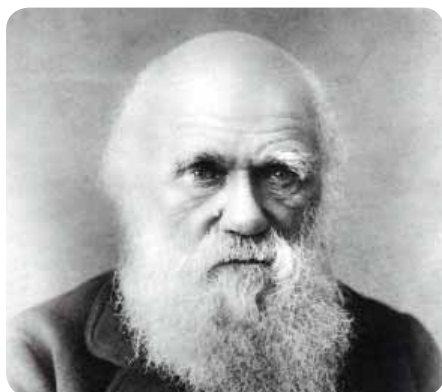
Produto Interno Bruto (PIB) –

Indicador que mede a produção de um território, segundo três grupos principais: agropecuária (agricultura, extrativa vegetal e pecuária); indústria (extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil); e serviços (comércio, transporte, comunicação e serviços da administração pública, entre outros).



Vista aérea da Barra de Maricá, Divinéia, Ponta do Fundão e Ilha Cardosa, as duas últimas integrantes da APA de Maricá

Um pouco da história de Maricá



O naturalista **Charles Darwin** faz menção à Itaocaia em seu livro *Diário de um Naturalista ao Redor do Mundo*. Na obra, ao narrar a travessia da Serra da Tiririca, após deixar o “pequeno vilarejo de Itaocaia”, onde havia um quilombo, o cientista denuncia os maus-tratos sofridos pelos escravos, e conta que era famosa a história de uma “velha” que, ao ser capturada por soldados com seu grupo de quilombolas, havia se atirado de um morro.

O povoamento de Maricá resultou da necessidade da Coroa Portuguesa de defender, no século 16, o litoral brasileiro do ataque dos piratas franceses. Para isto, Dom João VI, rei de Portugal, criou o regime de capitanias hereditárias, doando sesmarias a cristãos que ficavam obrigados a garantir o uso produtivo da terra e o sucesso do esforço de povoamento. A região de Maricá fazia parte de uma sesmaria concedida em 1574 ao colonizador Antônio de Mariz ou Marins.

Os primeiros habitantes se instalaram na região que hoje corresponde a São José de Imbassai, quando, em 1635, foi fundada a fazenda São Bento, recebida em doação pelos monges beneditinos do Rio de Janeiro. Da sede da ordem e da capela não sobraram nenhum vestígio. No fim do século 18, uma nova capela foi erguida ao lado da antiga, dedicada a São José.

O clima insalubre daquelas margens da lagoa, pouco a pouco, levou as novas famílias de moradores a mudarem-se para o outro lado. A povoação foi crescendo com novas fazendas e a chegada de padres. Em 1775, é criada a Paróquia Nossa Senhora do Amparo de Maricá e, em 1788, começa a construção da igreja matriz, inaugurada 1802, cuja arquitetura e imagens valiosas fazem dessa obra um importante patrimônio do município. O povoado tinha cerca de 800 casas e 4.800 habitantes quando a Vila de Santa Maria de Maricá foi criada pelo príncipe regente Dom João, em 1814.

A população de Maricá descende, majoritariamente, de índios Tupis, de colonizadores açorianos e de escravos trazidos para trabalhar nas grandes fazendas, como as de São Bento, Inoã, Bambuí, Bananal e Itaocaia.

A prédio da Câmara testemunhou boa parte da história de Maricá. Ao longo dos anos, sediou a cadeia, a delegacia de polícia, a prefeitura, o Banco do Brasil etc. Atualmente, é a sede da Casa de Cultura.

O processo de construção da Agenda 21 Local

Em 13 de junho de 2007, a Caravana Comperj da Petrobras visitou Maricá para divulgar o empreendimento e as ações de relacionamento propostas para a região, convidando lideranças a participar do processo de construção da Agenda 21 Local.

Em 25 de setembro daquele ano, em reunião em Itaboraí, com a presença de cerca de 2.700 pessoas dos 14 municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, foi escolhido um representante de cada segmento

social (governo, empresariado, ONGs e comunidade), por município, para formar o Fórum Regional da Agenda 21 Comperj.

Assim, cada município tinha quatro representantes neste Fórum, que ficou responsável pelo monitoramento dos encontros e pelo andamento das Agendas 21 municipais. O Fórum Regional tinha caráter consultivo ao Grupo Gestor e a tarefa de facilitar a integração de ações regionais ou de grupos de municípios.

Em dezembro de 2007, quatro ONGs – ASA, Instituto Ipanema, Instituto Roda Viva e Iser – iniciaram o trabalho de mobilização específica para cada setor, utilizando as estratégias mais adequadas a cada um.

Em janeiro de 2008, iniciou-se uma rodada de três reuniões para o levantamento das percepções de cada segmento, utilizando Vetores Qualitativos elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a promoção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a planejar aonde gostariam de chegar.

Após a leitura do título dos capítulos e da descrição de cada estágio, era solicitado aos participantes que escolhessem aquele que melhor retratasse Maricá. Nas duas reuniões seguintes, os resultados orientaram a produção de um painel de preocupações e potencialidades locais.

Foram realizados mais três encontros por setor, nos quais os participantes definiram as ações necessárias para prevenir ou mitigar as questões identificadas como preocupações e para aproveitar, da melhor forma possível, as potencialidades levantadas.

Na última dessas reuniões, cada setor indicou cinco representantes e dois suplentes para compor o Fórum da Agenda 21 de Maricá, totalizando 28 componentes.

A Fase de Consolidação do processo foi o momento de reunir os quatro setores para consolidar coletivamente as potencialidades e preocupações apontadas por cada um deles. Em fevereiro de 2008, os representantes de Maricá viajaram até Rio Bonito para trabalhar nas oficinas de consolidação. A partir dela, os resultados setoriais foram estruturados, e o Fórum da Agenda 21 de Maricá ficou constituído.

Nos dias 17, 18 e 19 de março de 2009, foi realizada a oficina para iniciar o processo de construção de vocação e visão de futuro, consolidar as ações em propostas e iniciar seu detalhamento. Este trabalho foi realizado com uma nova estrutura, agrupando os 40 capítulos da Agenda 21 Global conforme suas afinidades em: Ordem Física, Ordem Ambiental, Ordem Social, Ordem Econômica e Ordem Meios de Implementação, divididos em temas.



Exposição das propostas de ação



Oficina de consolidação do PLDS



Primeira reunião dos coordenadores dos Fóruns da Agenda 21 Comperj

No processo de mobilização de Maricá, antes da eleição de 2008, a participação ativa e interessada do setor empresarial foi o grande ganho do grupo. E, depois das eleições, o 1º Setor se tornou mais presente.

O Fórum de Maricá apresentou muitos conflitos em todo o período, mas manteve-se mobilizado e promovendo reuniões.

Em 5 de junho de 2009, foi realizada uma oficina em Maricá para atualizar os trabalhos e fortalecer o Fórum. Nesse período, também foi desenvolvido um portal na internet, voltado para a comunicação dos Fóruns e a divulgação do projeto e de seus resultados – www.agenda21comperj.com.br – com um *site* para cada município. Atualizados frequentemente, eles dispõem de uma área interna com ferramentas de comunicação que permitem o contato entre os membros dos Fóruns.

Em novembro de 2009, foram contratados quatro consultores para desenvolver e implementar uma metodologia de fortalecimento dos Fóruns e trabalhar na elaboração das Agendas.

Em 2010, após uma análise dos resultados alcançados, iniciou-se uma nova rodada de oficinas para aprimorar o trabalho. Em Maricá, foram realizadas sete reuniões voltadas para a resolução de conflitos dentro do grupo, apresentação do *site* e um acompanhamento mais constante.

Em 19 de março, 1º de outubro, 3 de dezembro de 2010 e 18 de abril de 2011, foram realizadas reuniões com todos os coordenadores para promover a troca de experiências e fomentar ações regionais estratégicas.

AGENDA 21 DE MARICÁ

Para ler a Agenda

Este trabalho é resultado do empenho e esforço voluntários de moradores de Maricá, que atuaram em conjunto com técnicos e consultores nas diversas fases do projeto Agenda 21 Comperj.

O trabalho foi dividido em cinco ORDENS e 24 TEMAS referentes aos 40 capítulos da Agenda 21. Cada tema apresenta a situação do município de acordo com os dados e informações mais recentes.

EIXOS ESTRUTURANTES	TEMAS	CAPÍTULOS DA AGENDA 21 GLOBAL
ORDEM AMBIENTAL	Recursos Naturais	10, 11, 12, 13, 16
	Recursos Hídricos	17 e 18
	Biodiversidade	15
	Mudanças Climáticas	9, 15 e 18
ORDEM FÍSICA	Habitação	7
	Saneamento	18 e 21
	Mobilidade e Transporte	5
	Segurança	3, 23, 25, 26, 27
ORDEM SOCIAL	Educação, Educação Ambiental e Cultura	36
	Grupos Principais	23, 24, 25, 26, 27, 28, 29
	Saúde	6
	Esporte e Lazer	23, 24, 25, 26, 27, 36
	Padrões de Consumo	4
ORDEM ECONÔMICA	Geração de renda e inclusão social	3
	Agricultura	3, 14, 32
	Indústria e Comércio	3, 30
	Turismo	3, 36
	Geração de Resíduos	19, 20, 22
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Ciência e Tecnologia	31, 35
	Recursos Financeiros	2, 33, 34, 37
	Comunicação e Mobilização	8, 40
	Gestão Ambiental	1, 8, 28, 38, 39 40

"Eu espero que nos próximos dez anos possamos olhar e dizer que o nosso trabalho funciona, que somos um município que conta com uma participação popular ativa."



Estão elencadas também, e evidenciadas *por fontes em itálico*, as preocupações dos moradores e as potencialidades do município, conforme percebidas e apontadas por consenso pelos participantes do processo.

Logo após um breve diagnóstico da situação em que se encontra o município, estão listadas as propostas e seus respectivos níveis de prioridade (alta - ●, média - ● ou baixa - ●). As propostas reúnem um conjunto de ações, elaboradas para solucionar as preocupações elencadas, e de estratégias que promovam o melhor aproveitamento das potencialidades identificadas.

As ações estão subdivididas em LINHAS DE ATUAÇÃO. Dessa forma, é possível identificar todas as ações de uma agenda, segundo a atividade demandada para sua execução, independentemente do tema.

Ao final de cada TEMA encontram-se reunidos os possíveis parceiros e as possíveis fontes de financiamento elencadas para as propostas de seus temas.

No site WWW.agenda21marica.com.br está disponível a Ficha de Detalhamento de cada proposta, com a lista dos possíveis parceiros para sua execução, os especialistas da cidade que podem colaborar com o projeto, as fontes de financiamento identificadas e os primeiros passos para sua implementação, além das PERCEPÇÕES, dos PLANOS SETORIAIS e demais resultados.

No CD encartado nesta publicação encontram-se todos os resultados do processo e uma versão digital da Agenda 21 de Maricá.

Vetores Qualitativos e os 40 capítulos da Agenda 21

A tabela da página seguinte apresenta o resultado da consolidação das percepções de todos os que participaram da Fase de Construção Coletiva da Agenda 21 de Maricá, avaliando a situação do município em relação a cada um dos capítulos da Agenda 21 Global.

Estágios da tabela:

- 1 - *Quase nada foi feito*
- 2 - *Já existem ações encaminhadas*
- 3 - *Já há alguns resultados*
- 4 - *Estamos satisfeitos*

Capítulos da Agenda 21	Estágio			
	1	2	3	4
1 Preâmbulo				
2 Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento e nas políticas internas				
3 Combater a pobreza				
4 Mudar os padrões de consumo				
5 Dinâmica demográfica e sustentabilidade				
6 Proteger e promover a saúde humana				
7 Promover assentamentos humanos sustentáveis				
8 Integrar o meio ambiente e o desenvolvimento nas tomadas de decisão				
9 Proteger a atmosfera				
10 Integrar o planejamento e o gerenciamento dos recursos do solo				
11 Combater o desflorestamento				
12 Gerenciar ecossistemas frágeis: combater a seca e a desertificação				
13 Gerenciar ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas				
14 Promover o desenvolvimento rural e a agricultura sustentáveis				
15 Conservar a diversidade biológica				
16 Gerenciamento responsável ambientalmente da biotecnologia				
17 Proteção dos oceanos, todos os mares, inclusive internos, e áreas costeiras, e a proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos para a vida				
18 Proteger a qualidade e suprimento dos recursos de água limpa: aplicação de abordagens integradas ao desenvolvimento, gerenciamento e uso dos recursos hídricos				
19 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os produtos químicos tóxicos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos e produtos perigosos				

Capítulos da Agenda 21	Estágio			
	1	2	3	4
20 Gerenciar de forma ambientalmente sustentável os resíduos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos perigosos				
21 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os resíduos sólidos e os relacionados ao esgotamento sanitário				
22 Gerenciar de forma segura e ambientalmente responsável os resíduos radioativos				
23 Fortalecer o papel dos principais grupos sociais				
24 Ação global para as mulheres pelo desenvolvimento sustentável e equitativo				
25 Crianças e jovens e o desenvolvimento sustentável				
26 Reconhecer e fortalecer o papel dos povos indígenas e suas comunidades				
27 Fortalecer o papel das Organizações Não-Governamentais: parceiras para o desenvolvimento sustentável				
28 Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21				
29 Fortalecer o papel dos trabalhadores e sindicatos				
30 Fortalecer o papel da indústria e dos negócios				
31 Comunidade científica e tecnológica				
32 Fortalecer o papel dos fazendeiros				
33 Recursos e mecanismos financeiros				
34 Tecnologia ambientalmente responsável: transferência, cooperação e capacitação				
35 Ciência para o desenvolvimento sustentável				
36 Promover a educação, consciência pública e treinamento				
37 Mecanismos nacionais e internacionais de cooperação para a capacitação em países em desenvolvimento				
38 Arranjos institucionais internacionais				
39 Instrumentos e mecanismos legais internacionais				
40 Informação para a tomada de decisões				

Vocação e Visão de Maricá

*“Uma visão sem ação não passa de um sonho.
Ação sem visão é só um passatempo.
Mas uma visão com ação pode mudar o mundo.”
(Joel Baker – vídeo: A Visão do Futuro)*

A vocação é o conjunto de competências, recursos e produtividade local de um município em todas as áreas: econômica, ambiental, artística-cultural, turística, educacional.

A visão de futuro define o que se espera do município no futuro, inspirando e motivando as pessoas a fazer as melhores escolhas nos momentos de decisão e a enfrentar com perseverança a espera pelos resultados.

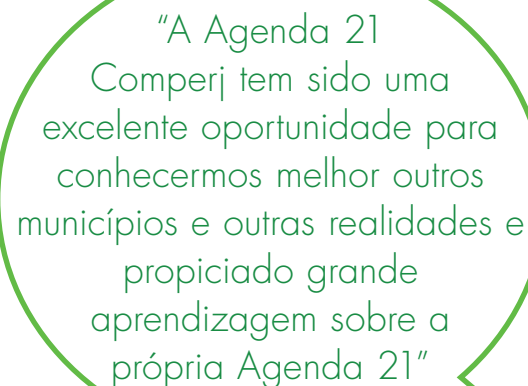
Os participantes do processo de construção da Agenda 21 de Maricá fizeram uma série de reuniões para construir a vocação e visão de futuro do município. Um primeiro resultado foi revisto na Oficina Local, sendo que o município ainda trabalha para chegar à versão definitiva.

Vocação

- ecoturismo
- interesse histórico-cultural
- agronegócio
- serviços (lazer, recreação, eventos culturais)

Visão de futuro

Ser referência como polo formador de consciência ambiental e cultural, sustentado por uma sociedade mobilizada e participativa que garanta excelência à qualidade de vida de sua população.



“A Agenda 21
Comperj tem sido uma
excelente oportunidade para
conhecermos melhor outros
municípios e outras realidades e
propiciado grande
aprendizagem sobre a
própria Agenda 21”





1

Ordem Ambiental

RECURSOS NATURAIS



Área de restinga em Maricá

Chamamos de recursos naturais tudo o que obtemos da natureza com os objetivos de desenvolvimento, sobrevivência e conforto da sociedade. São classificados como “renováveis” quando, mesmo explorados por algum tempo em determinado lugar, continuam disponíveis, e como “não renováveis” quando inevitavelmente se esgotam.

A vida humana depende dos recursos naturais – terra, água, florestas, recursos marinhos e costeiros – e de suas múltiplas funções. Tanto os seres humanos quanto os demais seres vivos, agora e no futuro, têm direito a um meio ambiente saudável, que forneça os meios necessários a uma vida digna. Para isto, é preciso manter os ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais em quantidade e qualidade apropriadas.

Não é possível pensar em um futuro para a humanidade sem construir uma relação adequada entre o homem e a natureza que o cerca. E essa magnífica variedade de formas de vida não pode ser vista apenas como “recursos naturais”, sem a valorização dos inúmeros benefícios intangíveis que nos traz.

Maricá apresenta grande variedade de paisagens. Nas áreas de planície predominam os contornos típicos das baixadas da Região dos Lagos, enquanto nas áreas de planalto sobressaem os maciços costeiros (CPRM, 2009). As principais serras são: Calaboca, Mato Grosso (onde fica o ponto mais alto do município – o Pico da Lagoinha, com 890 metros), Lagarto, Silvado, Espirado, Camburi e Tiririca.

O município apresenta um grande complexo lagunar que abrange as lagoas Brava, de Maricá, da Barra, do Padre, Guarapina e Jaconé, além dos canais artificiais de Ponta Negra e da Costa (Itaipuaçu), que ligam as lagoas ao mar e que serviram para baixar o nível da lâmina d’água natural das lagoas.

Nas áreas que compreendem as planícies costeiras, predominam as restingas, um ecossistema associado à Mata Atlântica, caracterizado por dunas cobertas de vegetação mais espalhada, com plantas de pequeno porte e espinhosas, várias delas rasteiras e fixadas na areia da praia. No caso de Maricá, a restinga possui uma faixa arenosa com 42 quilômetros de extensão e largura variável, que acompanha o litoral desde a Ponta de Itaipuaçu, a leste, até a de Jaconé, a oeste.

A ausência do poder público na fiscalização e controle do uso da terra, mineração e urbanização, a falta de fiscalização permanente do patrimônio ambiental e a crescente devastação das áreas de restinga e manguezal, decorrentes das queimadas e desmatamentos para invasão e construção de casas e condomínios, foram sinalizadas pelos participantes do Fórum como

Mata Atlântica – Um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo, chegou a ocupar quase todo o litoral brasileiro. Devido ao intenso desmatamento, iniciado com a chegada dos colonizadores portugueses, atualmente restam apenas 7% de sua área original. Considerada uma das florestas mais ameaçadas do planeta, nela estão localizados mananciais hídricos essenciais ao abastecimento de cerca de 70% da população brasileira.

ameaças à sustentabilidade do município, especialmente pela fragilidade dos ecossistemas ali encontrados. Segundo os participantes do Fórum, os *recursos naturais* do município estão *abandonados*.

Outras queixas são a *falta de políticas ambientais integradas, para o uso e ocupação do solo incluindo o controle social, a invasão urbana nas Unidades de Conservação (UC) e a perda do solo pela erosão*.

Também foram mencionadas a *existência de uma pedreira ativa, localizada na Serra do Calaboca, e de outra desativada, na Serra da Tiririca, e a mineração irregular de saibro e areia nas restingas e em parte da área rural, além da exploração exacerbada em Inoã e na antiga Fazenda da Manchete, em São José, na área da Lagoa Brava, apesar de inúmeras denúncias a todas as esferas públicas responsáveis*.

O grupo *constata também grande número de turistas nos finais de semana, oriundos de outros municípios, que degradam a restinga, devido ao estacionamento irregular de veículos sobre sua vegetação, às fogueiras que acendem e ao lixo que geram, principalmente com garrafas PET, sacolas plásticas e resíduos orgânicos*.

Uma das características mais expressivas da região são as *áreas com possibilidade de proteção e de desenvolvimento*. Segundo pesquisa realizada pelo Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Lima/UFRJ, Maricá apresenta 50% de seu território cobertos por remanescentes florestais de Mata Atlântica. De acordo com a classificação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), de 1998, o muni-

Unidades de Conservação (UC) –

Áreas de proteção ambiental legalmente instituídas pelas três esferas do poder público (municipal, estadual e federal). Dividem-se em dois grupos: as de proteção integral, que não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico; e as de uso sustentável, onde é permitida a presença de moradores, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (World Wildlife Fund – WWF).



Restinga de Maricá: ecossistema primário ameaçado pelo plano de manejo da APA que permite a sua urbanização

Áreas de Proteção Ambiental (APA) – Áreas naturais (incluindo recursos ambientais e águas jurisdicionais) legalmente instituídas pelo poder público, com limites definidos e características relevantes, com objetivos de conservação e sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção.

cípio possui 35% de seu território protegidos por Unidades de Conservação de proteção integral. Esta área corresponde a parte do Parque Estadual da Serra da Tiririca, na divisa com o município de Niterói, e da recém-criada Unidade de Conservação de Serra do Mar.

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) de Maricá e Mar abrangem cerca de 16% do território das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, com *vegetação em razoável estado de conservação*. Essas duas localidades estão inseridas no corredor ecológico da Serra do Mar, consideradas prioritárias à preservação da Mata Atlântica (Conservação Internacional do Brasil, 2009), sendo partes integrantes da Reserva da Biosfera de Mata Atlântica.

Segundo o grupo, *faltam estudos das áreas florestais ainda preservadas como forma de encontrar meios de mantê-las com o uso adequado de suas potencialidades. Faltam informações para divulgar as atividades proibidas nas Unidades de Conservação*.

O Centro de Inteligência e Combate de Crimes Ambientais (Cicca) da Secretaria de Estado do Ambiente, apoiado pela Guarda Municipal Florestal e por fiscais da Secretaria Municipal do Ambiente e Urbanismo, desempenha uma função importante no combate aos crimes ambientais em Maricá.

A escassez de estudos nas áreas ainda preservadas, voltados para o manejo sustentável dos recursos naturais, e a falta de campanhas contra o desmatamento e pela valorização do meio ambiente colaboram para a ausência de ações estratégicas para a preservação dos recursos naturais no município.

O desmatamento na região avança sobre trechos pequenos e médios da Mata Atlântica que já estão isolados entre si, reduzindo as chances de conectá-los a fragmentos de vegetação mais extensos e, portanto, ecologicamente viáveis. Mesmo estas áreas florestadas mais extensas estão sendo afetadas pelo desmatamento. Outro fato importante é que foram registrados desmatamentos no interior e em zonas de amortecimento das Unidades de Conservação.



Parque Estadual da Serra da Tiririca, resultado de intensa mobilização comunitária, protege áreas de Mata Atlântica, costões rochosos, restinga, mangue e banhados

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Recuperação da mata ciliar

■ Gestão pública

1. Cumprir a legislação ambiental referente à preservação e à recuperação das matas ciliares.

■ Elaboração de projetos

2. Elaborar programas de reflorestamento em áreas de faixa marginal de proteção (matas ciliares) e nascentes.

● Preservação das áreas verdes

■ Gestão pública

1. Dar continuidade à criação dos Parques Florestais Municipais Picos da Lagoinha e Cassorotiba e do Parque da Restinga, em andamento.
2. Dar continuidade à criação das Unidades de Conservação nas serras do Lagarto, Mato Grosso, Espraiado e Silvado, em andamento.

■ Articulação

3. Estabelecer programas de adoção de áreas verdes, em parceria com a iniciativa privada.

■ Fiscalização

4. Fiscalizar as áreas em avançado processo de degradação e promover ações para minimizar os danos causados ao meio ambiente.
5. Integrar as ações de controle e fiscalização exercidas pelos órgãos ambientais competentes (municipal, estadual e federal).
6. Coibir a ação dos baloeiros, para diminuir os índices de incêndios florestais na região.

■ Estudos técnicos

7. Realizar o inventário dos remanescentes florestais de Mata Atlântica existentes no município.

■ Comunicação

8. Criar um sistema de informações voltado à preservação dos ecossistemas.
9. Realizar campanhas contra o desmatamento, incentivando a participação popular.

■ Planejamento

10. Criar corredores ecológicos para promover a conectividade das espécies.

● Proteção dos recursos naturais

■ Planejamento

1. Monitorar os recursos naturais, mediante um sistema de informações geográficas estruturado, divulgando os dados à população.

■ Gestão pública

2. Ampliar o quadro de funcionários qualificados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do Inea para a fiscalização ambiental.
3. Criar um projeto de lei de responsabilidade socioambiental, prevendo multas e sanções que revertam para o Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental e sejam utilizadas em programas de Educação Ambiental.

● Gestão integrada da Serra

■ Capacitação

1. Capacitar a população para promover o manejo correto e sustentável da região.

■ Comunicação

2. Desenvolver programas de Educação Ambiental nas escolas do município, em parceria com o Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental, visando conscientizar a população sobre as questões relacionadas ao tema.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar as áreas de serra e montanha, em parceria com ONGs, empresas privadas e o poder público.

■ Gestão pública

4. Cobrar do Inea maior rapidez no atendimento das solicitações.
5. Dar continuidade à criação de Unidades de Conservação nas áreas de serra.

● Controle das atividades de mineração

■ Estudos técnicos

1. Estudar a capacidade de suporte de extração, para limitar as atividades de mineração no município.

■ Capacitação

2. Qualificar a população para exercer o controle social das atividades de mineração.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar e multar as práticas que causem danos ao meio ambiente.
4. Fiscalizar e multar os responsáveis pela retirada de areia das margens dos rios, coibindo atividades predatórias.

● Conservação do solo

■ Estudos técnicos

1. Realizar estudos geológicos para identificar e divulgar as riquezas do solo de Maricá.

■ Planejamento

2. Criar um plano de prevenção e combate à erosão.
3. Desenvolver ações estratégicas que minimizem os danos ambientais causados pela erosão.

● Política ambiental integrada para os recursos terrestres

■ Estudos técnicos

1. Realizar inventário dos recursos terrestres.
2. Reunir os estudos existentes, visando realizar um amplo diagnóstico dos recursos naturais da região.

■ Gestão pública

3. Criar uma política ambiental municipal, integrada e participativa, para discutir as questões relacionadas ao tema.
4. Promover a agricultura familiar e o manejo sustentável do solo.
5. Atrair recursos e parcerias para implantar as políticas públicas locais.
6. Cumprir as diretrizes preconizadas no Plano Diretor.

■ Articulação

7. Realizar parcerias governamentais para implementar as políticas públicas ambientais.

● Incentivo às Unidades de Conservação

■ Gestão pública

1. Instalar placas informativas nos limites das Unidades de Conservação.
2. Cobrar a criação das Unidades de Conservação de Cassoritiba, Lagarto, Espraiado e Silvado.
3. Viabilizar a criação de novas Unidades de Conservação (Proteção Integral e Uso Sustentável).

■ Fiscalização

4. Ampliar o efetivo para fiscalização ambiental nas Unidades de Conservação.

Possíveis parceiros

Aliança para a Conservação da Mata Atlântica . Câmara Municipal . Comissão Pró Parque Estadual da Serra da Tiririca . Confederação Nacional de RPPNs . Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra da Tiririca . Conselho Gestor da APA de Maricá . Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica . Conservação Internacional do Brasil . CPRM . DNPM . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Escola Nacional de Botânica Tropical . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . IBGE . ICMBio . Inea . MMA . MP . ONGs . Pacto pela Restauração da Mata Atlântica . Prefeitura Municipal . Rede de Tecnologia Social (RTS) . SEA . Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BVS&A . CNPq . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental (FMPCA) . ICMS Verde . Pibic . Programa Petrobras Ambiental.

RECURSOS HÍDRICOS

A água é essencial à vida no planeta. Embora seja um recurso renovável, seu consumo excessivo, aliado ao desperdício e à poluição, vem causando um déficit global, em grande parte invisível. Cada ser humano consome direta ou indiretamente quatro litros de água por dia, enquanto o volume de água necessário para produzir nosso alimento diário é de pelo menos 2 mil litros. Isso explica por que aproximadamente 70% da água consumida no mundo vão para a irrigação (outros 20% são usados na indústria e 10% nas residências).

Segundo a ONU, cerca de um terço da população mundial vai sofrer os efeitos da escassez hídrica nos próximos anos. A análise do ciclo completo de uso e reúso da água aponta o desaparecimento de mananciais como poços, lagos e rios, e destaca a pouca atenção dada à diminuição das reservas subterrâneas.

O Brasil conta com recursos hídricos em abundância, o que levou à disseminação de uma cultura de despreocupação e desperdício de água. No entanto, o País enfrenta problemas gravíssimos: muitos cursos d'água sofrem com poluição por esgotos domésticos e dejetos industriais e agrícolas, e falta proteção para os principais mananciais.

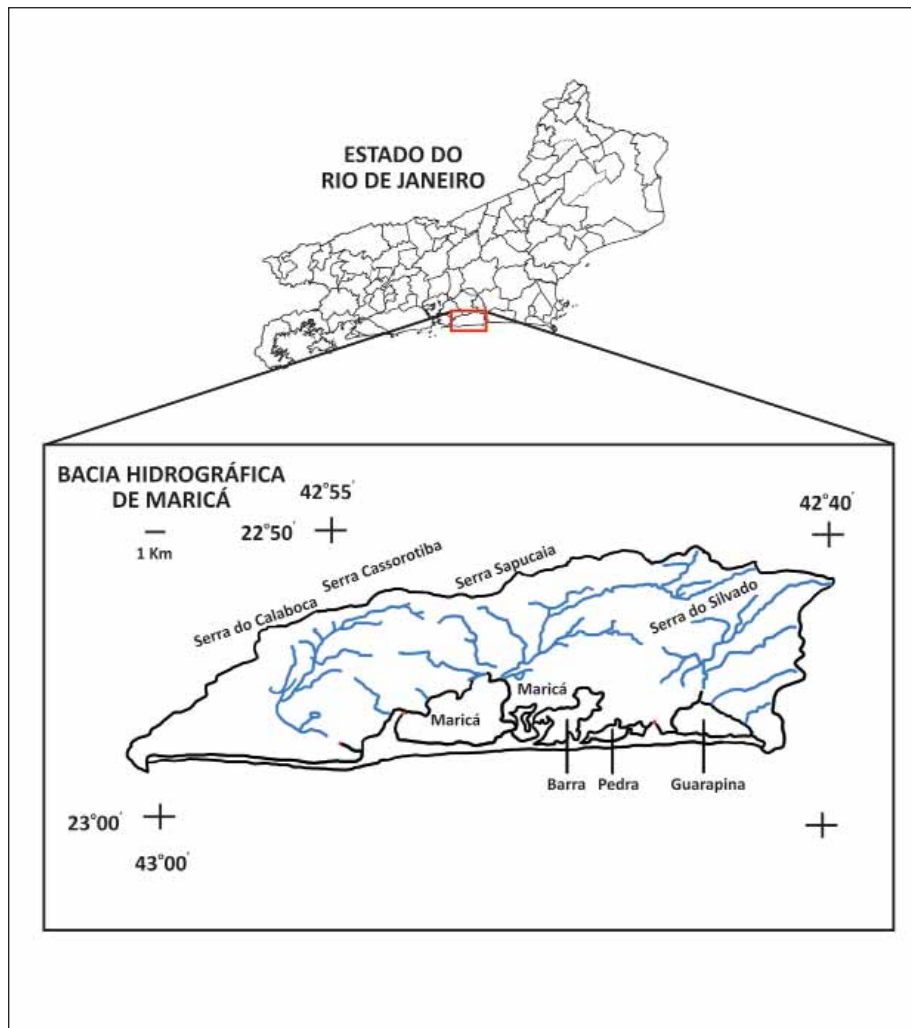
O uso sustentável dos recursos hídricos depende do conhecimento da comunidade sobre as águas de sua região e de sua participação efetiva em seu gerenciamento.

Maricá possui uma bacia hidrográfica integralmente localizada em seu território, o que é bastante raro. A exceção fica por conta do Sistema Lagunar de Jaconé. O complexo lagunar Maricá-Guarapina – um dos maiores do Estado do Rio de Janeiro – é composto por três sub-bacias principais: Rios Vigário, Ubatiba e Caranguejo (Cruz *et al.*, 1996) e por quatro lagoas costeiras ligadas por canais naturais, que cobrem uma área de aproximadamente 35 km².



Lagoa de Araçatiba

Mapa 2: Localização da bacia hidrográfica de Maricá



Fonte: Inpe (1996).

A maioria dos rios do município nasce e deságua em Maricá, com exceção dos rios tributários da Lagoa de Jacaré, pertencentes a outra bacia hidrográfica. Entre os maiores problemas que afetam a qualidade dos recursos hídricos, a *degradação ambiental da região costeira tende a comprometer o complexo lagunar gradualmente*. A intervenção humana contribui significativamente para aumentar o processo de erosão – através de *fechamento de nascentes, desvio de córregos e do caminho natural das águas, provocado pela construção da RJ-106 e empreendimentos imobiliários, retificação dos cursos d'água e assoreamento dos rios*.

Além disso, a *falta de projetos de infraestrutura resulta em alagamentos nos meses mais chuvosos do ano*.

Falta ação efetiva do Inea no combate ao assoreamento dos rios e canais (ex.: dragagem preventiva), e o grupo sugeriu a realização de análise das enchentes



Cachoeira na Serra do Espreado

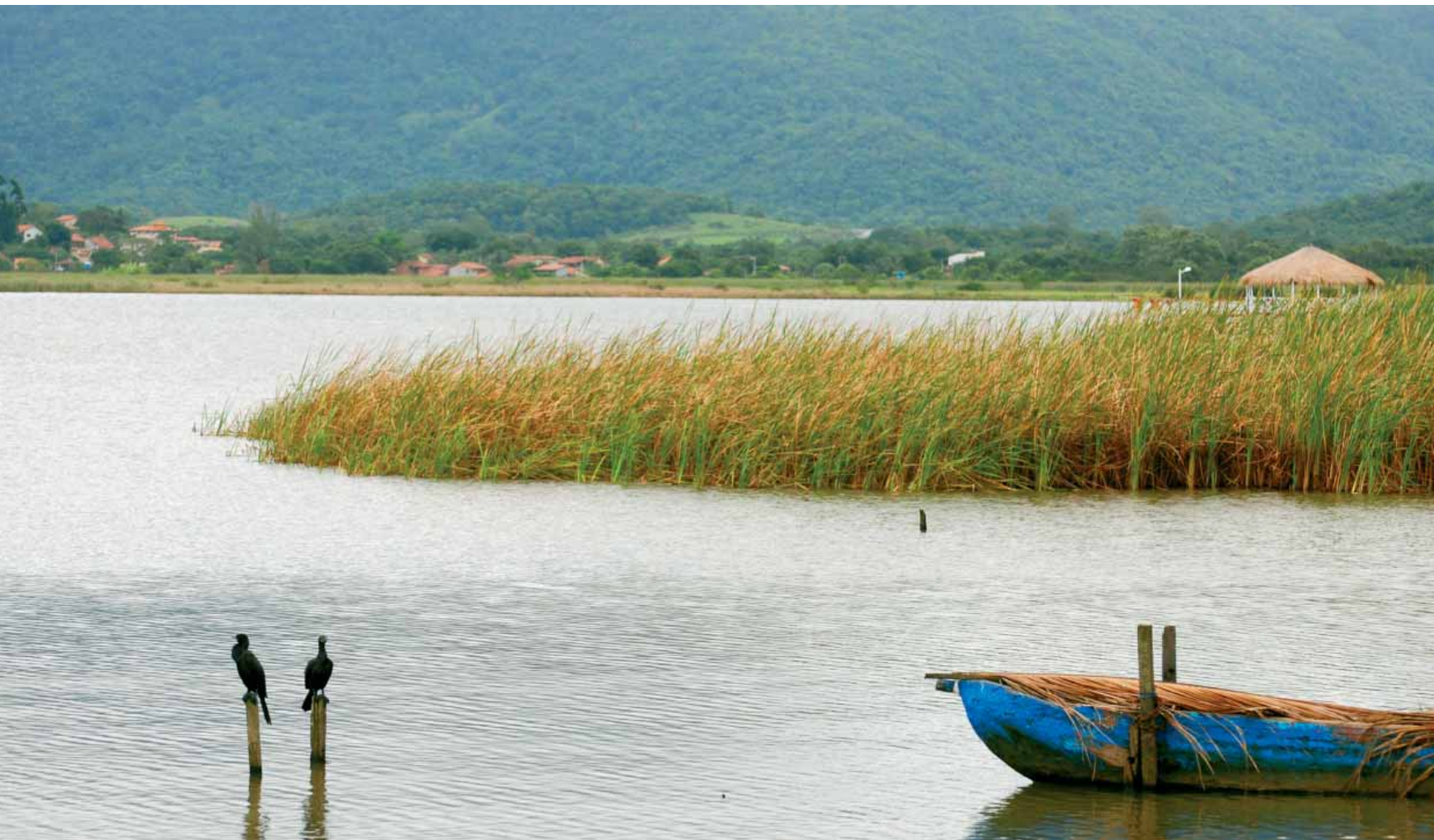
e de suas consequências por falta de projeto de captação de águas pluviais, bem como a ligação com as lagoas e o mar.

A contaminação dos rios, lagoas e lençol freático decorrente do despejo de esgoto preocupa bastante a população de Maricá, que se queixa também da falta de estudos detalhados para viabilizar a oxigenação das lagoas e promover sua revitalização com a renovação das águas e a entrada de fauna. O subcomitê de Maricá, inserido no Conselho da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, pode ser importante para desenvolver ações estratégicas relacionadas ao tema.

Há preocupação com a perda da mata ciliar do município e os consequentes danos a seus recursos hídricos, e com as construções ribeirinhas e o plantio de espécies exóticas, diminuindo a vazão hídrica do lençol freático.

Apesar da existência de áreas verdes preservadas e de pessoas com capacidade para implantar projetos voltados à proteção dos oceanos, a inexistência de Estações de Gerenciamento Costeiro e a ineficiência da fiscalização dos órgãos ambientais competentes colaboram para o aumento da pesca predatória por embarcações vindas de outras localidades.

Paralelamente, a falta de implementação de bases que sustentem a Política Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, aliada ao descumprimento da legislação ambiental no município, atesta a necessidade de maior participação do poder público nas questões relativas ao tema.



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Revitalização do complexo lagunar

■ Programas e projetos

1. Desenvolver programas e projetos para revitalizar o complexo lagunar (saneamento, dragagem, entre outros).
2. Desenvolver programas e projetos que tenham como objetivo a recuperação das matas ciliares e nascentes.

■ Planejamento

3. Buscar recursos para viabilizar as recomendações apontadas para revitalizar o complexo lagunar.

■ Fiscalização

4. Fiscalizar as construções na faixa de proteção das lagoas.

■ Estudos técnicos

5. Definir áreas para a prática da maricultura.

■ Gestão pública

6. Remover construções irregulares localizadas em áreas de risco ambiental e social, garantindo a realocação das famílias.
7. Implantar a demarcação das faixas marginais das lagoas, prevenindo o aterramento e o assoreamento.
8. Monitorar a vazão e a qualidade das águas do complexo lagunar.
9. Dragar os rios assoreados da região.

● Participação nos Comitês de Bacia Hidrográfica

■ Planejamento

1. Fortalecer a participação do município nos Comitês de Bacia Hidrográfica.

■ Articulação

2. Pleitear as atividades de interesse do município nos dois comitês dos quais Maricá participa.

■ Comunicação

3. Divulgar para a população a participação de Maricá nos Comitês de Bacia Hidrográfica.

■ Gestão pública

4. Implementar as políticas nacional, estadual e municipal para estudo, aproveitamento, fiscalização e proteção do potencial hídrico, contribuindo com os demais municípios

da região para a elaboração de um plano regional de bacias hidrográficas.

■ Fiscalização

5. Intensificar a fiscalização para que a Mata Atlântica continue preservada.

● Preservação da costa

■ Articulação

1. Buscar parcerias com universidades, ONGs e movimentos ambientais para desenvolver projetos e elaborar políticas de gerenciamento costeiro.

■ Estudos técnicos

2. Realizar um inventário da biodiversidade marinha, buscando subsídios para a preservação do ecossistema (existem estudos relacionados ao tema, realizados por indústrias petrolíferas que atuam na região).
3. Implantar a estatística pesqueira (levantamento do estoque e identificação das espécies), divulgando os resultados para a população.

■ Gestão pública

4. Fomentar, junto ao Programa de Gerenciamento Costeiro (Gerco), o zoneamento do uso do solo nas zonas costeiras.
5. Criar Unidades de Conservação de Proteção Integral para preservação das áreas de restinga, lagunares e costeiras.

■ Fiscalização

6. Solicitar maior rigor na fiscalização das áreas costeiras da região, buscando minimizar os impactos ambientais causados pelo despejo de petróleo e pesca predatória, entre outros.

■ Capacitação

7. Capacitar os agentes comunitários e multiplicadores para desenvolver ações de conscientização sobre a proteção dos oceanos, com apoio da iniciativa privada e/ou do governo.

● Recuperação das nascentes

■ Programas e projetos

1. Desenvolver programas e projetos que promovam a recuperação das nascentes e córregos.
2. Elaborar planos estratégicos de monitoramento ambiental, com metas definidas para o controle do assoreamento dos rios.

3. Elaborar programas e projetos de Educação Ambiental em comunidades e escolas, para estimular a preservação dos recursos hídricos.

■ Fiscalização

4. Fiscalizar intensamente as áreas de nascentes.

■ Comunicação

5. Realizar seminários para divulgar a existência e o funcionamento das microbacias que servem o município.

● Renaturalização dos rios e lagoas

■ Planejamento

1. Rever as alterações realizadas e renaturalizar os rios quando possível, solucionando os problemas decorrentes das alterações.

■ Estudos técnicos

2. Averiguar a capacidade de vazão das manilhas e outras possíveis causas de problemas para a renaturalização.

Possíveis parceiros

ANA . Associação Mico Leão Dourado . Batalhão Florestal . Cedae . Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e

dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá . Conservação Internacional do Brasil . Consórcio Intermunicipal Lagos de São João . Coppe – UFRJ . Eletrobrás . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . Inea . Jardim Botânico do Rio de Janeiro . Marinha do Brasil . Ministérios (Meio Ambiente, Integração Nacional) . ONGs . Prefeitura Municipal . Programa de Gerenciamento Costeiro (Gerco) . Projeto Orla . Projeto Revizee . Secretarias Estaduais (Ambiente, Assistência Social e Direitos Humanos) . Secretarias Municipais (Assistência Social, Agricultura e Pesca, Meio Ambiente e Urbanismo, Educação) . Subcomitê da Bacia Hidrográfica de Maricá . Universidades . WWF Brasil.

Possíveis fontes de financiamento

ANA . CNPq . Conservação Internacional do Brasil . Eletrobrás . Faperj . Fecam . Finep . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . ICMS Verde . LOA . PDA - Mata Atlântica . PIBic . Programa Petrobras Ambiental.

BIODIVERSIDADE

A biodiversidade é a base do equilíbrio ecológico do planeta. Sua conservação deve se concentrar na manutenção das espécies em seus ecossistemas naturais, por meio do aumento e da implantação efetiva das áreas protegidas, que asseguram a manutenção da diversidade biológica, a sobrevivência das espécies ameaçadas de extinção e as funções ecológicas dos ecossistemas.

A biodiversidade interfere na estabilização do clima, na purificação do ar e da água, na manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes, além de apresentar benefícios culturais, paisagísticos e estéticos.

As principais formas de destruição da diversidade biológica são urbanização descontrolada, ocupação irregular do solo, exploração mineral, desmatamentos e fragmentação de ecossistemas, queimadas, superexploração de recursos naturais, utilização de tecnologias inadequadas na produção florestal, pesca, agropecuária e industrial, indefinição de políticas públicas e implantação de obras de infraestrutura sem os devidos cuidados. Acrescentam-se ainda a introdução de espécies exóticas da flora e da fauna e a comercialização ilegal de espécies silvestres.

O Brasil possui 25% da biodiversidade mundial, reunindo uma riqueza difícil de mensurar, pois há espécies que sequer foram identificadas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima o valor do patrimônio genético brasileiro em US\$ 2 trilhões (quatro vezes o PIB nacional). As cifras em jogo são altas. Produtos da biotecnologia (biodiversidade explorada), como cosméticos, remédios e cultivares, constituem um mercado global que chega a US\$ 800 bilhões por ano, cifra semelhante à do setor petroquímico.

Localizada entre a serra e o mar, a região de Maricá possui *natureza privilegiada e abriga grande diversidade de ecossistemas. A existência de espécies de fauna e flora endêmicas da região* (muitas delas ameaçadas de extinção) reforça a necessidade de um *levantamento detalhado da fauna e flora locais*.

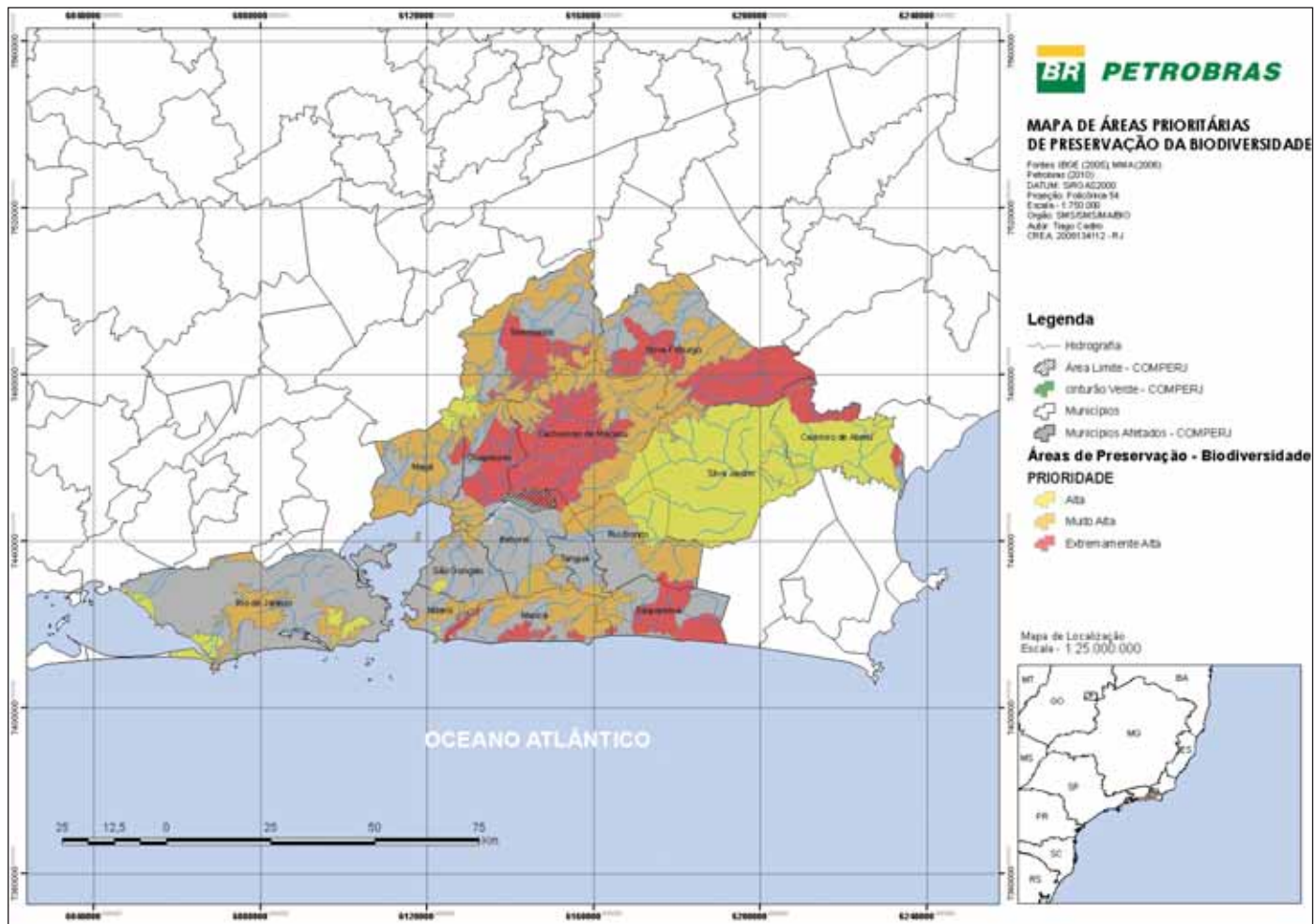
A grande disponibilidade de diversidade biológica é considerada uma potencialidade para o desenvolvimento de pesquisa e turismo ecológico.

Muitas *teses e pesquisas universitárias podem auxiliar no conhecimento da biodiversidade do município*, mas estes resultados não são amplamente divulgados. A maior parte deles é editada apenas em publicações científicas ou divulgada em eventos específicos.



A garça branca é encontrada com frequência na Lagoa de Maricá

Mapa 3: Áreas prioritárias para a preservação da biodiversidade



Fontes: IBGE, MMA, Petrobras (2010).



Vegetação típica de restinga

Os estudos realizados no âmbito do trabalho científico “Estrutura de uma Comunidade Arbustiva da Restinga de Barra de Maricá – RJ”² mostram a diversidade da flora encontrada na APA de Maricá. Os resultados na área pesquisada identificaram 42 espécies de 22 famílias botânicas, algumas de uso medicinal. Esta região é internacionalmente conhecida por sua megadiversidade.

Um dos problemas ambientais citados é a *falta de políticas públicas, municipais e estaduais para a conservação e monitoramento da diversidade biológica em Maricá*.

Uma das maiores potencialidades do município para promover a manutenção da biodiversidade está associada à *existência de matas nativas em encostas*

2 Pereira et al. , 2001

com possibilidades de corredores ecológicos e de uma restinga biodiversidade. Além disso, os moradores afirmam que existe a possibilidade de parceria com o Sindicato Rural com essa finalidade, potencialidade que necessita de estímulo e apoio

O grupo também levantou a questão da perda da biodiversidade decorrente da caça a aves e animais silvestres, muito comum e sem política de controle.

Um dos maiores problemas são as áreas fragmentadas de Mata Atlântica, que, ao ficarem isoladas umas das outras, diminuem progressivamente suas chances de se conectarem. Desta forma, seu potencial de manutenção dos processos ambientais se restringe cada vez mais, contribuindo para a perda da biodiversidade regional.

A garça maguari (Ardea cocoi) é uma espécie ameaçada de extinção



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Inventário da biodiversidade

■ Estudos técnicos

1. Buscar junto às universidades e centros de pesquisas o levantamento de estudos sobre o patrimônio ambiental de Maricá, a fim de divulgar essas informações para a comunidade local e turistas.
2. Realizar um diagnóstico da biodiversidade local, identificando objetivos para combater sua extinção.

■ Infraestrutura

3. Criar um Centro de Referência em Biodiversidade que reúna o acervo de trabalhos e o disponibilize aos pesquisadores e à população.

■ Comunicação

4. Elaborar campanhas de divulgação sobre a fauna e a flora existentes em Maricá.

● Conservação da biodiversidade

■ Programas e projetos

1. Adaptar as políticas públicas existentes para desenvolver programas e projetos que promovam a conservação da biodiversidade local.

■ Planejamento

2. Desenvolver estudos para identificar ações estratégicas para a preservação integral da Restinga de Maricá.

■ Comunicação

3. Realizar campanhas para divulgar a importância da biodiversidade de Maricá.

■ Articulação

4. Promover parcerias com empresas e instituições de pesquisa para a manutenção da biodiversidade.
5. Realizar parcerias com o Sindicato Rural para conscientizar os produtores locais sobre a necessidade de preservar os recursos naturais e a diversidade biológica.

● Programa de recuperação da biodiversidade

■ Estudos técnicos

1. Realizar um levantamento dos remanescentes florestais de Mata Atlântica, incluindo restingas e manguezais, para a realização de programas ecológicos de longa duração que envolvam as espécies nativas e endêmicas da região.

■ Fiscalização

2. Coibir o desmatamento e a caça predatória.

■ Planejamento

3. Criar e expandir os corredores ecológicos, com o objetivo de aumentar a área de vida e dispersão das espécies.
4. Desenvolver estratégias que promovam o controle de espécies exóticas invasoras (caramujo africano, entre outros).
5. Realizar grupos de estudos, orientados por especialistas, para formar agentes ambientais.

■ Infraestrutura

6. Criar um centro de produção de mudas com espécies nativas da Mata Atlântica e ecossistemas associados: manguezal, restinga e florestas.

Possíveis parceiros

Alerj . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . Escola Nacional de Botânica Tropical . Fundação Mico Leão Dourado . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . ICMBio . Inea . Jardim Botânico do Rio de Janeiro . MMA . MP . Museu Nacional do Rio de Janeiro . ONGs . Pacto Pela Restauração da Mata Atlântica . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Municipais (Ambiente e Urbanismo, Agricultura e Pesca) . Sindicato Rural de Maricá . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BVS&A . CNPq . Faperj . Fecam . Finep . FNMA . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental (FMPCA) . ICMS Verde . Pibic . Programa Petrobras Ambiental . Química Amparo (Produtos Ypê).

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O aumento da concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera contribui para a retenção de calor na Terra, provoca a elevação da temperatura média do planeta e é a principal causa das mudanças climáticas. Isso se deve, principalmente, à queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral), ao desmatamento, às queimadas e aos incêndios florestais.

As principais consequências do agravamento do efeito estufa são: temperaturas globais médias mais elevadas, resultando em ruptura dos sistemas naturais; mudanças nos regimes de chuva e nos níveis de precipitação em muitas regiões, com impactos na oferta de água e na produção de alimentos; maior incidência e intensidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, tempestades, enchentes, incêndios e secas; elevação do nível do mar e alterações de ecossistemas, como o aumento de vetores transmissores de doenças e sua distribuição espacial.

Na maioria dos países, a maior dificuldade para controlar a emissão de GEE reside na queima de combustíveis fósseis para a obtenção de energia. Já no Brasil, as principais causas são as queimadas e as emissões dos veículos automotores. A temperatura média no País aumentou aproximadamente 0,75 °C no século 20, o que tem intensificado a ocorrência de secas e enchentes, e provocou o surgimento de fenômenos climáticos que não ocorriam no Brasil, como furacões.

O clima da região de Maricá é tropical quente, superúmido, com subseca. Segundo os dados climáticos fornecidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (2006), a temperatura média anual é de 23,2 °C, e a precipitação média anual é de 1.230,8 mm, com 69,2% ocorrendo de novembro a abril.

O crescimento urbano desordenado, o aumento da população da e o *descarte de resíduos no lixão* de Maricá, que aumenta as *emissões de gás metano*, agravam os problemas relacionados às mudanças climáticas

Com o *crescimento do número de automóveis* que circulam pelas ruas e estradas do município, existe uma tendência ao *descumprimento da legislação de trânsito vigente, que prevê a instalação de filtros nos escapamentos*. O *número insuficiente de postos de abastecimento de Gás Natural Veicular* na região também desestimula a conversão de motores para gás natural, o que reduziria a emissão de gás carbônico para a atmosfera.

Os participantes destacam como uma vantagem a *ausência de grandes indústrias poluentes* no município. Mas se preocupam com os problemas que virão com a instalação do Comperj, *devido à falta de fiscalização e controle dos resíduos atmosféricos gerados pelas pequenas e médias indústrias e de*

planos de ação para assegurar a proteção da atmosfera. Na opinião deles, isto demanda o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à manutenção da qualidade do ar. *A falta de incentivo ao uso de fontes de energia alternativas pelas empresas,* em suas cadeias de produção, é outra questão que precisa ser abordada.

Os moradores de Maricá se preocupam com a *falta de programas de prevenção e de monitoramento da ocorrência de doenças respiratórias e de controle da poluição atmosférica em geral,* em parceria com órgãos ambientais.

A adoção de planos de ação voltados ao combate às mudanças climáticas contribuiria com a *divulgação de mais informações sobre a proteção da atmosfera e mudanças climáticas em todos os setores da sociedade* especialmente nas escolas.

O grupo reivindica a instalação de mais postos de GNV



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Divulgação das questões climáticas

■ Comunicação

1. Promover o conhecimento local sobre as questões climáticas por meio da realização de ciclos de palestras.

■ Projetos

2. Elaborar projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, como reflorestamento, utilizando espécies nativas para sequestro de carbono.

● Controle das emissões veiculares

■ Gestão pública

1. Estabelecer uma política para controlar a emissão de gases de efeito estufa pela frota do município.
2. Estabelecer o uso de combustível não poluente para veículos da frota pública.

■ Planejamento

3. Estimular a utilização de meios de transporte de massa, ecologicamente corretos, em número e trajetos suficientes para atender à população.

■ Estudos técnicos

4. Realizar estudos de viabilidade para os sistemas ferroviário e aquaviário.

■ Infraestrutura

5. Melhorar o transporte público.
6. Servir o município de gás canalizado.

■ Fiscalização

7. Desenvolver e fortalecer os instrumentos de fiscalização das emissões de gases poluentes.

● Campanhas de divulgação para a proteção da atmosfera

■ Comunicação

1. Criar e difundir campanhas de incentivo para a utilização de transporte alternativo na cidade.
2. Envolver diversos atores (mídia, cultura, arte etc.) a fim de sensibilizar a população para a prevenção de emissão de poluentes.

● Controle da poluição industrial

■ Gestão pública

1. Estabelecer regras de controle de poluição industrial.
2. Criar um órgão para realizar o licenciamento municipal para instalação de empresas.
3. Criar incentivos que viabilizem a instalação de indústrias com responsabilidade ambiental.

Possíveis parceiros

Empresas associadas ao Comperj . Ibama . Inea . Inmet . Inpe . Ministérios (Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Municipais (Meio Ambiente e Urbanização, Comunicação Social) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Empresas Associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Fundo Municipal de Proteção e Conservação Ambiental (FMPCA) . Pibic . Programa Petrobras Ambiental.





2

Ordem Física

HABITAÇÃO

A Agenda 21, em seu capítulo 7, afirma que o acesso à habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e econômico das pessoas e que o objetivo dos assentamentos humanos é melhorar as condições de vida e de trabalho de todos, especialmente dos pobres, em áreas urbanas e rurais.

Essa menção especial aos mais pobres se deve ao fato de que estes tendem a estar nas áreas ecologicamente mais frágeis ou nas periferias das grandes cidades. Moradores instalados em assentamentos precários estão mais sujeitos a problemas como falta de saneamento e de serviços públicos adequados e a desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra.

O déficit habitacional do Brasil é de 5,8 milhões de domicílios. Com os projetos de habitação popular no País sendo guiados pelo menor preço, é importante considerar os novos parâmetros propostos pela construção sustentável ao se planejarem os investimentos necessários para atender a essa imensa demanda.

Além de evitarem o desperdício de água e de energia, novas tecnologias garantem conforto e segurança, e facilitam a utilização de materiais que causam menos impactos ambientais. As habitações sustentáveis também se mostram mais econômicas e eficientes a médio prazo.

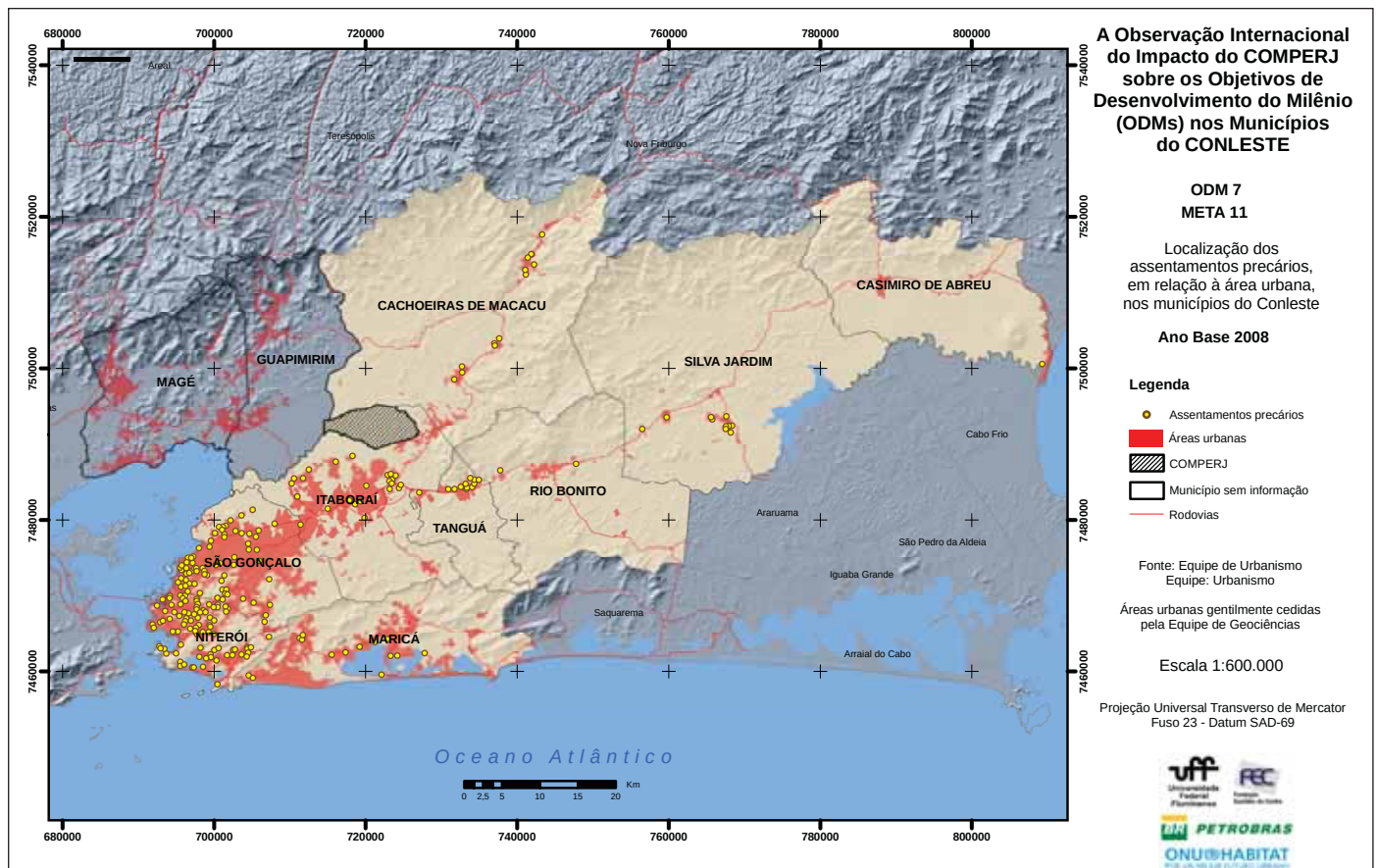
De acordo com pesquisa da ONU-Habitat/UFF, de 2006 a 2008 o número de domicílios particulares permanentes urbanos de Maricá aumentou 10,87%, uma taxa de crescimento muito superior à verificada no Conleste (4,94%). No mesmo período, a área urbanizada do município registrou crescimento de 37,09%, também superior ao observado no Conleste (27,23%).

Em 2006, o município apresentava 14 assentamentos urbanos precários, quadro que pouco se alterou em 2008. Porém, a área ocupada cresceu 27,78%, enquanto no Conleste o crescimento foi de 18,31%.



Foto Aérea do bairro de Cordeirinho

Mapa 4: Localização dos assentamentos precários em relação à área urbana nos municípios do Conleste



Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010).

O município não possui uma Secretaria de Municipal de Habitação, mas existe uma Subsecretaria Municipal relacionada ao tema, criada em 2009. Conta também com o Conselho Municipal de Habitação, o Fundo Municipal de Habitação e o *Plano Diretor Municipal* – além de legislação e programas específicos de regularização fundiária. Um Plano Municipal de Habitação está em elaboração.

O grupo entende que Maricá é *um município com característica litorânea, capaz de ofertar áreas residenciais em consequência do empreendimento Comperj e agregados*. No entanto, demonstrou bastante preocupação com a ocupação e a expansão imobiliária desordenadas, principalmente em áreas de preservação ambiental, apesar da existência de áreas destinadas para assentamentos humanos de modo sustentável.

Segundo os participantes do Fórum, *não existe política habitacional, principalmente para terras desocupadas e falta fiscalização para evitar invasões, sobretudo em áreas de risco. Há receio quanto à atual utilização indevida das*



Canal de Ponta Negra, com a Lagoa de Guarapina ao fundo

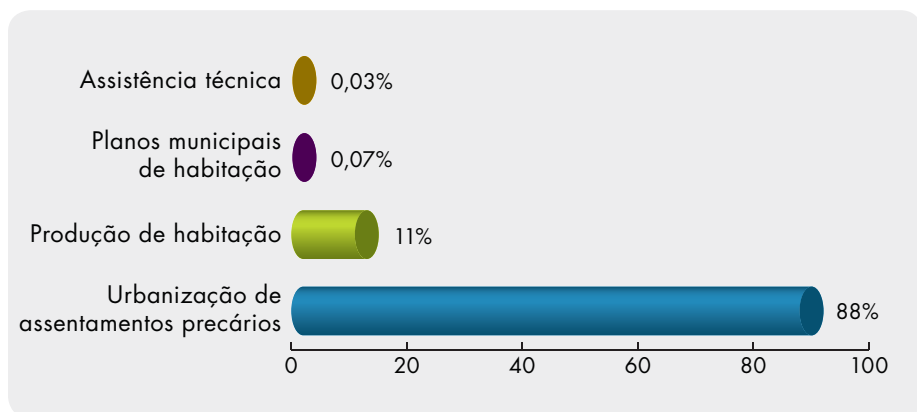
áreas de proteção para exploração imobiliária, como as serras. Eles defendem ainda a revisão na classificação das propriedades (rural x urbano).

Outra preocupação advinda do crescimento da população é o *aumento do consumo de energia sem que haja investimentos na geração e na distribuição.*

O Balanço 3 Anos PAC para o Rio de Janeiro – Programa de Aceleração do Crescimento –, fevereiro de 2010, previa investimento de R\$ 61,8 mil para a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Maricá

As ações previstas pelo PAC na área da Habitação para o período de 2007 a 2010 somavam investimentos no valor de R\$ 120 milhões para a região do Conleste, assim distribuídos:

Gráfico 1: Distribuição dos investimentos do PAC no Conleste



Fonte: Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste Ano 2009 – Relatório do Termo Aditivo.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Manutenção da rede de energia elétrica

■ Infraestrutura

1. Instalar biodigestores nas comunidades rurais e menos favorecidas para geração de energia elétrica a partir de biogás.
2. Cobrar da Ampla a melhoria da distribuição da rede elétrica, evitando picos de tensão e cortes de energia.
3. Criar políticas de incentivo para implantação do sistema de captação de energia solar.

● Implantação sustentável dos assentamentos humanos

■ Gestão pública

1. Utilizar o Plano Diretor Municipal como parâmetro para a implantação da política habitacional.
2. Implantar assentamentos humanos sustentáveis.
3. Implantar políticas regulamentadoras de distribuição de terra.

■ Projetos

4. Ampliar os projetos habitacionais existentes em áreas carentes.

■ Estudos técnicos

5. Identificar as áreas com capacidade de ocupação, respeitando as diretrizes do Plano Diretor.

■ Articulação

6. Promover parcerias entre a prefeitura e representantes da iniciativa privada para estudar a viabilidade de elaborar um plano habitacional de baixa renda, com eventuais subsídios e incentivos.

● Assistência à população de rua

■ Infraestrutura

1. Criar centros de orientação para a população de rua.

■ Planejamento

2. Identificar a origem da população que se encontra nessa situação.
3. Desenvolver estratégias que permitam o retorno dessa população à localidade de origem.

● Planejamento habitacional

■ Estudos técnicos

1. Utilizar o Plano de Uso e Ocupação do Solo para fazer um levantamento de áreas abandonadas, identificando as que têm capacidade de ocupação.

■ Gestão pública

2. Cumprir a legislação vigente para a aprovação de projetos e fiscalizar sua execução.
3. Criar mecanismos de incentivo que estimulem a construção de condomínios, com parâmetros urbanísticos e ambientais adequados e sustentáveis.
4. Remover as famílias que ocupam áreas irregulares e de risco, oferecendo-lhes novos locais de moradia com infraestrutura adequada.

■ Fiscalização

5. Aumentar a fiscalização para conter invasões e a expansão imobiliária desordenada.

■ Comunicação

6. Elaborar programas de comunicação permanente sobre a legislação e os instrumentos de controle para o desenvolvimento da cidade.
7. Criar campanhas de esclarecimento sobre o planejamento familiar e sua importância.

■ Articulação

8. Realizar parcerias com as empresas responsáveis pelo abastecimento de água, esgoto e energia elétrica, para fornecer infraestrutura adequada a todos os bairros do município (propondo a criação de tarifa diferenciada para a população de baixa renda).

● Contenção de ocupação em áreas de preservação e serras

■ Estudos técnicos

1. Mapear e sinalizar os limites de Unidades de Conservação, Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Preservação Permanente existentes na região.

■ Gestão pública

2. Monitorar o crescimento urbano sobre a APA de Maricá.

■ Fiscalização

3. Elaborar um plano de sinalização ecológica, identificando toda e qualquer área de interesse ambiental, com o objetivo de coibir as construções irregulares em áreas preservadas e de serras.

● Regularização das propriedades

■ Gestão pública

1. Regularizar as propriedades rurais, com o fornecimento de documentação e isenção de multas.
2. Definir padrões de saneamento para as propriedades rurais, respeitando os limites e características geográficas da região.
3. Elaborar um plano de incentivo à quitação de débitos fiscais, mediante campanhas de sensibilização e conscientização dos cidadãos sobre a importância dos impostos e taxas para a prestação dos serviços públicos municipais.

■ Infraestrutura

4. Construir vilas rurais, promovendo o retorno da população que migrou para o centro urbano.

● Construção de condomínios habitacionais

■ Articulação

1. Buscar parcerias com as empresas associadas ao Comperj para viabilizar o financiamento das obras de infraestrutura habitacional da região.

Possíveis parceiros

Ampla . Câmara Municipal . Cartórios . Eletrobrás . Empresas associadas ao Comperj . IBGE . Ministério das Cidades . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretarias Estaduais (Assistência Social e Direitos Humanos, Obras, Habitação) . Secretarias Municipais (Planejamento, Obras, Assistência Social).

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Energ . CT-Infra . Empresas associadas ao Comperj . Finep . LOA . Ministérios (Cidades, Minas e Energia) . PAC . Plano Nacional de Habitação . Secretaria Estadual de Habitação.

SANEAMENTO

Saneamento ambiental é o conjunto de práticas voltadas para a conservação e a melhoria das condições do meio ambiente em benefício da saúde. Envolve abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de doenças transmissíveis.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2010 do IBGE, em 2009, 62,6% dos domicílios brasileiros urbanos eram atendidos, ao mesmo tempo, por rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto e coleta de lixo direta, porém com grande disparidade entre as regiões do País (13,7% no Norte e 85,1% no Sudeste). Consequência da rápida urbanização do País, esse quadro indica que o saneamento é um dos pontos mais críticos da crise urbana no Brasil e demanda medidas urgentes da maioria dos municípios brasileiros.

Além do comprometimento ambiental resultante da ausência de saneamento adequado, são consideráveis as perdas econômicas e sociais causadas pela morbidade e mortalidade que atingem principalmente as crianças. O Ministério da Saúde estima que cada R\$ 1 investido em saneamento retorna em R\$ 5 de custos evitados no sistema de saúde pública.

Os participantes esperam que *os projetos de saneamento planejados pela Cedae e elaborados em parceria com o Inea e a prefeitura* levem à melhoria da situação no município. Eles ressaltam a possibilidade de *aproveitamento da mão de obra local nas obras de saneamento básico, promovendo sua capacitação.*

Esgotamento Sanitário

A *falta de saneamento básico (apenas 1% de cobertura de rede)* indicada pelos participantes é corroborada pelas informações da Cedae para a pesquisa ONU-Habitat/UFF 2008 sobre o serviço de esgotamento sanitário: apenas 1,38% dos domicílios urbanos possuíam acesso ao serviço, caracterizando uma situação de extrema precariedade.

Já a prefeitura informa que, em 2009, a cobertura da rede alcançava 5% da população. Além de precário, *o sistema de esgotamento sanitário só atende a parte do Centro urbano do município.* As consequências são a *poluição e contaminação do lençol freático, rios e lagoas, decorrentes do despejo de esgoto.*

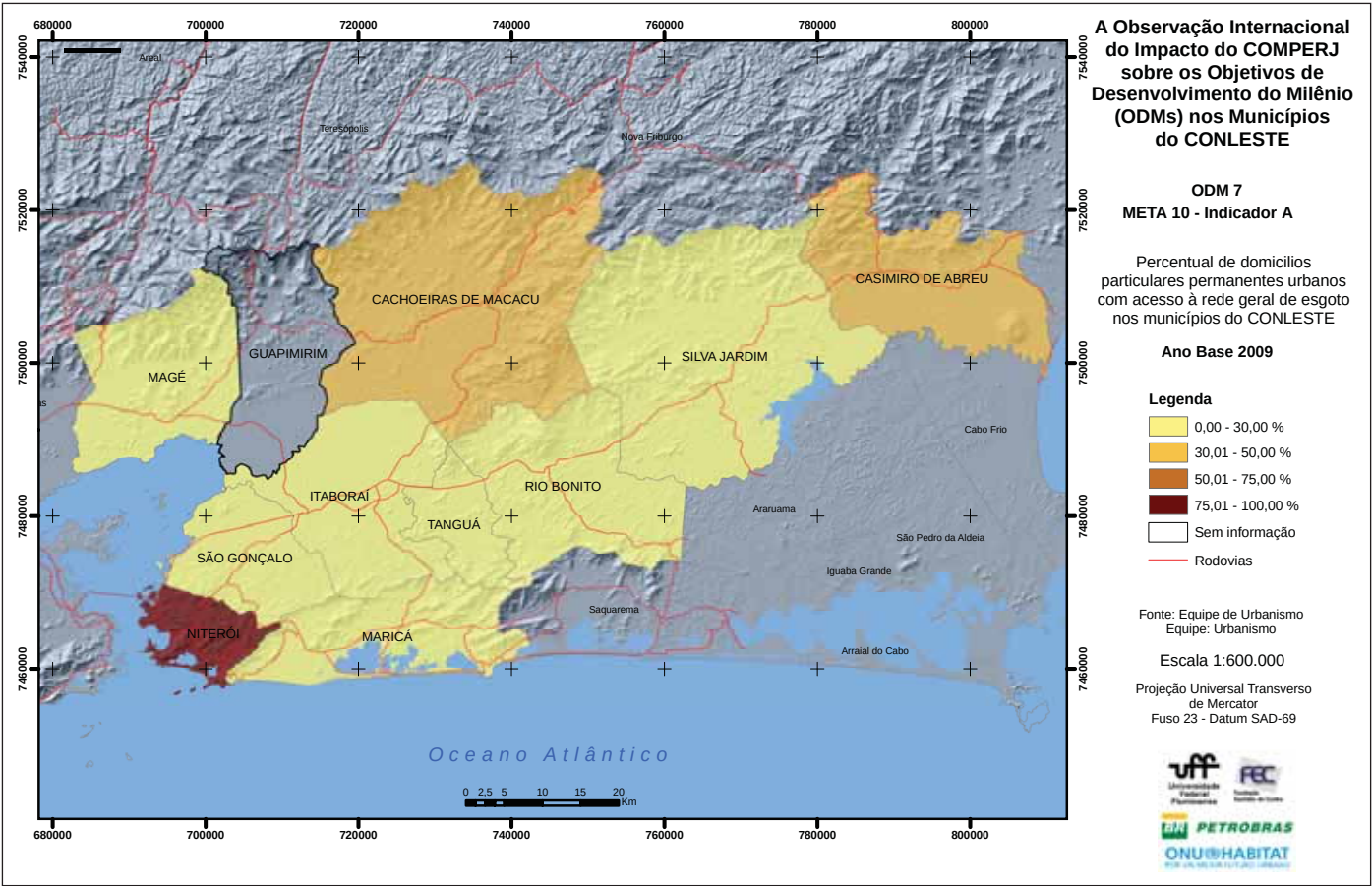
Em 2009, foi sancionado o projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, autorizando a criação da empresa de saneamento ambiental de Maricá, em fase de estruturação. O Projeto de Esgotamento Sanitário do Centro, Itapeba e São José do Imbaçai foi pré-aprovado no Ministério das Cidades, e os de

Aterros – Existem três formas de disposição de resíduos em aterros: os aterros sanitários, que recebem os resíduos de origem urbana (domésticos, comerciais, públicos, hospitalares etc.); os industriais (somente para resíduos considerados perigosos); e os aterros controlados para lixo residencial urbano, onde os resíduos são depositados e recebem uma camada de terra por cima. Na impossibilidade de reciclar o lixo por compostagem acelerada ou a céu aberto, as normas sanitárias e ambientais recomendam a adoção de aterro sanitário e não controlado.

Itaipuaçu e Inoã estão em elaboração. Os projetos foram produzidos pelo Inea, em parceria com a Prefeitura de Maricá.

A legislação atual obriga cada condomínio e residência a instalar sistema de fossa e filtro anaeróbico. O grupo informou, como potencialidade, que *alguns condomínios fazem o tratamento do esgoto que geram.*

Mapa 5: Percentual de domicílios permanentes urbanos com acesso à rede geral de esgoto nos municípios do Conleste



Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010).

A realização de um estudo para utilização na agricultura do lodo proveniente da estação de tratamento de esgoto, é uma possibilidade identificada para um futuro mais sustentável em Maricá.

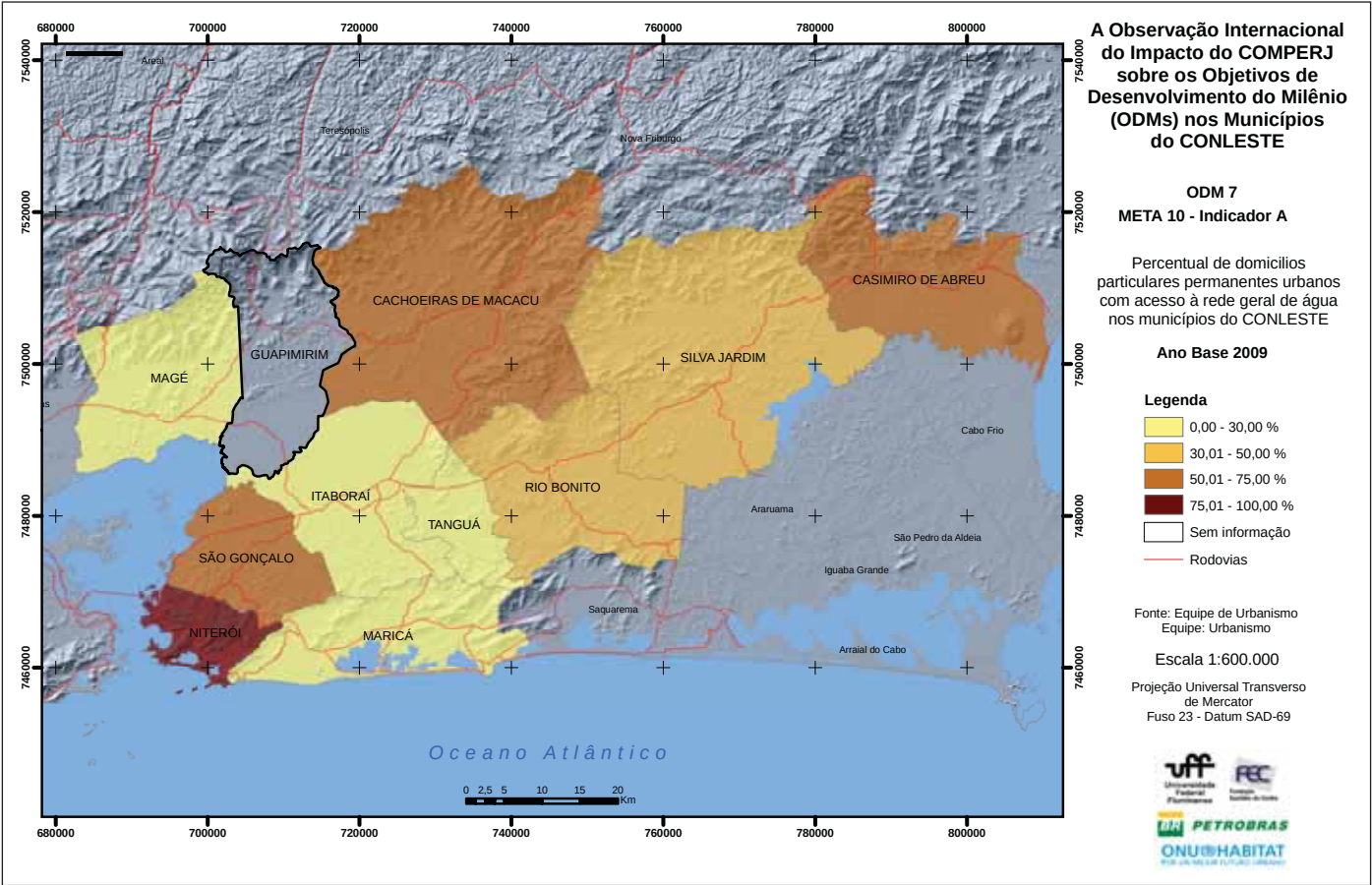
Abastecimento de Água

Segundo pesquisa realizada em 2008 pela ONU-Habitat/UFF, 13,91% dos domicílios urbanos tinham acesso ao serviço de abastecimento de água --

bem abaixo, portanto, da média do Conleste (45,57%) --, o que mostra uma *carência na distribuição e acesso universal à água*. O grupo informou que *o volume de água distribuído no município não atende à demanda local*.

Há também preocupação com a qualidade da água, devido à *contaminação contínua do lençol freático e dos cursos dos rios, inclusive os subterrâneos, por falta de saneamento ambiental*. Além disso, *falta análise das nascentes quanto à capacidade, qualidade e durabilidade e proteção da mata ciliar*).

Mapa 6: Percentual de domicílios permanentes urbanos com acesso à rede geral de água nos municípios do Conleste



Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010).

Resíduos Sólidos

Segundo a Secretaria de Estado do Ambiente, em 2007, Maricá produzia 87.248 kg/dia de resíduos sólidos, encaminhados a um lixão da prefeitura no bairro Caxito Grande. Está prevista a implantação do programa Pró-Lixo, com a construção de unidades de triagem e compostagem, e a remediação do aterro por meio de um sistema de drenagem. A ‘contrapartida municipal



O serviço de limpeza urbana é terceirizado e não atende a todos os bairros

seria a implantação desse sistema de drenagem de gases e a complementação da rede de drenos de percolado. Segundo os participantes, *existe o Programa Pacto pelo Saneamento*, da SEA, que contempla o projeto de remediação do lixão do Caxito, em fase de implementação. Após sua implantação, os resíduos existentes nessa localidade não serão mais depositados a céu aberto, contaminando o meio ambiente.

De acordo com o relatório do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Lima/UFRJ, em 2005 o índice de coleta domiciliar em Maricá era de 71,8%. No entanto, os participantes informaram que atualmente *o serviço de coleta de lixo atende a cerca de 90% do município*, indicando que houve melhora na cobertura do serviço.

No entanto, ainda *faltam informações que permitam a elaboração de uma diretriz para a abordagem da questão dos resíduos sólidos no município*.

Faltam *componentes apropriados para a realização de coleta regular de lixo –como lixeiras, por exemplo*. Apesar da existência de uma microempresa de coleta para reciclagem, *falta um programa de coleta seletiva mais abrangente*. Posteriormente, foi informado que está em implantação um programa de coleta seletiva, que inclui resíduos perigosos (pilhas e baterias).

Há preocupação com o *aumento do despejo de resíduos sólidos nas áreas públicas* e com o *estado de abandono da usina de reciclagem do município*.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Análise das águas subterrâneas

■ Fiscalização

1. Solicitar ao Inea e às empresas responsáveis pelo abastecimento na região a análise contínua das águas subterrâneas.

● Monitoramento do esgoto doméstico

■ Planejamento

1. Buscar informações sobre a cobertura e serviços prestados pela empresa responsável pelo tratamento e monitoramento do esgoto.

■ Estudos técnicos

2. Elaborar um estudo de viabilidade de criação de uma empresa municipal de águas de economia mista.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar a atuação da empresa responsável pelo tratamento e monitoramento do esgoto do município.

● Ampliação da rede coletora de esgoto para todo o município

■ Infraestrutura

1. Construir subestações de tratamento de esgoto e melhorar a coleta e tratamento dos resíduos.
2. Instalar fossas sépticas, filtros anaeróbicos e sumidouros em locais de baixa densidade demográfica, para concessão da licença de obra, exigindo o cumprimento da lei.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar o destino final do esgoto de casas e condomínios do município.

■ Gestão pública

4. Elaborar políticas públicas voltadas ao saneamento básico.

■ Comunicação

5. Elaborar um plano de comunicação para esclarecer a população sobre a maneira correta de tratar o esgoto (fossas anaeróbicas).

■ Planejamento

6. Utilizar a mão de obra local nas obras de saneamento.

● Viabilização dos projetos e parcerias para o saneamento

■ Comunicação

1. Divulgar o projeto de esgotamento sanitário planejado pelo Inea, em audiência pública.

■ Articulação

2. Formalizar parcerias com os governos estadual e federal e com os demais municípios participantes do Conleste.

■ Planejamento

3. Desenvolver mecanismos de captação de recursos por meio de fontes de financiamento.

■ Gestão pública

4. Estimular a permanente integração dos órgãos públicos responsáveis pela prestação de serviço de saneamento ambiental.

● Gestão pública dos resíduos sólidos urbanos

■ Gestão pública

1. Elaborar diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos urbanos.
2. Intensificar a fiscalização dos contratos das empresas privadas de coleta de resíduos sólidos urbanos, subordinado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

● Melhoria da captação e distribuição de água

■ Estudos técnicos

1. Realizar estudos técnicos para identificar possíveis fontes de captação de água a serem utilizadas pela população (nascentes, águas subterrâneas, águas pluviais e outras).
2. Ampliar a rede de abastecimento de água potável para todas as localidades do município.

■ Infraestrutura

3. Criar uma empresa de saneamento ambiental.
4. Reestruturar as Estações de Tratamento de Água existentes na região e construir novas, se necessário.
5. Instalar medidores de água nas residências, visando criar parâmetros de consumo.

■ Comunicação

6. Promover campanhas de sensibilização sobre consumo consciente e desperdício de água.

● Estruturação da coleta

■ Infraestrutura

1. Propor parâmetros de qualidade adequados aos equipamentos de coleta regular dos resíduos sólidos urbanos, conforme a legislação pertinente, acompanhando e fiscalizando os contratos em vigor.

■ Articulação

2. Elaborar parcerias com empresas (postos de gasolina, lava-jatos, entre outros) para distribuição de sacos de coleta de lixo a motoristas.

■ Comunicação

3. Promover campanhas educativas, envolvendo a rede municipal de educação, para a conservação do mobiliário urbano.

● Destino correto dos resíduos sólidos

■ Infraestrutura

1. Criar usinas de tratamento de resíduos sólidos na região.

■ Articulação

2. Articular parcerias para melhorar a infraestrutura do aterro sanitário do município.

● Fomento de programas de reciclagem nos diversos níveis

■ Projetos

1. Elaborar projetos de reciclagem que também abordem a conscientização sobre o modelo de consumo atual.

■ Planejamento

2. Retomar as obras de recuperação da usina de reciclagem de lixo residencial e ativá-la, utilizando técnicas mais apropriadas e modernas.

■ Comunicação

3. Promover campanhas educativas de reciclagem junto à população.

■ Articulação

4. Articular parcerias com municípios vizinhos para viabilizar a coleta e destinação correta de óleos usados.

● Manutenção da coleta

■ Gestão pública

1. Ampliar a rede de coleta de lixo para todos os bairros do município.

■ Fiscalização

2. Fiscalizar clínicas particulares, veterinárias, consultórios médicos e odontológicos particulares, laboratórios e farmácias, quanto ao cumprimento da lei que os obriga a destinar corretamente seus resíduos por meio de coleta de empresa específica e destinação final adequada.

● Implantação de coleta seletiva

■ Programas

1. Elaborar programas de incentivo à coleta seletiva que atendam a todos os bairros do município.

■ Planejamento

2. Ampliar a atuação de microempresas e cooperativas na coleta seletiva.
3. Fomentar e estimular a criação de cooperativas de catadores, com apoio de instituições locais.

■ Capacitação

4. Capacitar a mão de obra existente para a coleta seletiva de lixo.

■ Comunicação

5. Elaborar campanhas de sensibilização da população quanto à separação dos resíduos sólidos urbanos nas residências e às mudanças de padrões de consumo.
6. Criar campanhas informativas para estimular a população a substituir as sacolas plásticas por sacolas reutilizáveis.

● Aproveitamento do gás metano proveniente do lixo

■ Estudos técnicos

1. Implantar um aterro sanitário com aproveitamento do gás metano.

● Compostagem municipal

■ Estudos técnicos

1. Instalar biodigestores, principalmente nas áreas rurais, para produção de adubo, biogás e biofertilizante.

■ Planejamento

2. Reaproveitar a matéria orgânica decomposta de biodigestores e estações de tratamento de esgotos.

3. Instalar composteiras municipais para fornecimento de adubo aos agricultores.
4. Promover a implantação de composteiras nas residências interessadas.

Possíveis parceiros

Alerj . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cedae . Conleste . Cooperativas de reciclagem . Coppe-UFRJ . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . IBGE . Inea . IPP . Ministérios (Cidades, Meio Ambiente) . ONGs .

Prefeitura Municipal . SEA . Secretaria Estadual de Obras . Secretarias Municipais (Assistência Social, Planejamento, Obras, Comunicação Social, Meio Ambiente e Urbanização, Planejamento) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . Banco Real Santander . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Infra . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . ICMS-Verde . LOA . Ministério das Cidades . PAC.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

Praticamente todos os aspectos da vida moderna estão ligados a sistemas de transporte que permitem o deslocamento de pessoas, matérias-primas e mercadorias. Nosso ambiente, economia e bem-estar social dependem de transportes limpos, eficientes e acessíveis a todos. No entanto, os meios de transporte disponíveis são insustentáveis e ameaçam a qualidade de vida e a saúde da população e do planeta.

Nos últimos 30 anos, os investimentos públicos no Brasil privilegiaram a infraestrutura voltada para a circulação dos automóveis. Além da poluição atmosférica e sonora, este modelo de transportes gera um trânsito caótico e violento, que causa acidentes com milhares de mortes todos os anos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o setor de transportes já é responsável por um quarto das emissões de dióxido de carbono em todo o mundo. A tendência é que entre 2005 e 2030 essas emissões aumentem 57%, sendo 80% deste crescimento nos países em desenvolvimento e, em sua grande maioria, provenientes de carros particulares e caminhões.

Sistemas de transportes sustentáveis demandam uma boa distribuição de serviços nos bairros, de forma a reduzir a necessidade de deslocamentos, assim como transporte público de qualidade e ciclovias.

Com localização estrategicamente favorável devido à proximidade com grandes centros e boa qualidade de vida, Maricá é interligada por ônibus ao Rio de Janeiro e a Niterói, que saem da rodoviária no Centro da cidade e dos terminais localizados em Itaipuaçu e Ponta Negra.

O município possui um dos principais aeroportos da região. Com mil metros de pista asfaltada, opera com aeronaves de pequeno porte e jatos executivos leves.



Rodoviária no centro de Maricá

Mapa 7: Localização das principais estradas do município



Fonte: DER-RJ (2006).

Os participantes informaram que há *difficuldade de acesso ao transporte público*, que é *deficiente* devido à *precariedade da oferta de veículos*, da *qualidade das vias públicas* e da *infraestrutura urbana*. O município é servido por duas empresas de ônibus e está em andamento um estudo para dimensionar a demanda e apontar soluções para os problemas encontrados. Maricá também conta com serviço de *vans*, parcialmente regularizadas, mas é preciso aprimorar a fiscalização e o sistema.

Aeroporto de Maricá



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Políticas públicas para mobilidade e transporte

■ Projetos

1. Elaborar um projeto que promova a melhoria do transporte público na região, com a participação popular e de empresas de transportes atuantes e interessadas.

■ Infraestrutura

2. Redistribuir e reorganizar o sistema de transporte público na área rural, garantindo, de forma justa e organizada, os serviços para a população em todas as regiões do município.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar o cumprimento da lei federal que regulariza a gratuidade para idosos, pessoas com deficiência e estudantes nos transportes públicos.

● Melhoria na oferta de estacionamentos

■ Gestão pública

1. Cumprir a legislação vigente quanto à criação de vagas de garagem em novas construções.

■ Infraestrutura

2. Construir estacionamentos públicos e/ou privados.
3. Tarifar o estacionamento em locais predeterminados nas vias públicas.

● Fortalecimento do transporte público

■ Infraestrutura

1. Criar novas linhas de ônibus, municipais e intermunicipais, para atender às necessidades da população.
2. Adequar a tarifa do transporte coletivo ao valor praticado na região metropolitana.
3. Construir pontos de ônibus, com infraestrutura adequada (cobertos, com bancos, placas informativas das linhas e baías).
4. Urbanizar as vias de acesso periféricas, para que as empresas de ônibus se interessem em criar novas linhas.

■ Articulação

5. Estabelecer parcerias entre os municípios, visando à melhoria na qualidade dos serviços intermunicipais prestados.

■ Planejamento

6. Abrir licitação para a criação de novas linhas de transporte coletivo.
7. Promover divulgação adequada para atrair empresas interessadas em participar de licitações na área de transporte.

● Melhoria da infraestrutura no setor de mobilidade e transporte

■ Infraestrutura

1. Realizar obras de melhoria nas estradas.
2. Duplicar, recapear e construir vias providas de acostamento.
3. Continuar o programa de construção de passarelas, contemplando os principais corredores viários da cidade.
4. Melhorar as condições das vias públicas (pavimentação, sinalização, iluminação, redutores de velocidade e semáforos).
5. Construir ciclovias, com bicicletários.

● Ações para adequação do transporte alternativo

■ Estudo técnico

1. Desenvolver estudos para a adequação do transporte alternativo no município (hidroviário, cicloviário, entre outros).

■ Comunicação

2. Difundir campanhas de incentivo à utilização de transportes alternativos na cidade.

Possíveis parceiros

Agetransp . DNER . DNIT . Fetranspor . FGV . ONGs . Secretaria Estadual de Transportes . Secretaria Municipal de Transporte . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Transporte . Finep . LOA.

SEGURANÇA

Justiça e paz são aspirações humanas legítimas. Sua falta representa uma perda para a qualidade de vida. Segurança é um tema que transcende as ações policiais e judiciais de repressão e contenção da violência armada e prevenção de mortes.

Relaciona-se diretamente com a redução da evasão escolar, distribuição de renda, inclusão social, atenção básica à saúde, reforma urbana e rural, e solução das questões habitacionais. Ao tratar do tema, também é preciso dedicar atenção especial às questões que envolvem violência doméstica, de gênero, racismo e todo tipo de intolerância.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), só a criminalidade violenta custa cerca de R\$ 140 bilhões por ano ao País. Os custos totais da criminalidade são estimados em 10% do PIB brasileiro. Portanto, segurança pública também está relacionada a desenvolvimento econômico.

No Rio de Janeiro, com indicadores de segurança no mesmo patamar dos de países em guerra, o desafio da construção de um Estado seguro e acolhedor para seus cidadãos é a questão de fundo por trás de todos os objetivos. Conquistar a redução e o controle da violência armada implica compromissos e processos de longo prazo, com financiamento continuado e envolvimento de amplos setores da sociedade, aliados a políticas públicas eficazes.

Em Maricá, como nos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Segurança (Seseg) é o órgão responsável pela segurança pública. Em 1999, para estruturar o setor, foram criadas as Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), que reúnem um batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Pmerj) e uma ou mais Delegacias de Polícia Civil (Pcerj).

Cada Aisp criou um Conselho Comunitário de Segurança para avaliar a área e a qualidade do serviço prestado pela polícia, contribuindo para adoção de soluções integradas e para o acompanhamento de resultados.

O município de Maricá, junto com o de Niterói, faz parte da Aisp 12 e, além do 12º Batalhão de Polícia Militar, possui a 82ª DP (Delegacia Legal).

A Guarda Municipal conta com um efetivo de 150 pessoas e recebe formação básica em cursos com três meses de duração, além de outras atividades de capacitação e treinamento promovidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. O escopo de atuação da Guarda Municipal se divide em: Grupamento de Defesa Ambiental (GDA); Grupamento de Guarda-



Delegacia Legal de Maricá

Mirim (GGM); Grupamento de Ronda Escolar (GRE); Grupamento Especial de Operações com Cães (Gesoc); Segurança Patrimonial e Grupamento de Trânsito (GT).

Não existem dados sobre Segurança desagregados por município. As últimas estatísticas estão disponíveis no *site* <http://www.isp.rj.gov.br/ResumoAisp.asp>.

Os participantes se preocupam com o possível *aumento da violência*.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● **Melhoria da segurança**

■ **Gestão pública**

1. Ampliar os serviços prestados pela 82ª DP para localidades estratégicas mediante instalação de postos avançados.
2. Criar um setor responsável pela segurança do turismo.
3. Elaborar um plano de evacuação para situações de emergência.

■ **Programas**

4. Criar um programa de encaminhamento das ocorrências de violência familiar assistidas em hospitais à Delegacia de Polícia (82ª DP), ao Conselho Comunitário de Segurança e ao Conselho Tutelar.

■ **Infraestrutura**

5. Construir um Batalhão da Polícia Militar no município.
6. Implantar um posto de fiscalização da Aeronáutica no aeroporto de Maricá.
7. Criar um Departamento de Polícia Civil em Inoã.
8. Instalar câmeras de vigilância no município, priorizando as vias de acesso.

9. Adquirir equipamentos adequados para prevenir casos de violência contra o patrimônio público (iluminação pública).

■ **Articulação**

10. Articular o fortalecimento do Conselho Comunitário de Segurança com projetos identificados pelo Fórum da Agenda 21 Local.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . CNM . Conselho Comunitário de Segurança . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Guarda Municipal . IBGE . ISP . Ministério da Justiça . MP . OAB . ONGs . Pmerj . Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro . Prefeitura Municipal . Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro . Secretaria Municipal de Segurança . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Empresas associadas ao Comperj . LOA . Pronasci.



Esphaiado



3

Ordem Social

EDUCAÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a educação, em todas as suas formas, molda o mundo de amanhã, instrumentalizando indivíduos com habilidades, perspectivas, conhecimento e valores necessários para se viver e trabalhar.

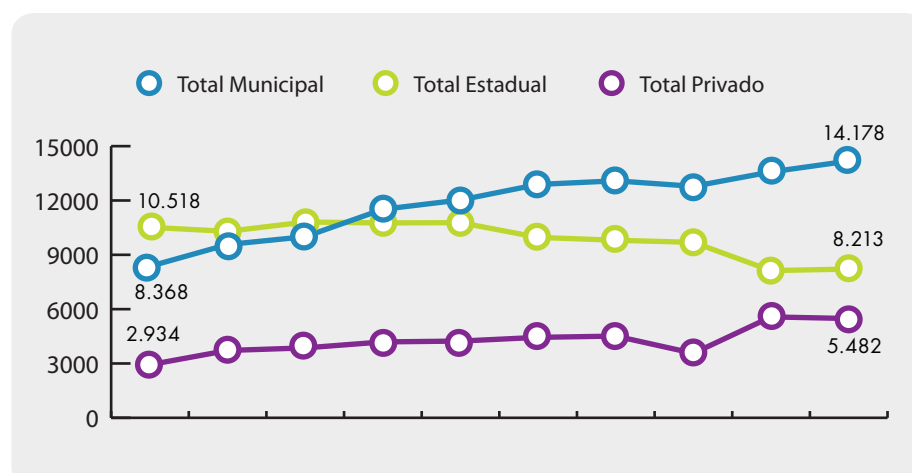
O capítulo 36 da Agenda 21 Global afirma que a educação e a consciência pública ajudam as sociedades a desenvolver plenamente suas potencialidades e que o ensino, tanto formal quanto informal, é indispensável para modificar a atitude das pessoas, de forma a capacitá-las para avaliar e enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento sustentável. Para despertar a consciência ambiental e ética, também são fundamentais valores e atitudes, técnicas e comportamentos que favoreçam a participação pública efetiva nos processos decisórios.

Segundo o Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste (2009), o acesso ao Ensino Fundamental é praticamente universalizado nas grandes cidades brasileiras, e, em geral, as crianças chegam a ele na idade adequada. Todavia, o índice de reprovação ainda é elevado, o que impede que muitas concluam esse nível de ensino.

Apesar da adoção de políticas para reverter essa situação, continuam altas as taxas de reprovação, demandando ações mais eficazes de correção do fluxo escolar. Entre elas se incluem maior atenção às condições materiais de trabalho na escola, aumento do tempo de permanência dos alunos em suas dependências e investimentos na formação de professores e educadores.

Maricá conta com 46 escolas de Educação Infantil, Educação Especial, Ensino Fundamental e Ensino Técnico.

Gráfico 2 : Número de matrículas efetuadas no município



Fonte: Confederação nacional dos municípios (2010).



Creche municipal em Inoã

O resultado de Maricá no Ideb foi satisfatório, se comparado aos do estado e do País. O município também apresenta elevada taxa de matriculados no Ensino Fundamental, entre 7 e 14 anos, em comparação ao Conleste e ao Estado do Rio de Janeiro. No entanto, apresenta alta taxa de retenção escolar³.

Tabela 1: Idebs observados em 2005, 2007, 2009 e metas para a rede municipal

	Ideb observado			Metas projetadas							
Município	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	3,9	4,3	4,2	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8	6,1
Anos finais	4,1	3,9	4,1	4,2	4,3	4,6	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar (2009).

Segundo dados da UFF/ONU-Habitat, em 2007 Maricá apresentava uma taxa elevada de distorção idade/ano escolar, o que indica a retenção de alunos em todas as séries do Ensino Fundamental, consequência das reprovações escolares. O município apresenta taxa ligeiramente inferior à do Conleste e ligeiramente superior à do estado, embora todas sejam altas.

O atendimento no Ensino Fundamental está praticamente universalizado, mas é preciso garantir a permanência com qualidade. Os dados do Censo de 2006 indicam a diminuição do número de alunos atendidos ao longo dos anos escolares, particularmente no segundo segmento dos ensinos Fundamental e Médio.

Com relação aos alunos entre 15 e 17 anos matriculados no Ensino Médio, Maricá apresentava uma taxa inferior à ideal, o que indica que nem todos os jovens em idade adequada estão matriculados nesse nível de ensino, revelando também uma alta taxa de evasão escolar. Os participantes do Fórum destacaram o *déficit na oferta de vagas para o Ensino Médio e Profissionalizante* e que as *estruturas físicas das escolas estão ociosas*.

As escolas do município oferecem reforço escolar a crianças que enfrentam dificuldades de aprendizagem. Contudo, segundo os participantes, *esse apoio é insuficiente*.

O atendimento de Educação de Jovens e Adultos (EJA) parece insuficiente frente a três fatores: a demanda de jovens e adultos por; a exigência do mercado por trabalhadores escolarizados; e o fato de a EJA ser, em potencial, uma estratégia para correção do fluxo escolar. Além de atender aos jovens e adultos que não tiveram oportunidades de escolarização em idade própria, também deve atender aos jovens e adultos em distorção idade/ano escolar.

3 Fonte: Inep apud Relatório Comperj de Maricá (2007).



Maricá conta com uma escola de pilotagem

O município oferece atendimento técnico especializado a crianças e jovens portadores de necessidades especiais, com equipe multidisciplinar e curso para formação de profissionais de educação focado na política de inclusão destas pessoas nas escolas regulares de Maricá. Não há professores de apoio nas salas de aula regulares para dar atendimento a esses alunos, tendo sido cadastradas no MEC 11 salas com recursos para atender a essa clientela. Foram criadas duas turmas para deficientes auditivos, com professores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libra), há quatro ônibus adaptados para atender a alunos com necessidades educativas especiais e um programa de atividades esportivas e culturais para estes alunos.

O atendimento à Educação Técnico-Profissional está muito aquém da demanda, ainda mais intensificada diante do novo cenário econômico da região em função do Comperj, que exigirá dos trabalhadores escolarização e especialização. A *carência de centros de excelência*, que prejudica o aperfeiçoamento profissional no município foi destacada pelos participantes do Fórum, que citaram iniciativas para saná-la como o *projeto de uma Unidade do Centro Tecnológico de Operação Popular* que está sendo desenvolvido pelo programa Petrobras Cidadania e Desenvolvimento, e a construção de um centro de capacitação para trabalho em estruturas *offshore*, em andamento, uma iniciativa do Instituto de Ciências Náuticas (ICN).

Há um *grande número de salas de aulas em escolas públicas e privadas, em todos os distritos*, que ficam ociosas. O grupo sugere aproveitá-las em *parceria com instituições de capacitação profissional*.

O grupo entende que a educação em Maricá pode se beneficiar *da capacidade do Sindicato dos Professores de prover educação para a cidadania, utilizando os recursos e a mão de obra dessa organização para qualificar os docentes filiados a ela*.

O município vem desenvolvendo ações em parceria com outras Secretarias, esferas do governo, empresas e instituições. São exemplos os projetos Escolas Populares Transformadoras e Um *Laptop* por Aluno (este último entregará um *laptop* a cada um dos 16 mil estudantes da rede municipal); convênio de cooperação técnica com o Detran-RJ para incluir na rede de ensino de Maricá o projeto Viva o Trânsito, destinado a conscientizar pais e professores para a defesa de crianças de 0 a 12 anos de idade contra os perigos do trânsito; implementação do projeto de Reforço Escolar no contraturno, em parceria com a Cidade Educadora e Colégio Estadual Elisiário Matta, que abrange 23 escolas com aulas de reforço em leitura e escrita para alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental; e implementação de projeto de incentivo ao hábito de leitura nas escolas, em parceria com a Petrobras.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Melhoria da infraestrutura na educação

■ Articulação

1. Buscar incentivos e envolvimento de sindicatos, associações, ONGs e universidades para a instalação de centros técnicos.

■ Planejamento

2. Utilizar as estruturas escolares, municipais e estaduais, para qualificação sobre o desenvolvimento sustentável, por meio de cursos de gestão ambiental.
3. Criar cursos profissionalizantes, utilizando o espaço ocioso das escolas e outras áreas existentes.
4. Criar escolas de Ensino Médio profissionalizantes, equipadas adequadamente para seus objetivos.
5. Ampliar o projeto Reforço Escolar para todo o município, a fim de evitar a repetência e a evasão escolar
6. Criar hortas escolares.

■ Infraestrutura

7. Estruturar as unidades de ensino existentes.

■ Capacitação

8. Promover cursos de capacitação contínua para os professores.

● Promoção do Ensino Superior

■ Articulação

1. Aproveitar os eventos realizados sobre o meio ambiente para criar parcerias e fomentar projetos científicos.
2. Promover o intercâmbio entre as universidades que realizam estudos no município e as escolas.

Planejamento

3. Implantar núcleos avançados nas universidades, com o foco no desenvolvimento local e no meio ambiente.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Firjan . Ministérios (Educação, Ciência e Tecnologia) . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretarias Municipais (Educação, Assistência Social) . Seeduc . Senac . Senai . Sesc . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Embaixada do Reino Unido . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . Fundação Abrinq . Fundação Vale do Rio Doce . Fundeb . Fundeb . LOA . Ministérios (Educação, Ciência e Tecnologia) . Oi Futuro . Pibic . Programa Petrobras Cultural . Unesco.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Trata-se de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente e dos bens de uso comum, essenciais à qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Seu papel é educar e conscientizar as populações sobre a importância da preservação do meio ambiente, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, opções de subsistência e oportunidades para melhorar sua qualidade de vida, mostrando que as comunidades locais são as principais beneficiárias das atividades de conservação.

No Brasil, para que esses objetivos sejam atingidos, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99 e Decreto 4.281/02) estabelece que os temas ambientais devem estar presentes durante todo o processo de escolarização, até o Ensino Superior, de forma transversal, em todos os níveis e disciplinas.

Para que uma Agenda 21 Local seja bem-sucedida, é necessário um amplo entendimento dos propósitos e do conteúdo da Agenda 21. Assim, a Educação Ambiental tem uma importância central neste processo. É por meio dela que se pode promover a capacidade de compreensão das questões ambientais e do desenvolvimento, que levam à participação no processo e à mudança de valores necessários à construção de um mundo sustentável.

Segundo os participantes do Fórum da Agenda 21, a ausência de ações de Educação Ambiental permanentes nas comunidades do município, aliada à precariedade dos processos educativos sobre a questão ambiental e sobre o desenvolvimento sustentável, em todas as faixas etárias, leva à falta de conscientização da população sobre estes temas.

Contudo, afirmam que Maricá conta com técnicos e especialistas qualificados, que podem ser mobilizados para participar de projetos de Educação Ambiental.

Embora o município não conte com um programa de Educação Ambiental estruturado, a Secretaria de Educação realiza algumas ações pontuais, como a parceria com o Instituto Ambiental Reciclar para utilizar a Casa Digital na exibição de 30 curtas-metragens de cunho socioambiental e preservacionista (Circuito Tela Verde), que ficam à disposição das comunidades para futuras pesquisas⁴.

Outras ações foram: a entrega, aos alunos do município, de 7 mil exemplares do livro “Pai Sol, Mãe Árvore – Aquecimento Global Traduzido para Crianças

⁴ Fonte: Prefeitura Municipal de Maricá: disponível em: <http://www.marica.rj.gov.br/noticia.php?noticia=1329>.

de 8 a 80 Anos”⁵; as Caminhadas Ecológicas com jovens e crianças; a participação das crianças da Educação Infantil em limpeza de canais e rios, plantio de árvores etc.; a introdução da disciplina de Educação Ambiental na grade escolar, a partir do sexto ano do Ensino Fundamental, com desenvolvimento de projetos interdisciplinares (como o plantio de mudas no entorno do campo do Bairro da Amizade, na ação Bairro Educador) e o programa Saúde na Escola.

Vale ainda mencionar o desenvolvimento do projeto do Instituto Ambiental Reciclar em 15 escolas, para coleta voluntária de óleo; e a inscrição da Escola Municipal Ver. João da Silva Bezerra no curso de Educação Ambiental à distância Formando Elos de Cidadania (Cederj), envolvendo alunos, professores e a comunidade.

⁵ Fonte: Prefeitura Municipal de Maricá; disponível em: <http://www.marica.rj.gov.br/noticia.php?noticia=1463>.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Fortalecimento da Educação Ambiental

■ Infraestrutura

1. Criar um espaço permanente para exposições e valorização dos trabalhos feitos nas escolas.

■ Capacitação

2. Capacitar o corpo docente para a transversalidade da Educação Ambiental, preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
3. Incentivar a participação dos profissionais de educação em cursos de pós-graduação em meio ambiente.
4. Identificar as lideranças locais para formar agentes multiplicadores de informação para atuar nos espaços formais de educação.

■ Comunicação

5. Estimular a população para participar de eventos e atividades ligados à Educação Ambiental.
6. Criar e divulgar um calendário ambiental que contemple o ano letivo.

■ Gestão pública

7. Promover a Educação Ambiental por meio de políticas públicas, de forma a agregar valores para a integração da família com a escola.
8. Implantar programas de fomento as Agendas 21 escolares.
9. Integrar os projetos existentes, para atuar de forma ordenada.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Rio de Janeiro . Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra da Tiririca . Conselho Gestor da APA de Maricá . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Ministérios (Meio Ambiente, Educação, Ciência e Tecnologia) . ONGs . Prefeitura Municipal . Rebal . Secretarias Municipais (Educação, Assistência Social) . Seeduc . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BVS&A . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . LOA . Oi Futuro . Programa Petrobras Cultural.

CULTURA

Segundo a Unesco, a diversidade cultural, produto de milhares de anos de história e fruto da contribuição coletiva de todos os povos, é o principal patrimônio da humanidade. As civilizações e suas culturas também resultam da localização geográfica e das condições de vida que cada uma oferece, o que se traduz na riqueza e diversidade de formas de viver e sobreviver da espécie humana.

A cultura representa as formas de organização de um povo, seus costumes e tradições, que são transmitidos de geração a geração, como uma memória coletiva, formando sua identidade e, muitas vezes, mantendo-a intacta, apesar das mudanças pelas quais o mundo passa.

A identidade cultural é uma das mais importantes riquezas de um povo, pois representa um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos, historicamente compartilhados, que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Trata-se de um conceito de tamanha complexidade, que pode ser manifestado de várias formas e envolver situações que vão desde a fala até a participação em certos eventos.

A diversidade cultural é um dos pilares da identidade brasileira e fator de sustentabilidade do desenvolvimento do País. O maior desafio nesta área é enfrentar a pressão que o desenvolvimento exerce sobre as estruturas tradicionais – sejam físicas, como sítios arqueológicos ou patrimônios históricos, sejam imateriais, como conhecimentos e práticas das populações.

Em Maricá são desenvolvidos vários projetos culturais promovidos pelos governos estadual e municipal, com o patrocínio de empresas privadas, e por ONGs. Dentre eles destacam-se As Tapeceiras do Espraiado; Arte e Cultura para Todos; Percursos Culturais; Centro de Cultura e Artes; Ponto de Cultura do GAM⁶; Ponto de Leitura; Praça das Artes; Companhia das Máscaras; Coral Maricante e Portal da Música.

O Aquário Cultural, no Mercado do Produtor, oferece gastronomia, artesanato e apresentações de música e dança. Existem ainda atividades como o Movimento Periférico (encontro musical de artistas locais) e Caminhão de Cinema, em parceria com o Sesc; a Roda Cultural de Maricá, que promove eventos com samba de raiz, capoeira, e exposições de artistas plásticos, e fotógrafos e os projetos Curta nos Bares e Maricá Vai Dar Samba. A Casa de Cultura de Maricá também realiza eventos e oficinas culturais, oferecendo o prêmio Maricá das Artes a artistas e instituições culturais do município⁷.



As tapeceiras do Espraiado são destaque nas tradições culturais de Maricá



Igreja de São José, a mais antiga de Maricá (meados século 17)

⁶ Secretaria de Estado da Cultura e Ministério da Cultura, 2009.

⁷ Prefeitura Municipal de Maricá: disponível em: <http://www.marica.rj.gov.br/cultura/index.php>.



Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo

O Carnaval de Maricá é animado por diversos blocos carnavalescos e escolas de samba. As principais festas religiosas são a de São Jorge e a de Nossa Senhora do Amparo, padroeira de Maricá.

Em Maricá, há grupos e associações culturais, como o Grupo de Artistas de Maricá (GAM); a Associação Cultural Costa do Sol; as Tapeceiras do Espirado; a Associação Casa do Artesão de Maricá; a Academia de Ciências e Letras de Maricá.

Para desenvolver ações e políticas culturais, o município mantém parcerias com grupos locais e empresas, como o Instituto Embratel e o Banco do Brasil. No âmbito dos governos estadual e federal, o projeto Pontos de Cultura visa potencializar iniciativas e projetos culturais desenvolvidos por comunidades, grupos e redes de colaboração. Em 2010, teve três dos projetos entre os foram selecionados no estado : Arte e Cultura para Todos (Cia. Vida de Teatro e Dança); Percursos Culturais (Canteiros de Obras – Centro de Cultura); e Artes e Ponto de Cultura do GAM (Grupo de Artistas de Maricá).

Destacam-se no patrimônio histórico do município a Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo, a Fazenda do Bananal e a Casa de Cultura (bens tombados pelo Inepac), *as fazendas do Pilar e de Itaocara, entre outras.*

Ainda assim, o grupo entende que *faltam atividades de lazer, artes e cultura.* Existe também a necessidade de *levantamento e valorização das manifestações e expressões culturais da região.*



O casarão construído no século XIX já abrigou a prefeitura, a Câmara Municipal, a Cadeia Pública e uma agência do Banco do Brasil. Hoje é um centro cultural

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Diretrizes para a cultura

■ Articulação

1. Articular junto aos atores locais a promoção da cultura do município.

■ Capacitação

2. Capacitar os agentes culturais.

■ Projetos

3. Elaborar projetos de captação de recursos para projetos culturais.
4. Implantar programas de artes nas escolas (música, artes visuais e artes cênicas).

■ Comunicação

5. Desenvolver campanhas culturais direcionadas a crianças e adolescentes.
6. Desenvolver um plano de comunicação voltado à divulgação de um calendário de atividades das manifestações e expressões culturais da região.

■ Planejamento

7. Recadastrar os artistas locais.

8. Promover o resgate da cultura local por meio da divulgação das manifestações e expressões da cultura local.

9. Implantar bibliotecas comunitárias e salas de leitura assistidas por orientadores.

10. Estimular visitas orientadas às localidades com potencial preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da região.

11. Criar espaços culturais com salas de cinema, teatro, *shows* e espaços permanentes para exposições.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Conselho Estadual de Cultura . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Fundação Cultural de Maricá . Grupos de Artistas de Maricá . Iphan . Minc . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretaria Estadual de Cultura . Secretaria Municipal de Cultura . Senac . Sesc . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Basf . Empresas associadas ao Comperj . Funarte . Fundação Banco do Brasil . Fundação Odebrecht . Instituto Itaú Cultural . Instituto Unibanco . Minc . Secretaria Estadual de Cultura.

SAÚDE

A Agenda 21 brasileira afirma em seu objetivo 7 – “Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS” – que a origem ambiental de diversas doenças é bem conhecida e que o ambiente natural e as condições de trabalho, moradia, higiene e salubridade, tanto quanto a alimentação e a segurança, afetam a saúde, podendo prejudicá-la ou, ao contrário, prolongar a vida.

Segundo a Agenda 21 Global, o desenvolvimento sustentável depende de uma população saudável. No entanto, os processos de produção e de desenvolvimento econômico e social interferem nos ecossistemas e podem colaborar para a existência de condições ou situações de risco que influenciam negativamente o padrão e os níveis de saúde das pessoas.

As principais questões ambientais que afetam a saúde humana envolvem a poluição decorrente da falta de saneamento, a contaminação do meio ambiente por poluentes químicos, a poluição atmosférica e os desastres ambientais.

Atualmente, além de se reconhecer a interdependência entre saúde, desenvolvimento econômico, qualidade de vida e condições ambientais, aumenta a consciência de que a capacidade humana de interferência no equilíbrio ambiental acarreta responsabilidades da sociedade sobre seu destino e o da vida no planeta.



O Hospital Municipal Modesto Leal não é suficiente para atender a toda a população de Maricá

Maricá dispõe de 71 estabelecimentos de saúde⁸, que contam com 104 leitos para internação, mas as instalações são inadequadas para um atendimento público eficiente. Foi considerado que, atualmente, o financiamento do SUS não é compatível com os gastos de saúde para atender a mais de 100 mil habitantes. Neste sentido, há preocupação com a grande população flutuante (o número de atendimentos dobrou em relação ao momento do planejamento).

O aumento do número de acidentes nas estradas demanda melhoria da infraestrutura hospitalar. Também há preocupação com o aumento dos resíduos hospitalares.

No município, grande parte dos problemas de saúde pública é causada pela falta de saneamento básico, tendo havido aumento de vetores transmissores de doenças. Muitos casos de doenças infectocontagiosas são subnotificados.

Os participantes do Fórum afirmam que faltam unidades de saúde, principalmente nas zonas rurais, e de uma política sanitária e higienista na prevenção de epidemias (DSTs, dengue etc.). Um dos fatores apontados é a falta de conscientização da população sobre vários temas de prevenção em saúde pública, havendo negligência por parte da população na prevenção de doenças.

⁸ Fonte: Ministério da Saúde, Datasus, 2009.

Os participantes do Fórum apontaram a *falta de divulgação e orientação das ações de controle de natalidade e dos casos de doenças sexualmente transmissíveis*, mesmo com a *existência de ações voluntárias voltadas à educação sexual dos jovens*.

Contudo, em Maricá *existem 19 programas de saúde em prevenção (idoso, Aids, da mulher, infantil, hipertensão, diabéticos etc.)*, ainda que *a cobertura do Programa de Saúde da Família no município seja baixa*.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Construção de políticas para a Saúde Pública

■ Infraestrutura

1. Ampliar a rede de saúde com a construção de postos, policlínicas e prontos-socorros 24 horas, públicos e particulares.
2. Reformar e ampliar o prédio hospitalar.
3. Ampliar a cobertura do Samu.
4. Instalar uma UTI neonatal equipada e com profissionais qualificados.
5. Contratar profissionais de limpeza para melhorar as condições dos hospitais e postos de saúde.
6. Implantar serviços de diagnóstico precoce, com adoção de tecnologias modernas, para atendimento à saúde pública.

■ Gestão pública

7. Implantar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os profissionais de saúde.
8. Contratar profissionais por meio de concurso público.

■ Planejamento

9. Reduzir os custos gerais hospitalares e de medicamentos.
10. Estabelecer o manejo correto dos resíduos provenientes de hospitais, para prevenir doenças.

■ Capacitação

11. Realizar cursos para capacitar e atualizar os profissionais das áreas de saúde e preservação ambiental.

■ Comunicação

12. Divulgar os programas de atendimento odontológico para a comunidade.
13. Divulgar os processos licitatórios realizados na área da saúde.

■ Fiscalização

14. Realizar pesquisas semestrais, visando aprimorar os programas de saúde pública existentes.
15. Fiscalizar a aplicação dos recursos do SUS, de forma que atenda às demandas do município.

16. Fiscalizar o cumprimento das diretrizes básicas de saúde, incluindo ações de combate às infecções hospitalares.

● Ações voltadas à integração familiar

■ Gestão pública

1. Descentralizar e ampliar o programa de acompanhamento neonatal.
2. Ampliar a distribuição gratuita de anticoncepcionais.

■ Programas e projetos

3. Ampliar os programas e projetos voltados à prevenção e atendimento à gravidez precoce.

■ Comunicação

4. Divulgar as ações de controle de natalidade e de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente nas escolas.
5. Distribuir cartilhas educativas nos postos de saúde, confeccionadas em papel reciclado.
6. Criar um núcleo de informações permanente.

● Estímulo à saúde cidadã

■ Infraestrutura

1. Ampliar a cobertura do Programa Saúde da Família.
2. Ampliar os programas de saúde preventiva (idoso, DSTs, mulher, infantil, hipertensão, diabéticos etc.).

■ Planejamento

3. Diminuir os prazos de atendimento e marcação de exames.

■ Programas

4. Implantar programas de atendimento médico com terapias alternativas (fitoterapia, massoterapia, acupuntura).

● Monitoramento de doenças respiratórias

■ Programas

1. Criar programa de monitoramento e controle das doenças respiratórias provenientes da poluição atmosférica.

Possíveis parceiros

ANS . Associações de Moradores . Conselho Municipal de Saúde . Ministério da Saúde . ONGs . Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil . Secretaria Municipal de Saúde . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Municipal de Saúde . Fundação Orsa . Instituto Credicard . Instituto Ronald McDonald . LOA . Ministério da Saúde . Unicef.

GRUPOS PRINCIPAIS

A Agenda 21 Global define como grupos principais as mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, ONGs, autoridades locais, trabalhadores e seus sin-

dicatos, comerciantes e industriários, a comunidade científica e tecnológica, agricultores e empresários. É desses grupos que o documento cobra comprometimento e participação para a implementação dos objetivos, políticas e mecanismos de ação previstos em seu texto.

Sendo um processo democrático e promotor da cidadania, a construção da Agenda 21 Local não pode deixar de considerar as necessidades e interesses de outros grupos, como afrodescendentes, ciganos, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, travestis e outras minorias.

A Agenda 21 brasileira vai além e destaca como uma de suas prioridades a necessidade de diminuir as desigualdades sociais no País para garantir as condições mínimas de cidadania a todos os brasileiros, enfatizando a importância de proteger os segmentos mais vulneráveis da população: mulheres, negros e jovens.

É na Seção III, dedicada ao fortalecimento do papel dos grupos principais, que a Agenda 21 Global propõe o desenvolvimento de processos de consulta às populações locais para alcançar consenso sobre uma “Agenda 21 Local” para a comunidade. No Capítulo 28, recomenda que os países estimulem todas as suas autoridades locais a ouvirem cidadãos e organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais para obter as informações necessárias para formular as melhores estratégias, aumentando a consciência em relação ao desenvolvimento sustentável. Para a legitimidade e sucesso deste processo, é fundamental a inclusão de representantes de todos os grupos sociais.

Maricá conta com Conselhos Municipais e Comunitários em quase todas as áreas da administração municipal e vem debatendo a possibilidade de ter um novo órgão: o Conselho Municipal de Igualdade Racial.

As Secretarias Municipais de Saúde e de Ação Social têm projetos e programas voltados aos jovens que não são amplamente divulgados e nem suficientes para atender a toda essa população.

O município desenvolve o programa Pró-Jovem, do governo federal, que objetiva preparar o jovem para o mercado de trabalho, fomentando a geração de oportunidades de emprego, negócios, inserção social e visão empreendedora.

Os participantes do Fórum destacaram que *não há uma política social/digital* voltada para jovens, e isto apesar da Casa Digital, do acesso gratuito à internet na praça do Centro da cidade, com sistema *wireless*, e da instalação de laboratórios de inclusão digital nas escolas em parceria com empresas privadas.

Maricá mantém o Programa Práxis de Incentivo ao jovem universitário, que oferece oportunidades de estágios a estudantes de todas as áreas do Ensino Superior.

Também foi destacada a *falta de incentivo a ONGs que trabalham com este público e de abordagens sobre a diversidade sexual* no município.

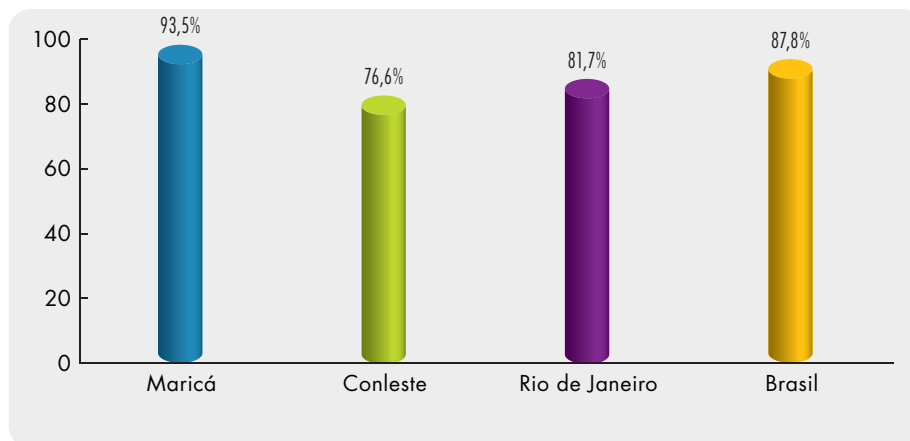
Maricá desenvolveu o Plano de Enfrentamento à Dependência Química, com quatro grupos de trabalho – prevenção, tratamento, apoio ao usuário e enfrentamento.

Apesar da existência de um Conselho de Políticas Públicas para a Mulher e de duas Associações de Mulheres, além do Conselho Municipal da Mulher, não há no município uma delegacia especializada e faltam programas de qualificação profissional e divulgação dos programas e ações que protejam a mulher.

O déficit na oferta de creches públicas no município aumenta a dificuldade que as mulheres encontram para exercer sua profissão e é um empecilho para que muitas entrem para o mercado de trabalho.

Em 2009, o diferencial de remuneração entre os admitidos femininos e masculinos no município (93,5%) era superior ao observado no Conleste (76,6%), no Estado do Rio de Janeiro (81,7%) e no Brasil (87,8%).

Gráfico 3 : Diferencial de remuneração feminina (em %) no município de Maricá, comparado aos do Conleste, Estado do Rio de Janeiro e Brasil



Fonte: ONU-Habitat/UFF (2009).

Em Maricá, as mulheres estão afastadas da vida política: no último pleito para prefeito e vereadores (2008), nenhuma foi eleita, embora o município, segundo os participantes, conte com *quadro de mulheres capacitadas que já ocuparam ou podem ocupar qualquer cargo público, de chefia ou função social*. Eles destacam os *programas premiados voltados para a mulher, mas*

entendem que é preciso torná-los mais potentes e extensivos às áreas do interior do município.

Não são observadas no município, segundo o grupo, a aplicação e a fiscalização da lei específica para pessoas com deficiência.

Maricá tem ONGs que trabalham com questões ambientais, mas há pouca participação da comunidade. Uma das queixas dos participantes com relação às ONGs do município diz respeito à falta de transparência das atividades, contabilidade e funcionamento, o que enfraquece as entidades. A ausência de parcerias com o poder público é outro fator que prejudica, além da falta de incentivos e de capacitação para se tornarem autossustentáveis. O grupo sugere que se faça um cadastramento das ONGs do município de forma a garantir a circulação das informações que elas produzem.



Várias ONGs atuam em Maricá

O município possui entidades, como associações de classe e cooperativas, que podem ser mobilizadas a qualquer instante. Para os trabalhadores, falta um canal de interlocução entre o poder público e a sociedade civil organizada nos processos decisórios.

Há cooperativas de trabalhadores no município, além do Programa Municipal de Saúde do Trabalhador e da Secretaria Municipal de Trabalho.

Maricá não conta com fiscalização federal para trabalhos insalubres, o que propicia a continuidade de práticas prejudiciais à saúde dos trabalhadores do município. Foi denunciada a exploração dos trabalhadores por empresas mascaradas de "cooperativas", que não cumprem as leis trabalhistas.

A prefeitura tem buscado parceiros para a formação profissional dos trabalhadores – por meio da Agência de Desenvolvimento de Maricá, com apoio do Sebrae, Petrobras, Assesi, CDL, Aceim, PMM, Rotary Itaipuaçu e Escola Integrada – e oferece gratuitamente o curso Aprender a Empreender.

Há várias populações tradicionais em Maricá, como índios, em Ponta Negra, comunidades de pescadores e ciganos. Mas não há dados ou informações a respeito de sua organização e nem é feito o resgate da história e da cultura dessas populações. O grupo defende a necessidade de promover um cadastramento urgente das comunidades indígenas e dos quilombolas.

O desconhecimento sobre a história e a cultura dos povos tradicionais leva ao desinteresse dos jovens e pode causar a extinção destes grupos.

Maricá tem 35 quilômetros de orla marítima para pesca, e a atividade é auxiliada pelas atividades do Conselho de Desenvolvimento Rural e Pesca (Condrep), que promove reuniões mensais para identificar e discutir questões importantes da comunidade pesqueira.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Promoção da infância e juventude

■ Infraestrutura

1. Reativar a Casa de Passagem.
2. Criar abrigos para crianças e adolescentes em situação de risco social ou abandono.

■ Planejamento

3. Fomentar a criação de grêmios estudantis por meio de projetos que ampliem suas atuações.

■ Projetos

4. Elaborar projetos ambientais com o apoio e a participação dos jovens.
5. Desenvolver projetos de inclusão digital.
6. Elaborar projetos de apoio às crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem.

■ Comunicação

7. Fomentar um espaço de diálogo entre a sociedade civil organizada e a Coordenadoria de Infância e Juventude.
8. Divulgar as ações ambientais por meio de ciclos de palestras, com a participação de jovens lideranças.
9. Fortalecer o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, garantindo infraestrutura para seu pleno funcionamento.
10. Promover campanhas de divulgação sobre a importância do Conselho Tutelar.

● Valorização da mulher

■ Infraestrutura

1. Criar uma delegacia de atendimento à mulher, assim como postos de apoio e reeducação contra o preconceito.
2. Criar creches em tempo integral que empreguem mulheres da própria comunidade.

■ Planejamento

3. Fazer reuniões com as lideranças femininas nos centros comunitários do município.
4. Utilizar a capacidade das mulheres na implantação de políticas públicas, a fim de gerar ações que solucionem seus problemas.
5. Ampliar os programas existentes de apoio à mulher.

■ Articulação

6. Desenvolver parcerias entre a prefeitura municipal e igrejas, ONGs e clubes, entre outros, para sediarem creches.

■ Comunicação

7. Divulgar os programas existentes de apoio à mulher.

● Fortalecimento das ONGs

■ Fiscalização

1. Fortalecer a fiscalização e o controle social das ONGs nacionais e internacionais.

■ Planejamento

2. Fortalecer as ações realizadas pelas ONGs.
3. Promover maior participação da população nestas associações.
4. Mapear e registrar as ONGs atuantes no município, divulgando suas ações para a população.

● Fortalecimento dos sindicatos

■ Planejamento

1. Promover os sindicatos de classes, para que tenham notoriedade entre as organizações da sociedade civil.

■ Fiscalização

2. Fiscalizar os sindicatos, para que não se afastem de seus ideais e objetivos centrais.

■ Capacitação

3. Realizar cursos de aperfeiçoamento para novas tecnologias, gestão de projetos, captação de recursos, entre outros.

● Fortalecimento das populações tradicionais

■ Projetos

1. Criar projetos de resgate da história, cultura e conhecimentos tradicionais destes grupos.

■ Articulação

2. Estabelecer parcerias entre empresas e comunidades tradicionais para promover ações sustentáveis.

■ Gestão pública

3. Aplicar a legislação que garante a preservação e a integridade das populações tradicionais.

■ Comunicação

4. Promover a transmissão de conhecimentos tradicionais locais.

■ Infraestrutura

5. Construir uma casa da cultura tradicional.

● Fortalecimento dos grupos sociais

■ Programas e projetos

1. Criar programas assistenciais para o grupo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e outros (LGBTQ), promovendo campanhas de sensibilização da população.
2. Ampliar os projetos existentes para a terceira idade.

■ Capacitação

3. Criar programas de formação profissional para os grupos principais.

■ Comunicação

4. Divulgar as fontes de recursos para o estabelecimento de parcerias, a fim de viabilizar projetos.

5. Conscientizar a população sobre seus direitos por meio de palestras sobre cidadania, transporte, saneamento básico, saúde e educação.

■ Gestão pública

6. Ampliar o incentivo fiscal por parte do governo.

Possíveis parceiros

Alerj . Associação das Mulheres de Marica . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Colônia de Pesca Z-7 . Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro . Conselhos Municipais (Mulheres, Direitos da Criança e do Adolescente) . Cooperativas . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . FGV . Fundação Abrinq . Instituições religiosas . Iphan . MP . OAB . ONGs . Osciperj . Prefeitura Municipal . Rits . Sebrae . Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos . Secretarias Municipais (Assistência Social, Direitos Humanos) . Senac . Senai . Sindicatos . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Embaixada do Reino Unido . Empresas associadas ao Comperj . Fundação Odebrecht . Fundo Cristão para Crianças . LOA . Programa Petrobras Cultural . Pronaf . Pronasci.

PADRÕES DE CONSUMO

A pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionadas. Enquanto a primeira tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, segundo a Agenda 21, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios.

É muito comum confundir “consumir” com “fazer compras”. Consumir é um ato muito mais presente em nossas vidas. Todos os dias consumimos água, alimentos, combustíveis etc. Como cada um desses elementos se origina do planeta e nele permanece depois de usado, o consumo interage diretamente com a sustentabilidade e pode ser um poderoso instrumento para alcançá-la.

Tomar consciência dos hábitos de consumo, pensar sobre todos os materiais presentes em cada objeto, sua origem e destinação final requer uma revisão de hábitos, costumes e valores. A fim de atingir a escala necessária para fazer a diferença, todas as esferas sociais precisam estar envolvidas nesta transformação: governos, empresas, ONGs e cidadãos. As mudanças necessárias são profundas, mas o movimento do consumo consciente afirma que o poder de promovê-las está ao alcance de cada um, em sua própria vida, em seus atos cotidianos.

Em Maricá, predomina a lógica da sociedade de consumo (“ter é ser”). *Faltam estratégias de ação e de comunicação para promover mudança nos padrões atuais de consumo da sociedade. Não há campanhas de divulgação sobre produção limpa e responsabilidade socioambiental focadas na indústria e no comércio. Falta articulação à cadeia produtiva local para estimular o crescimento da oferta, a qualidade dos produtos e o aumento do consumo local.*

Algumas ações pontuais demonstram preocupação com o consumo sustentável. Boa parcela dos alimentos usados na merenda escolar (30%) é produzida por agricultores familiares, o que beneficia 90% deles.

Outra ação é a qualificação de professores da rede pública de ensino, por intermédio do Projeto Educavisa, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em parceria com vigilâncias sanitárias estaduais e municipais, Secretarias de Educação e Procon, que promove uma abordagem crítica do consumo de medicamentos e de outros produtos sujeitos à vigilância sanitária.

O município conta com um posto do Procon para atender às demandas da população por seus direitos

Consumo sustentável – Significa adquirir produtos eticamente corretos, ou seja, cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos e animais e não provoque danos ao meio ambiente.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Estratégias para o consumo sustentável

■ Planejamento

1. Fomentar mudanças de comportamento de entidades do setor de indústria e comércio para uma produção e comercialização mais sustentáveis.
2. Promover o crescimento da oferta e qualidade da cadeia produtiva para o consumo local.

■ Gestão pública

3. Criar incentivos à instalação de empresas preocupadas com a preservação do meio ambiente.

● Mudança dos padrões de consumo no município

■ Planejamento

1. Realizar atividades escolares que promovam o consumo consciente.

■ Comunicação

2. Publicar cartilhas socioambientais, focadas na divulgação de boas práticas relacionadas aos padrões de consumo.
3. Divulgar, junto aos veículos de comunicação, o tema “mudança dos padrões de consumo”.

4. Realizar campanhas educativas e informativas sobre consumo consciente de energia.
5. Promover e incentivar, junto ao poder público local, o consumo e práticas sustentáveis.

● Fortalecimento dos direitos do consumidor

■ Comunicação

1. Esclarecer a população sobre os direitos do consumidor.
2. Divulgar as ações realizadas pelo Procon.

Possíveis parceiros

Associação Comercial de Maricá . Associações de Moradores . Câmara dos Dirigentes Lojistas . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Firjan . Idec . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Procon . Sebrae . Secretarias Municipais (Ambiente e Urbanização, Administração, Assistência Social, Comunicação Social, Desenvolvimento Econômico, Trabalho) . Senac . Senai . Sesc . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . LOA.

ESPORTE E LAZER

O conceito de qualidade de vida, embora subjetivo, independentemente da nação, cultura ou época, relaciona-se a bem-estar psicológico, boas condições físicas, integração social e funcionalidade.

O esporte e o lazer são fatores de desenvolvimento local pelos benefícios que proporcionam à saúde física e mental dos seres humanos e pela oportunidade que oferecem de desenvolvimento individual e convivência social. São atividades reconhecidas pelas Nações Unidas como direitos humanos e, portanto, devem ser promovidas em todo o mundo.

Atividades esportivas são uma ferramenta de baixo custo e alto impacto nos esforços de desenvolvimento, educação e combate à violência em várias sociedades, e o lazer é fundamental para a qualidade de vida dos indivíduos.

Ambos têm o poder de atrair e mobilizar a juventude, promovendo a inclusão e a cidadania, valores como respeito ao outro e à natureza, aceitação de regras, trabalho de equipe e boa convivência social. Além disso, atividades de esporte e lazer geram empregos e renda.

Em Maricá, os participantes do Fórum da Agenda 21 Local informaram que os moradores sentem *falta de mais atividades de lazer e esportes* e que os atletas do município, muitas vezes, têm que treinar e participar de competições em municípios vizinhos.

Há algumas iniciativas esportivas do município, como a Copa Carioca BRC de Velocross – Estadual, o Eco Surf, o Encontro Nacional de Motociclistas e o Campeonato Estadual de *Mountain Bike* XCM, além da Copa Taça da Cidade de Maricá, uma competição de futebol entre as comunidades locais. Há, ainda, o Projeto Navegar, em parceria com o Instituto Rumo Náutico, que inicia alunos das escolas públicas na prática de canoagem, remo e vela.



O Instituto Rumo Náutico / Projeto Graef desenvolve programas educacionais, ambientais e profissionalizantes

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Fortalecimento do esporte

■ Infraestrutura

1. Criar novos centros esportivos e vilas olímpicas, com atividades permanentes, e viabilizar o acesso dos praticantes, com transporte gratuito e alimentação.
2. Instalar centros apropriados à prática de montanhismo, voo livre, canoagem, vela, entre outros.

■ Articulação

3. Estabelecer parcerias para aumentar o número de projetos e programas que envolvam esportes, entre outras atividades de lazer.

■ Planejamento

4. Realizar olimpíadas escolares, intra e intermunicipais.
5. Estimular atividades e práticas esportivas que cultivem valores éticos e de cidadania, gerando maiores laços de solidariedade com a população.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . CBB . CBF . CBV . COB . Empresas associadas ao Comperj . Ministério de Esportes . Oi Futuro . Prefeitura Municipal . Secretaria de Estado de Esporte e Lazer . Secretaria Municipal de Esportes . Suderj.

Possíveis fontes de financiamento

Ashoka . Eletrobras . Embaixada do Canadá . Empresas associadas ao Comperj . Ministério de Esportes . Oi Futuro . Unicef.







4

Ordem Econômica

GERAÇÃO DE TRABALHO, RENDA E INCLUSÃO SOCIAL

As mudanças climáticas e seus impactos, e a degradação do meio ambiente em geral, têm implicações significativas para o desenvolvimento econômico e social, para os padrões de produção e de consumo e, portanto, para a criação de empregos e geração de renda.

Ao contrário do que muitos afirmam, a transição para a sustentabilidade pode aumentar a oferta de emprego e a geração de renda. A relação direta entre o mundo do trabalho e o meio ambiente constitui a essência dos chamados empregos verdes – trabalhos e atividades que contribuem para a preservação ou restauração da qualidade ambiental, com remuneração adequada, condições de trabalho seguras e respeito aos direitos dos trabalhadores.

Os empregos verdes podem ser o caminho para enfrentar tanto a degradação ambiental, reduzindo os impactos da atividade econômica, quanto o desafio social representado por 1,3 bilhão de pessoas no mundo em situação de pobreza. Eles podem beneficiar trabalhadores com diferentes níveis de qualificação e são encontrados em uma ampla gama de setores da economia, tais como os de fornecimento de energia, reciclagem, agrícola, construção civil e transportes.

Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que, em 2008, o Brasil tinha aproximadamente 2,6 milhões de empregos verdes – o que representava 6,73% do total de postos formais de trabalho – e que a oferta desse tipo de emprego no País vem crescendo a uma taxa anual de cerca de 2%.

A economia de Maricá, no período 2002-2007, correspondia a 6,85% do PIB da região das baixadas litorâneas. No Comperj, este município faz parte da região de influência ampliada e respondeu, no mesmo período, por 0,4% do PIB da região⁹.

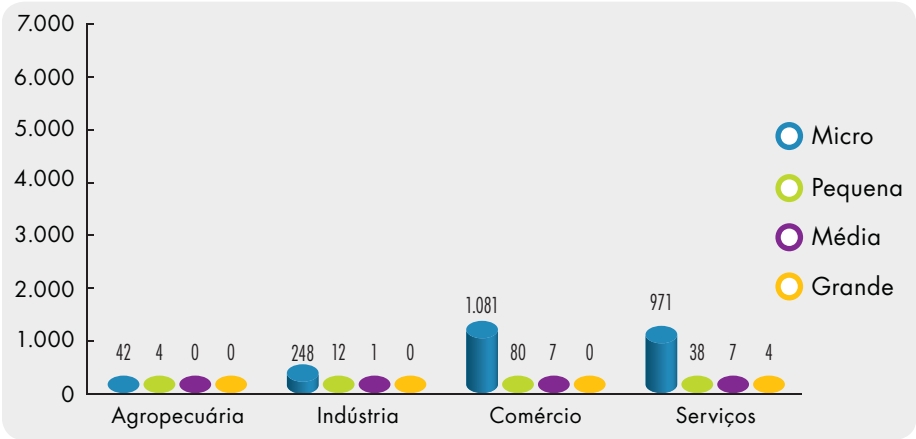
Segundo dados da Fundação Cide, em 2005, o Índice de Qualidade do Município (IQM, que mede as condições para atrair investimentos e multiplicar os benefícios do crescimento econômico), era, em Maricá, de 0,3012, correspondendo ao 35º lugar na classificação dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (do total de 92 municípios).

Maricá é um dos 87 municípios do Estado do Rio de Janeiro que recebem *royalties* pela exploração e produção de petróleo. Anualmente, recebe cerca de R\$ 36 milhões em repasse desses recursos.

⁹ IBGE, em parceria com órgãos estaduais de estatística (Fundação Cide), Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

O perfil do setor produtivo do município está no Gráfico 4. Em todos os setores da economia, o porte predominante de estabelecimento é a microempresa.

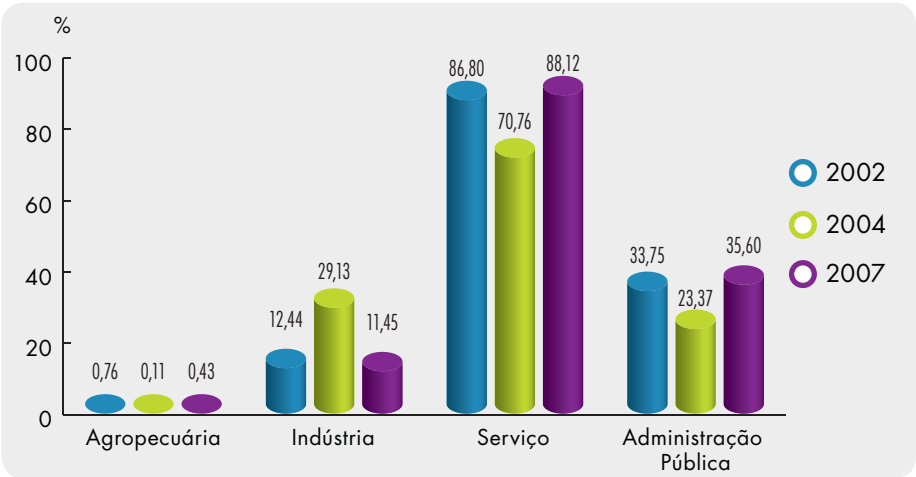
Gráfico 4: Número de estabelecimentos por setor conforme tamanho



Fonte: Sebrae, base de dados Rais/Estab (2007).

Entre 2002 e 2007, quase 90% da renda foram gerados no setor serviços e a indústria manteve sua participação relativa em torno de 12%. A administração pública, que representa uma parcela do setor de serviços, aumentou sua participação relativa na economia, passando de 33,75%, em 2002, para 35,60%, em 2007. A participação da agropecuária permaneceu pequena, inferior a 1%.

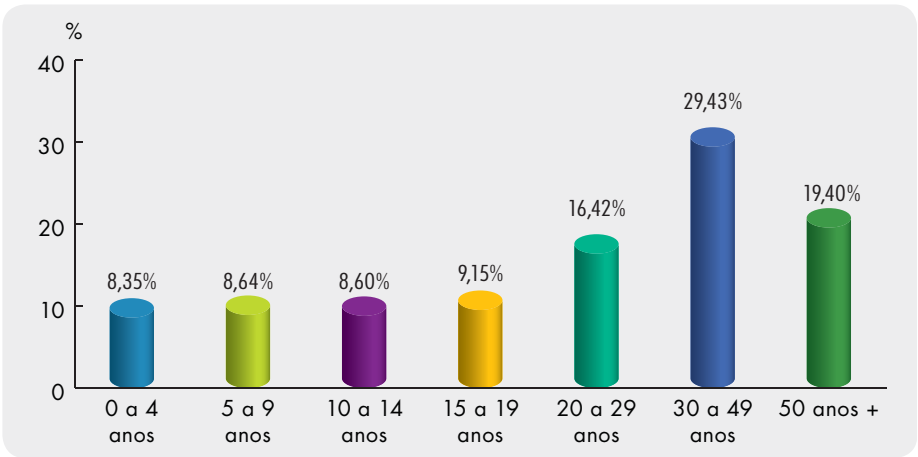
Gráfico 5: Participação relativa dos setores no PIB do município em 2002, 2004 e 2007



Fonte: IBGE (2007).

A população total estimada em 2007 era de 105.294 habitantes, sendo que 98,44% residiam na área urbana e 1,56% na área rural¹⁰. A maior parcela dessa população tem idade acima de 15 anos (Gráfico 6).

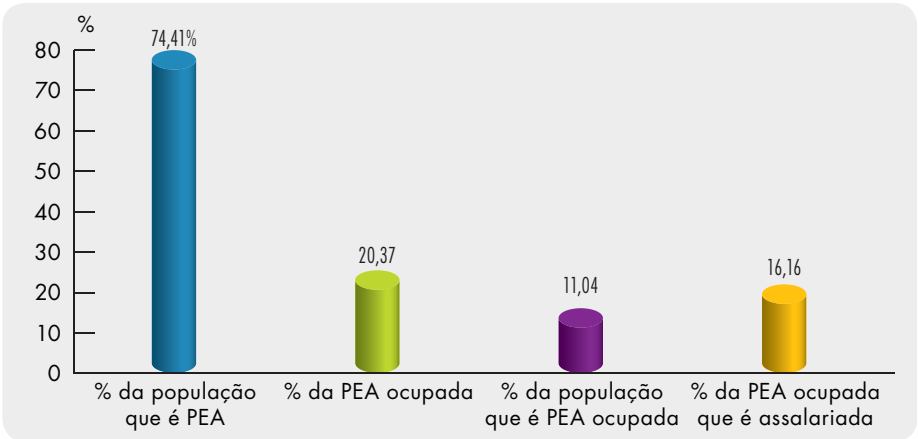
Gráfico 6: Composição da população segundo faixa etária



Fonte: Fundação Cide. Anuário Estatístico (2008).

Considerando-se a idade estimada para a População Economicamente Ativa, a PEA do município de Maricá, em 2007, correspondia a 74,41% da sua população. Além disso, apenas 20,37% da PEA estavam ocupados com carteira assinada nesse ano. Os dados mostram ainda que 16,16% da PEA ocupada eram assalariados (Gráfico 7).

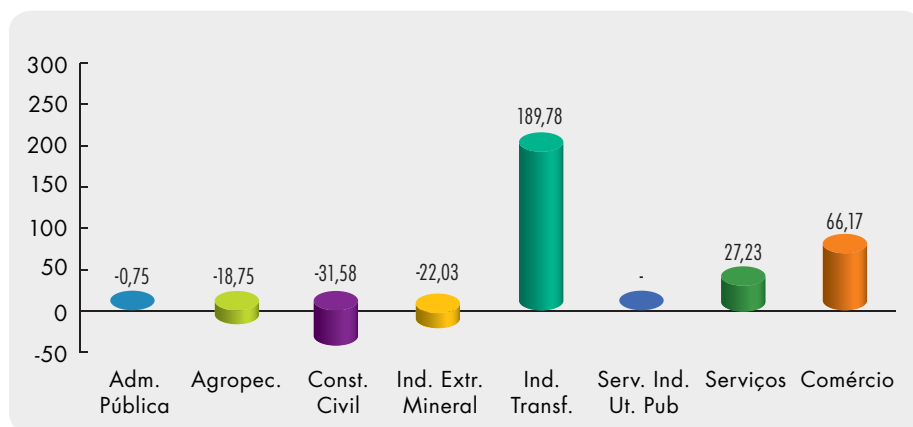
Gráfico 7: Descrição da População Economicamente Ativa em 2007



Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (2008).

¹⁰ IBGE e Sebrae, base de dados Rais (2007).

Gráfico 8: Taxa de variação de emprego com carteira assinada por setor de atividade entre os anos de 2001 e 2008

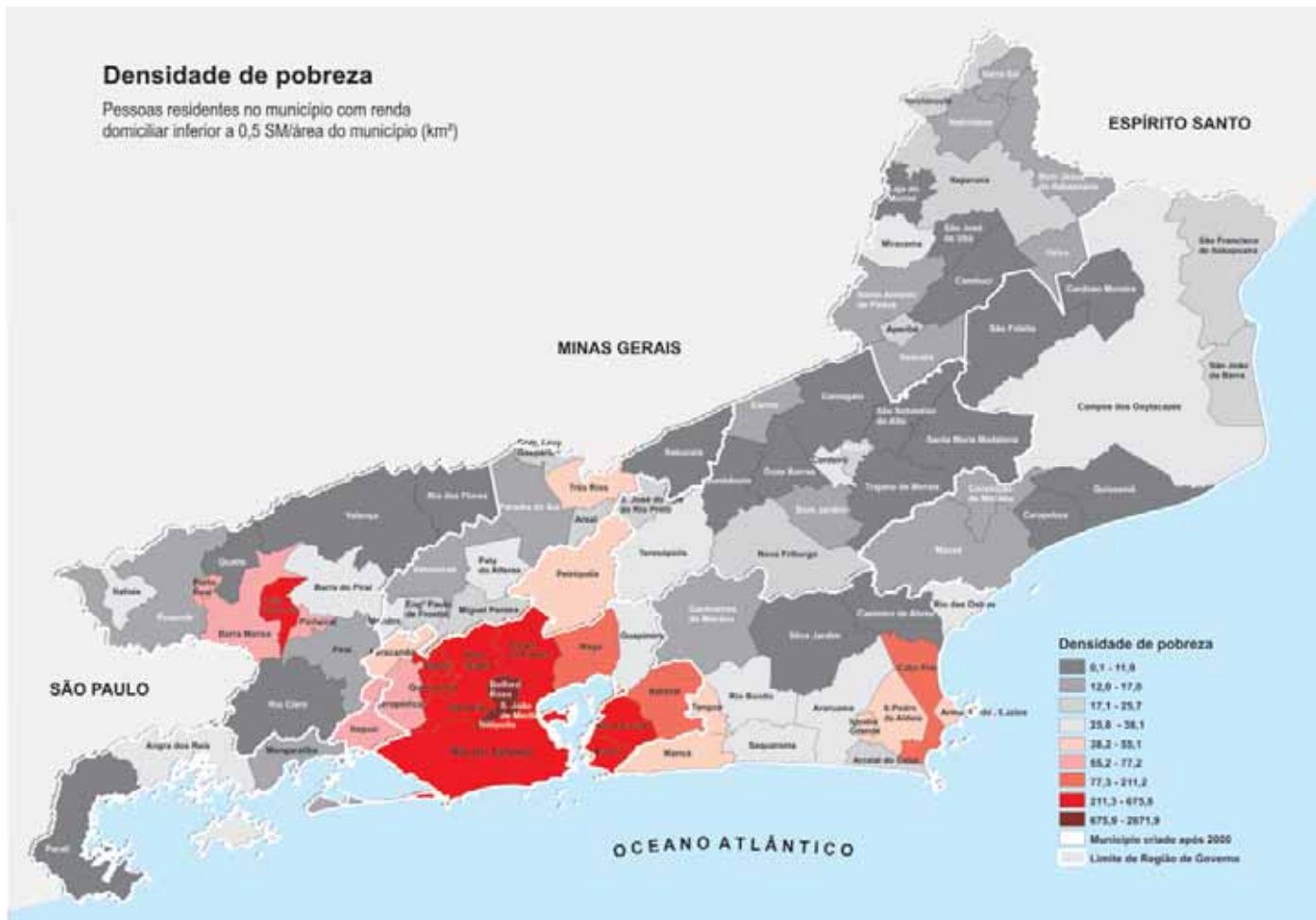


Fonte: IBGE (2007).

Estes dados ratificam a preocupação dos participantes do Fórum de Maricá com o desemprego, a pobreza e a desigualdade social no município. Segundo dados da Fundação Cide, a taxa de crescimento do PIB per capita do município, no período 2002-2007, foi de 44,66%, enquanto o da região das baixadas litorâneas nesse cresceu 103,9% no mesmo período. Estes dados sugeriam uma economia local em franco processo de crescimento.

No mapa da densidade da pobreza no estado, Maricá apresenta um índice na faixa de 38,2 a 55,1, que indica o número de pessoas residentes no município com renda domiciliar inferior a 0,5 SM/km². Embora a concentração da pobreza seja baixa, devido à grande extensão territorial do município, a taxa de pobreza é alta. Considerando o número de pessoas residentes com renda domiciliar inferior a 0,5 SM/total de habitantes, esta taxa em Maricá fica na faixa de 14,18 a 21,43%.

Mapa 8: Densidade de pobreza no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Estratégias de ação para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro (2009), in Anuário Estatístico do Rio de Janeiro, Fundação Ceperj (<http://www.ceperj.rj.gov.br/>).

Os participantes da Agenda 21 Local entendem que as ações voltadas para promover a inclusão social e a geração de renda são insuficientes devido à falta de visão sistêmica para a elaboração de políticas de combate à pobreza e de estímulo ao crescimento econômico.

No âmbito da inclusão social, a falta de ordenamento do município também estaria propiciando um crescimento demográfico desordenado e não compatível com a oferta de emprego – o que, por sua vez, estaria levando ao aumento da favelização.

O município não tem uma política pública voltada para geração de emprego, apesar da existência de mão de obra abundante, ainda que não devidamente qualificada ou especializada. Na opinião dos participantes, a falta de ações

sistematizadas nessa direção *desmotiva a população adulta a voltar para as salas de aula. O município também não conta com unidades educacionais para formação de pessoal – campi avançados das faculdades públicas e privadas e escolas técnicas públicas – capazes de oferecer cursos de capacitação e qualificação técnica, voltados às principais áreas da atividade econômica do município: construção civil, turismo, comércio, agricultura, petróleo e gás, pesca e gestão ambiental.*

Na avaliação deles, *a deficiência na captação e qualificação da mão de obra local, somada à ausência de oferta diversificada de emprego, contribui para o aumento do trabalho informal.*

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Arranjos produtivos locais

■ Projetos

1. Criar um projeto científico e tecnológico que estimule a vinda de incubadoras de empresas para desenvolvimento de tecnologias de energias renováveis.
2. Criar e incentivar projetos científicos e tecnológicos para a utilização de tecnologias sustentáveis.

■ Articulação

3. Criar convênios para a instalação de *campi* avançados nas universidades do município, para estimularem pesquisas na área.

■ Capacitação

4. Investir em formação técnica e difusão de tecnologias sustentáveis, por meio da realização de cursos profissionalizantes.

● Sistema de gestão para inclusão social

■ Infraestrutura

1. Promover o acesso à educação em todas as comunidades.
2. Criar um banco de dados da mão de obra local para atender às novas demandas.
3. Estimular a instalação de empreendimentos que se comprometam a aproveitar a mão de obra local.

■ Capacitação

4. Criar cursos profissionalizantes na área de construção civil, observando as regras do Plano Diretor.
5. Criar cursos preferencialmente noturnos e ministrados de forma prática.
6. Utilizar Cieps, escolas e espaços disponíveis e adequados do município para a criação de cursos técnicos nas áreas de agricultura, pesca, petróleo e gás, construção civil, turismo, idiomas e gestão ambiental, em parceria com Senai, Senac, Emater e Cefet.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . CIEE . Coppe – UFRJ . Emater . Escolas . Fundação Itaú Social . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento social e Combate a Fome, Trabalho e Emprego) . Oi Futuro . ONGs . Pesagro . Prefeitura Municipal . Prominp . Sebrae . Secretarias Estaduais (Educação, Ciência e Tecnologia) . Secretarias Municipais (Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Projetos Especiais) . Senac . Senai . Sesc . Sest/Senat . Sine . Subsecretaria Municipal de Ciência e Tecnologia . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . CNPq . Empresas associadas ao Comperj . FAT . Finep . Fundação Ford . LOA . Prominp . Pronaf . Pronasci.

AGRICULTURA

A Agenda 21, em seu Capítulo 32, afirma que a agricultura ocupa um terço da superfície da Terra e constitui a atividade central de grande parte da população mundial. Segundo o documento, as atividades rurais ocorrem em contato estreito com a natureza – a que agregam valor com a produção de recursos renováveis –, ao mesmo tempo em que a tornam vulnerável à exploração excessiva e ao manejo inadequado.

A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque holístico. Este modelo de agricultura respeita a diversidade e a independência, utiliza os conhecimentos da ciência moderna para se desenvolver e não marginaliza o conhecimento tradicional acumulado ao longo dos séculos por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo o mundo.

Um modelo sustentável de agricultura produz alimentos saudáveis para os consumidores e os animais, não prejudica o meio ambiente, é justo com seus trabalhadores, respeita os animais, provê sustento digno aos agricultores e apoia e melhora as comunidades rurais. Além disso, deve manter nossa capacidade futura de produzir alimentos, distribuindo-os com justiça, mantendo a qualidade do meio ambiente e preservando a diversidade cultural e biológica das variedades tradicionais de plantas cultiváveis.

Em Maricá, não há projetos para a área agrícola, nem programas de apoio da Secretaria Municipal de Agricultura, que não busca parcerias com o governo federal. O município possui vocação para aquicultura e apicultura, entre outras atividades correlatas, que poderiam ser mais bem aproveitadas localmente não fosse a falta de uma política pública que incentivasse, por exemplo, a produção e o consumo de mercadorias locais.

Os participantes do Fórum avaliam que falta um programa de incentivo ao crédito e orientação ao uso dos recursos e, em decorrência, os agricultores não utilizam adequadamente o sistema de crédito agrícola, pois sofrem com a restrição imposta pela inadimplência.

O município também não conta com uma escola agrícola para capacitar os trabalhadores rurais, por exemplo, para a agricultura orgânica. Essas deficiências prejudicam a geração de empregos no campo e a adoção de uma política sustentável para o uso da terra e o desenvolvimento rural – agricultura familiar e turismo rural –, além de promover o êxodo rural.



No Mercado do Produtor, os pequenos produtores rurais e pescadores da região vendem seus produtos aos maricaenses.

Plano de manejo – Plano de uso racional do meio ambiente que visa à preservação do ecossistema em associação com sua utilização para outros fins. É o instrumento básico de planejamento de uma Unidade de Conservação.

A atividade pesqueira artesanal é tradicional em Maricá . A *existência de comunidades de pescadores* ratifica tanto a sua longevidade quanto a sua contribuição para a atividade econômica do município.

No entanto, há preocupação com a *inexistência de um Plano de Manejo de pesca/maricultura*, o que prejudica o o combate à *degradação do sistema lagunar*. Uma das consequências é a *redução da produtividade pesqueira*, devido à *poluição dos rios, lagoas e mares*. Além disso, a *desvalorização da atividade tem levado à perda da identidade dos pescadores*.

No município, não há incentivos à *pesca artesanal tradicional como forma de desenvolvimento sustentável e proteção dos ecossistemas*. Para o grupo, faltam ações concretas que viabilizem o *restabelecimento da confiança no setor da pesca*.



A pesca é uma das atividades mais tradicionais do município

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Agricultura sustentável

■ Infraestrutura

1. Construir uma escola técnica rural.

■ Gestão pública

2. Criar o Conselho Municipal de Agricultura, para discutir o desenvolvimento de estratégias para a promoção de políticas públicas voltadas à agricultura sustentável.

■ Articulação

3. Realizar parcerias com as escolas técnicas (Faetec, Cefet, entre outras).

■ Planejamento

4. Promover a agricultura familiar.
5. Fortalecer a prática de policulturas, preferencialmente orgânicas.
6. Criar cooperativa para processar o excedente de produção em algumas categorias, como a de doces e geleias, para agregar maior valor ao produto.

■ Capacitação

7. Realizar cursos de capacitação em agricultura orgânica para os produtores rurais.
8. Prestar orientação técnica para o desenvolvimento de práticas sustentáveis.

● Incentivo à produção e ao consumo de mercadorias locais

■ Programas

1. Criar programas voltados à fixação do homem no campo (projetos que incentivem o fortalecimento dos agricultores).

■ Articulação

2. Promover a produção e o consumo de frutas e legumes característicos da região, criando parcerias com os supermercados e a Secretaria Municipal de Educação para fornecimento da merenda escolar.

■ Infraestrutura

3. Modernizar o Mercado Produtor Rural, viabilizando o escoamento da produção.

■ Gestão pública

4. Criar medidas de proteção contra a especulação imobiliária nas áreas agrícolas (Distrito de Espraiado).

● Geração de trabalho e renda no meio rural

■ Gestão pública

1. Fomentar a atividade rural mediante fornecimento de microcrédito e outros incentivos.
2. Apoiar as atividades de aquicultura e apicultura, visando a sua sustentabilidade.

■ Estudos técnicos

3. Realizar estudos das áreas apropriadas ao plantio de espécies frutíferas endêmicas, com fins comerciais.

■ Infraestrutura

4. Criar escolas técnicas agrícolas.
5. Construir estufas para a produção de mudas de hortaliças (horto).

■ Planejamento

6. Fortalecer as cooperativas de produtores rurais, visando agregar valor à produção.

■ Fiscalização

7. Fiscalizar o repasse da verba destinada ao fortalecimento da agricultura familiar.

■ Comunicação

8. Elaborar campanhas de divulgação do Programa da Agricultura Familiar, visando estimular os produtores rurais.

● Revitalização da economia pesqueira

■ Infraestrutura

1. Reestruturar as colônias de pescadores existentes no município.
2. Realizar um censo pesqueiro.

■ Planejamento

3. Criar cooperativas para desenvolver mecanismos de promoção da pesca sustentável.
4. Desenvolver modelos de gestão participativa que permitam aos pescadores sugerir estratégias para a elaboração de programas.

■ Articulação

5. Realizar parcerias para construir um ancoradouro de embarcações de pescadores da região.

■ Projetos

6. Elaborar programas e projetos que promovam a renaturalização¹¹ das lagoas do município.

■ Capacitação

7. Realizar cursos de capacitação em pesca, criação de camarão e empreendedorismo, a fim de comercializar o produto final por um valor mais justo.
8. Direcionar estudos técnicos para a criação de espécies lacustres nativas, com fins comerciais.

9. Realizar eventos para divulgar as práticas sustentáveis, a partir de experiências bem-sucedidas em atividades pesqueiras.

Possíveis parceiros

Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez) . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cefet . Colônia de Pesca Z-7 . Emater . Embrapa . Faetec . Fiperj . Grupo de Integração de Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco) . Inea . Instituto de Ciências do Mar (Labomar) . Marinha do Brasil . Ministérios (Pesca e Aquicultura, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário) . MP . OAB . Orquidófilo Maricaense . Pesagro . Prefeitura Municipal . SEA . Sebrae . Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento . Secretarias Municipais (Trabalho, Meio Ambiente e Urbanização, Assistência Social, Agricultura e Pesca) . Sindicato Rural de Marica . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . BVS&A . Caixa Econômica Federal . Comissão Europeia . CT – Agro . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . FNE Verde . FNMA . Funbio . LOA . Ministérios (Pesca e Aquicultura, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário) . Prodetab . Programa de Modernização da Agricultura e Recursos Naturais (Moderagro) . Pronaf.

¹¹ Processo envolvendo profissionais diversos e a população visando a recuperação de áreas degradadas e a despoluição dos corpos d'água.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em seu Capítulo 30, a Agenda 21 reconhece que a prosperidade constante, objetivo fundamental do processo de desenvolvimento, resulta principalmente das atividades do comércio e da indústria. Mas alerta que o setor econômico deve reconhecer a gestão do meio ambiente como uma de suas mais altas prioridades. Não é possível ter uma economia ou uma sociedade saudável num mundo com tanta pobreza e degradação ambiental. O desenvolvimento econômico não pode parar, mas precisa mudar de rumo para se tornar menos destrutivo.

As políticas e operações empresariais podem desempenhar um papel importante na redução do impacto sobre o uso dos recursos e o meio ambiente por meio de processos de produção mais eficientes, estratégias preventivas, tecnologias e procedimentos mais limpos de produção ao longo do ciclo de vida de um produto. É necessário estimular a inventividade, a competitividade e as iniciativas voluntárias para estimular opções mais variadas e efetivas.

A competitividade também exige das indústrias e do comércio a adequação a esta tendência, o que está propiciando o surgimento de produtos e serviços ambientais que visam à diminuição dos danos ao meio ambiente.

A contribuição deste setor para o desenvolvimento sustentável pode aumentar à medida que os preços de bens e serviços reflitam cada vez mais os custos ambientais de seus insumos, produção, uso, reciclagem e eliminação, segundo as condições de cada local.

Os participantes do Fórum percebem a ausência de indústrias com padrões ambientalmente corretos em Maricá.

O grupo considera que existem atividades de *comércio ilegal em todos os níveis*.

A realidade industrial da região deverá ser alterada devido à instalação do Comperj. Um estudo elaborado pela Firjan (Comperj – Potencial de Desenvolvimento Produtivo), em 2008, mostra que Maricá também se beneficiará com a atração de empreendimentos, segundo a tendência de desconcentração industrial na região. A Tabela 2 apresenta uma projeção do valor adicionado a ser gerado pelos empreendimentos na fase de operação do Complexo Petroquímico, com relação ao PIB do município.

Tabela 2: Projeções para a relação entre o Valor Adicionado e o PIB a partir da instalação do Complexo Petroquímico

Valor Adicionado / PIB (2015)		
Município	Cenário Conservador	Cenário Otimista
Maricá	1,13%	2,25%
Rio de Janeiro	0,02%	0,05%

Fonte: Fundação Getulio Vargas (2008).

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Atração de novos negócios

■ Infraestrutura

1. Criar um centro de convenções e um parque de exposições.
2. Criar um centro comercial que possibilite a centralização das atividades, com infraestrutura adequada.

■ Comunicação

3. Criar eventos para divulgar quais empresas se instalarão no entorno do município e as oportunidades futuras.
4. Divulgar as potencialidades e vocações locais.

■ Planejamento

5. Elaborar um plano para a atração de indústrias para o município, incluindo estudos de viabilidade e incentivos fiscais.
6. Desenvolver um plano de ação para o turismo de negócios no município.
7. Fortalecer a Associação Comercial para que protagonize o processo de identificação de oportunidades.
8. Promover a legalização das atividades informais, diminuindo a burocracia.

■ Capacitação

9. Realizar cursos de capacitação para gerar oportunidades de emprego nos setores de comércio e indústria (contabilidade, administração, organização, informática, cursos técnicos mecânicos, eletricitistas e construtores civis).

■ Gestão pública

10. Rever a legislação municipal, a fim de estabelecer normas para a instalação de novas indústrias.

Possíveis parceiros

Câmara de Dirigentes Lojistas de Maricá . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Firjan . IBGE . Ministérios (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Trabalho e Emprego) . Prefeitura Municipal . Prominp . Sebrae . Secretarias Estaduais (Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Trabalho e Renda) . Secretarias Municipais (Assistência Social, Desenvolvimento Econômico) . Senac . Senai . Sesc . TCE-RJ . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . CT-Petro . Empresas associadas ao Comperj . FAT . LOA . PAC . Planfor . Proger . Prominp.

TURISMO

O turismo está entre as atividades econômicas que mais dependem da conservação e valorização do meio ambiente natural e construído, especialmente para os destinos cujo destaque são os atrativos relacionados à cultura e às belezas naturais. É considerado sustentável quando consegue alcançar os resultados econômicos desejados respeitando o meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades locais.

Os turistas, cada vez mais, favorecem empreendimentos que minimizam a poluição, o desperdício, o uso de energia, de água e de produtos químicos tóxicos. Visitantes satisfeitos, que levam consigo novos conhecimentos e recomendam aos amigos que tenham a mesma experiência, são a garantia de sucesso de um destino turístico.

Um ambiente saudável e preservado, no qual há respeito pela diversidade humana, natural e cultural é o ideal para a prática sustentável do turismo. Se essas condições não são asseguradas, o destino começa a declinar e deixa de gerar os benefícios a que se propõe.

O desenvolvimento do turismo sustentável deve respeitar a legislação vigente, garantir os direitos das populações locais, conservar o ambiente natural e sua biodiversidade, considerar o patrimônio cultural e os valores locais, e estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos.

Negócios turísticos sustentáveis empregam e capacitam a população local, compram produtos da região e usam serviços também locais. Cooperam com a manutenção de habitats naturais, sítios históricos e lugares que se destacam pela beleza da paisagem.

Maricá possui potencial para o turismo sustentável e dispõe de *áreas rurais adequadas ao turismo rural*. Entretanto, os participantes consideraram que *falta planejamento para o turismo (ex.: caminhadas, turismo radical, circuitos locais, qualificação da mão de obra)*.

Os principais pontos históricos e culturais do município são:

- Paróquia N. S. do Amparo – Construída no século XIX
- Casa da Cultura/Antiga Câmara e Cadeia – Construída no século XIX
- Fazenda Itaocaia – Fazenda cafeeira que hospedou D. Pedro I e Charles Darwin. Aberta à visitação.
- Farol de Ponta Negra – construção antiga que até hoje orienta as embarcações.

Além desses pontos, a natureza em Maricá contempla serra e mar, oferecendo diversas opções para o desenvolvimento do turismo. Os participantes se mostraram preocupados com a ocorrência de *atividades turísticas predatórias que promovem o despejo de resíduos sólidos nos rios da região*.

O Farol de Ponta Negra é uma das atrações turísticas da região



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Turismo sustentável

■ Estudo técnico

1. Realizar inventário turístico do município.

■ Planejamento

2. Promover a gestão compartilhada do turismo e meio ambiente, com atuação dos órgãos responsáveis.
3. Desenvolver um planejamento estratégico para o turismo no município.
4. Envolver a população no resgate e na divulgação da história e cultura locais.
5. Incentivar a inclusão do tema "turismo" no currículo escolar.
6. Fortalecer as cooperativas de artesãos.
7. Criar campanhas de Educação Ambiental voltadas ao turismo sustentável.
8. Desenvolver o circuito local de orquídeas.

■ Infraestrutura

9. Instalar o Conselho Municipal de Turismo.
10. Investir em acessibilidade para atender às novas demandas do turismo.
11. Investir nos pontos turísticos.
12. Restaurar o patrimônio cultural e histórico.
13. Incentivar o empreendedorismo local para o surgimento de novas pousadas, hotéis, restaurantes, entre outros.

■ Comunicação

14. Instalar postos de informações turísticas em todos os distritos.
15. Divulgar as potencialidades turísticas por meio de *sites* e mídias em geral.

■ Capacitação

16. Capacitar mão de obra local para o trabalho na área turística.

● Promoção do ecoturismo

■ Infraestrutura

1. Fazer um levantamento das trilhas existentes.

2. Sinalizar as trilhas existentes.

3. Cadastrar guias que trabalhem no município.

■ Articulação

4. Estabelecer parcerias com proprietários de terras para delinear as trilhas.

■ Gestão pública

5. Promover o uso sustentável das trilhas.

● Incentivo ao turismo rural

■ Gestão pública

1. Criar políticas de incentivo ao turismo rural.
2. Demarcar áreas adequadas ao turismo rural.

■ Infraestrutura

3. Dotar de infraestrutura as áreas destinadas ao turismo rural.

■ Capacitação

4. Capacitar os munícipes para atuar como guias de turismo.
5. Capacitar o proprietário rural quanto ao uso sustentável de suas áreas.

■ Comunicação

6. Criar um calendário de eventos para divulgar os produtos regionais, incluindo uma feira anual.

Possíveis parceiros

Abav . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ministério do Turismo . ONGs . Prefeitura Municipal . Prodetur . Sebrae . Secretarias Estaduais (Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda) . Secretarias Municipais (Assistência Social, Trabalho, Turismo e Lazer, Agricultura e Pesca) . TCE-RJ . Turisrio . Universidades .

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Empresas associadas ao Comperj . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . LOA . Ministério do Turismo . PAC . Plano Nacional de Municipalização do Turismo . Prodetur .

GERAÇÃO DE RESÍDUOS

As atividades industriais, agroindustriais, hospitalares, de transportes, serviços de saúde, comerciais e domiciliares produzem grandes volumes de resíduos sólidos sob a forma de plásticos, metais, papéis, vidros, pneus, entulhos, lixo eletrônico, substâncias químicas e alimentos. Para piorar este quadro, a maioria dos municípios não conta com mecanismos de gerenciamento integrado desses resíduos.

Substâncias químicas perigosas de origem orgânica, como os organoclorados, ou inorgânica, como metais pesados (chumbo e mercúrio, entre outros), provocam doenças e não se degradam na natureza. Pilhas, baterias de telefones celulares, lâmpadas de mercúrio e outros resíduos perigosos têm em sua composição metais pesados, altamente tóxicos, não biodegradáveis e que se tornam solúveis, penetrando no solo e contaminando as águas.

Já os resíduos infectantes gerados pelos serviços de saúde constituem risco pelo potencial de transmissão de doenças infectocontagiosas, uma vez que nem sempre são coletados, tratados, eliminados ou dispostos corretamente. É urgente a diminuição, o gerenciamento, a reciclagem e a reutilização dos resíduos gerados ao longo de todas as fases do processo econômico, considerando que muitos deles podem ser reaproveitados, beneficiando a todos.

Em Maricá, o grupo teme que, *com a implantação do Comperj, aumentem o transporte de produtos químicos e o descarte de resíduos perigosos e industriais. Receia também a possibilidade de os efluentes oriundos do Comperj serem despejados na costa de Maricá e o despejo indevido de substâncias químicas nos rios.*

Há grande preocupação com *a ausência de informações sobre a possível implantação de dutos que passem por Maricá ou tenham o município como destino final, especialmente considerando o despreparo dos órgãos ambientais competentes para enfrentar acidentes com resíduos perigosos e substâncias tóxicas.*

O receio se justifica pelo fato de *o município não ter controle sobre o descarte de produtos químicos tóxicos e nem condições de acompanhar o armazenamento, reciclagem e destino de resíduos perigosos.*

Os participantes não sabem *se há resíduos radioativos no município (como resultado do beneficiamento de areia monazítica – princípio da precaução). Segundo alegaram, falta divulgação dos programas voltados para o manejo seguro e ambientalmente saudável dos resíduos radioativos.*

Princípio da precaução – Este princípio foi definido pela ONU em 1994 e enuncia-se assim: “Quando há risco de per turbações graves irreversíveis, a ausência de certezas científicas absolutas não pode servir de pretexto para adiar a adoção de medidas.”



O Instituto Reciclar promove atividades educacionais em escolas de Maricá

Classes dos resíduos

1 – Perigosos – Apresentam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, exigindo tratamento e disposição especiais;

2 – Não inertes – Não apresentam periculosidade. (ex.: lixo doméstico);

3 – Inertes – Não contaminam a água, não se degradam ou não se decompõem quando dispostos no solo (se degradam muito lentamente). Muitos deles são recicláveis (ex.: entulhos de demolição, pedras e areias retirados de escavações).

Tabela 3: Relação entre origem e classes de resíduos e responsáveis por seu descarte

Origem	Possíveis Classes	Responsável
Domiciliar	2	Prefeitura
Comercial	2, 3	Prefeitura
Industrial	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Público	2, 3	Prefeitura
Serviços de saúde	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Portos, aeroportos e terminais ferroviários	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Agrícola	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Entulho	3	Gerador do resíduo

Fonte: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/residuos/classes_dos_residuos.html

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Plano de emergência integrado

■ Planejamento

1. Criar um plano de emergência integrado, focado na prevenção dos riscos inerentes aos resíduos dos processos produtivos.

■ Comunicação

2. Informar a população sobre possíveis riscos e ações a adotar em caso de contato com substâncias tóxicas, perigosas e radioativas.
3. Solicitar mais informações sobre o destino conferido aos resíduos radioativos em centros de medicina nuclear e clínicas de radiologia, entre outros.

■ Capacitação

4. Estabelecer convênios com os órgãos competentes para capacitar os técnicos das Secretarias Municipais pertinentes, em atividades de controle e fiscalização de resíduos tóxicos, perigosos e radioativos e sobre as ações a adotar em caso de emergência.

● Uso de agrotóxicos

■ Fiscalização

1. Combater a contaminação do solo e dos lençóis freáticos pelos resíduos lançados diretamente nas lagoas.
2. Fiscalizar rigorosamente o cumprimento da legislação relacionada ao descarte de agrotóxicos.
3. Fiscalizar o comércio de agrotóxicos no município, criando mecanismos de controle.

■ Comunicação

4. Criar campanhas de orientação sobre uso e descarte de agrotóxicos.

● Controle de resíduos perigosos

■ Gestão pública

1. Cobrar das empresas instaladas no município a realização de programas de gestão de resíduos perigosos que previnam a contaminação das bacias hidrográficas.

■ Comunicação

2. Criar um plano de comunicação que informe a população sobre as áreas que serão impactadas com a instalação de dutos do Comperj.
3. Elaborar mecanismos de orientação para situações de emergência.
4. Criar campanhas para informar sobre problemas causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado de resíduos perigosos.

■ Capacitação

5. Realizar cursos de capacitação para os agentes de fiscalização municipal.

● Investigação sobre resíduos radioativos a partir de beneficiamento de minério no passado

■ Estudos técnicos

1. Apurar a existência de depósitos radioativos existentes no município, com o auxílio de órgãos de controle ambiental municipal, estadual e federal.
2. Solicitar ao CNEN investigação sobre possíveis localidades de beneficiamento de monazita.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Cnen . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Ibama . Inea . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Meio Ambiente) . MP . OAB . ONGs . Pesagro . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Estaduais (Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, Ambiente) . Secretarias Municipais (Agricultura e Pesca, Meio Ambiente e Urbanização) . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Finep . ICMS Verde . LOA . Pibic.





5

Meios
de Implementação

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Segundo a Agenda 21, o desafio relacionado a este tema é utilizar o conhecimento científico e tecnológico em busca de soluções inovadoras em prol do desenvolvimento sustentável. E um dos papéis da ciência é oferecer informações que permitam desenvolver políticas adequadas à gestão cautelosa do meio ambiente e ao desenvolvimento da humanidade.

A ciência e a tecnologia devem colaborar para a adoção de técnicas de manejo e uso adequado dos recursos ambientais, melhorando a qualidade de vida das populações e permitindo sua participação na elaboração de estratégias de desenvolvimento local.

A fim de alcançar esses objetivos são necessárias ações para melhorar, atualizar e ampliar, ao longo do tempo e de forma permanente, as bases de dados científicos existentes. Isto exige o fortalecimento das instituições de pesquisas, o estímulo aos cientistas e a ampliação das fontes de financiamento, além de uma aproximação das instituições científicas e tecnológicas e dos cientistas com a população.

Segundo a Unesco, o Brasil aplica aproximadamente 1,4% do PIB em ciência e tecnologia, sendo que 1,02% do PIB são investimentos diretos em pesquisa e desenvolvimento. Mas observa que o País enfrenta o desafio de fazer com que os investimentos cheguem de forma mais homogênea à população e possam efetivamente melhorar sua qualidade de vida.

Maricá não tem uma Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia. O trabalho nesta área é realizado pelas Secretarias de Educação, de Administração, de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente.

Um convênio entre a prefeitura e a Embratel e o Programa de Inclusão Digital do governo federal têm como objetivo promover a inclusão digital em Maricá.

O município conta com uma Casa Digital, que ministra cursos básicos de informática. O projeto Maricá Cidade Inteligente, da Secretaria de Administração, em fase de implantação, visa disponibilizar os serviços da prefeitura *on-line* e oferecer gratuitamente redes de acesso à *internet* para a população.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

● Criação de um programa de Ciência e Tecnologia

■ Gestão pública

1. Criar a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia.
2. Criar um Fórum Municipal de Ciência e Tecnologia para apoiar a tomada de decisões sobre o assunto.
3. Elaborar um programa de convênios com as faculdades, por intermédio de seus centros de pesquisa, para uma educação científica, articulado pela Secretaria Municipal de Educação.
4. Criar mecanismos que garantam a continuidade dos programas existentes e futuros.
5. Viabilizar a implantação e operacionalização de um fundo de apoio à Ciência e Tecnologia.

■ Articulação

6. Atuar, em conjunto com as universidades, na gestão de informações sobre Ciência e Tecnologia.
7. Negociar com as universidades a elaboração de um plano de pesquisa de interesse do município.
8. Articular parcerias para o financiamento de projetos.

■ Comunicação

9. Criar incentivos que despertem o interesse dos jovens pela carreira científica.
10. Divulgar um calendário de eventos científicos de interesse do município.

11. Promover eventos para divulgar os resultados das pesquisas realizadas, com a participação da sociedade, de modo a aproveitar o potencial intelectual de moradores e veranistas.

● Programa de biotecnologia

■ Planejamento

1. Adaptar programas biotecnológicos voltados para a produção agrícola local.
2. Acompanhar os instrumentos que formalizam as decisões de biotecnologia em nível nacional e internacional.

■ Estudos técnicos

3. Aprofundar os conhecimentos sobre o tema, a fim de implantar programas de manejo ambientalmente saudável da biotecnologia.

Possíveis parceiros

Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Fiocruz . Fundação BioRio . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente) . Secretarias Estaduais (Ciência e Tecnologia, Educação, Ambiente) . Secretarias Municipais (Educação, Meio Ambiente e Urbanização, Desenvolvimento, Comunicação Social) . Subsecretaria Municipal de Ciência e Tecnologia . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . FNMA . Pibic.

RECURSOS FINANCEIROS

O cumprimento dos objetivos da Agenda 21 Global exige um fluxo substancial de recursos financeiros, sobretudo para os países em desenvolvimento, que ainda necessitam resolver questões estruturais para que sejam construídas as bases de um desenvolvimento sustentável.

No plano local, o fortalecimento da capacidade das instituições para a implementação da Agenda 21 também exige financiamento, e um dos principais desafios enfrentados nesse processo é a identificação de mecanismos para obter recursos financeiros que viabilizem a execução dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A busca de financiamento deve não só considerar os recursos conhecidos como também buscar novas fontes, ampliando e diversificando as alternativas existentes para os diferentes processos e localidades. Essa tarefa demanda competências e capacidade técnica para quantificar de forma adequada as necessidades, planejar e desenvolver projetos que permitam a captação, além de monitorar e controlar a aplicação dos recursos e o andamento das ações contempladas.

Nesse sentido, destaca-se a importância de processos de capacitação e formação de quadros locais que possam desenvolver de forma adequada os projetos e atuar de forma transparente na utilização dos recursos disponibilizados. Já para o monitoramento e controle, é importante implementar mecanismos eficientes e criar estratégias que promovam a transparência na prestação de contas à sociedade.

A participação da sociedade deve permear todo o processo, desde a escolha da destinação dos recursos obtidos, visando à eficácia de sua aplicação, até seu acompanhamento ao longo da utilização.

Em Maricá, os participantes do Fórum entendem que uma das potencialidades do município é a implantação de uma *política de incentivo fiscal* para atrair novos recursos para a promoção de ações no campo da sustentabilidade.

Entretanto, criticam a falta de discussão prévia com a comunidade local sobre os *empreendimentos previstos com recursos internacionais – geralmente implantados de cima para baixo* – e afirmam que a *sociedade civil organizada só é chamada para participar de um processo e legitimá-lo quando ele já está concluído*.

A *ausência de investimentos na capacitação profissional e na formação de atores sociais para captar recursos internacionais* dificulta a atração de novos investimentos. Além disso, também *faltam informações e estruturas para captação de recursos e mecanismos de financiamento*. Porém, a *possibilidade de*

utilização dos recursos originados a partir de *convênios* é uma potencialidade que deveria receber mais atenção do poder público e da sociedade.

Quanto às possíveis parcerias, o grupo apontou como oportunidade a *integração parcial com o Conleste – via Fundo de Desenvolvimento para captação de recursos*.

Não há *investimentos estrangeiros* no município, e a população teme a futura instalação de *empresas estrangeiras que não tenham bons padrões ambientais e que não priorizem a mão de obra local*. Os participantes lembram que a *Lei Orgânica Municipal* ainda não foi regulamentada.

Para eles, a *existência de várias organizações atuantes (ONGs, Oscips, sindicatos, associações, fundações, Conselhos Municipais e comunitários etc.)* é uma oportunidade de atração de novos recursos.

Em 2010, Maricá recebeu R\$ 254.956,00 em recursos do ICMS Ecológico, dos quais R\$ 191.259,00 referentes a Unidades de Conservação e R\$ 63.697,00 a tratamento de esgoto.

Entre 2003 e 2008 as receitas totais do município aumentaram 121% e as despesas 97%. Em 2008, as receitas somaram R\$ 114,81 milhões, enquanto as despesas totais foram de R\$ 112,46 milhões.

ICMS-Verde – A legislação tradicional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevê que 25% dos recursos arrecadados pelo governo estadual do Rio de Janeiro sejam repassados às prefeituras, segundo critérios como número de habitantes e área territorial. Com a aprovação da Lei do ICMS-Verde, o componente ecológico foi incorporado a essa distribuição, tornando-se um dos seis índices estabelecidos para o cálculo do imposto. Dependendo do tipo de política que adotar em favor do meio ambiente, o município terá direito a maior repasse do imposto. O índice de repasse do ICMS-Verde é composto da seguinte forma: 45% para áreas conservadas (Unidades de Conservação, reservas particulares e áreas de proteção permanentes); 30% para qualidade da água; e 25% para a administração dos resíduos sólidos. As prefeituras que criarem suas próprias Unidades de Conservação terão direito a 20% dos 45% destinados à manutenção de áreas protegidas. Os índices para a premiação dos municípios são elaborados pela Fundação Cide.

(Fonte: Centro de Informações de Dados do Rio de Janeiro)

Tabela 4: Índices econômicos do município de Maricá em 2008

Índice	Nomenclatura	Fórmula	Valor	Descrição	Série Histórica
1	Indicador de equilíbrio orçamentário	Receita realizada/despesa executada	1,0209	Há R\$ 102,09 para cada R\$ 100,00 executados Superávit execução	Ver Gráfico 9
2	Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa	Despesas de custeio/receitas correntes	0,88	De toda a receita corrente, 88% estão comprometidos com o custeio do funcionamento da máquina administrativa	Ver Gráfico 10
3	Autonomia financeira	Receita tributária própria/despesas de custeio	0,229	Apenas 22,9% de toda a receita do município provêm do próprio	Ver Gráfico 11
4	Esforço tributário próprio	Transferências correntes e de capital/receita realizada	0,470	Do total de receitas do município, 47% vêm de transferências	Ver Gráfico 12
5	Carga tributária <i>per capita</i>	Receita tributária própria + cobrança dívida ativa/população	274,74	Ao longo de 2008, cada habitante contribuiu, em média, com R\$ 274,74 para o fisco municipal	Ver Gráfico 13
6	Investimentos <i>per capita</i>	Investimentos/população do município	90,26	Cada habitante recebeu da administração pública R\$ 90,26 em forma de investimentos	Ver Gráfico 14
7	Grau de investimento	Investimentos/receita total	9,37%	Os investimentos públicos representam 9,37% da receita total do município	Ver Gráfico 15
8	Liquidez corrente	Ativo financeiro/passivo financeiro	2,45	Para cada parte devida, existem 2,45 vezes mais receita para pagar	Ver Gráfico 16

Fonte: TCE, Estudo Socioeconômico do Município de Maricá (2009).

Gráfico 9: Indicador de equilíbrio orçamentário

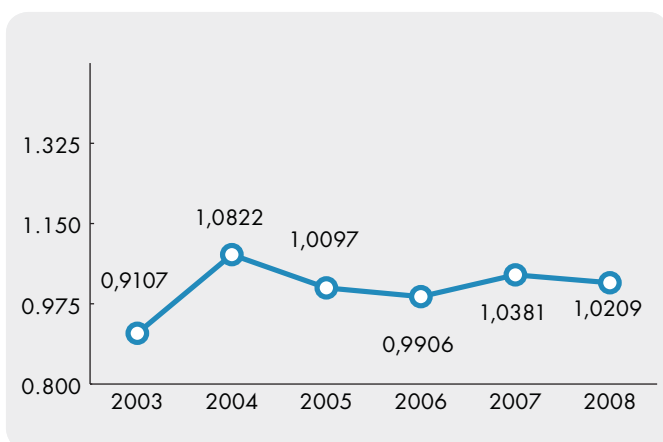


Gráfico 10: Despesas de custeio

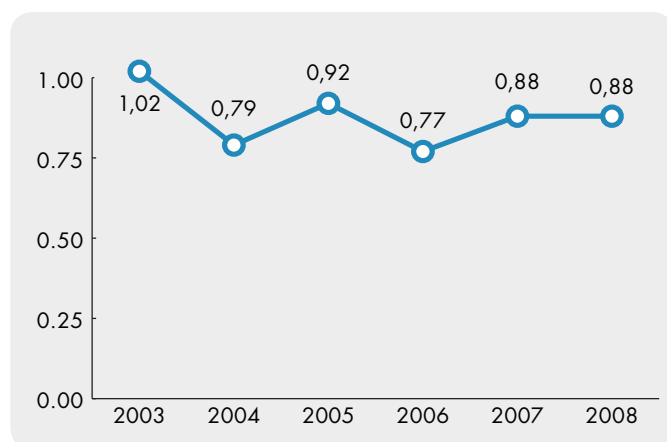


Gráfico 11: Autonomia financeira

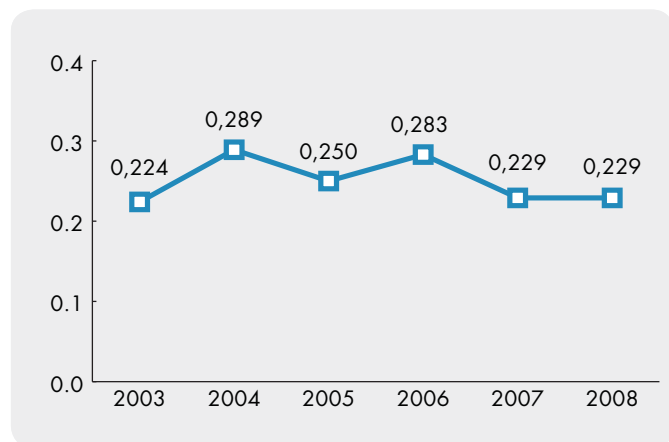


Gráfico 14: Investimentos *per capita*

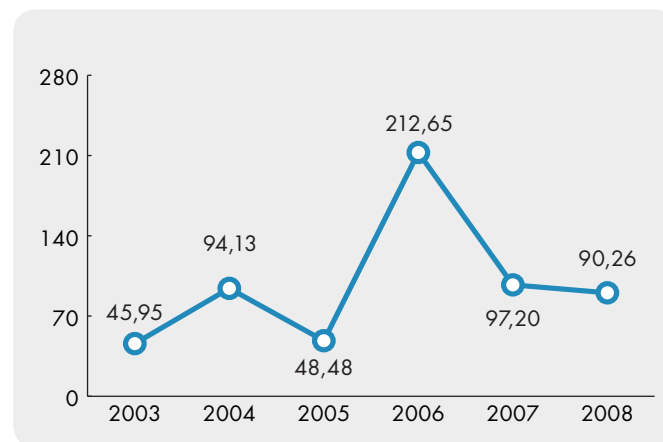


Gráfico 12: Esforço tributário próprio

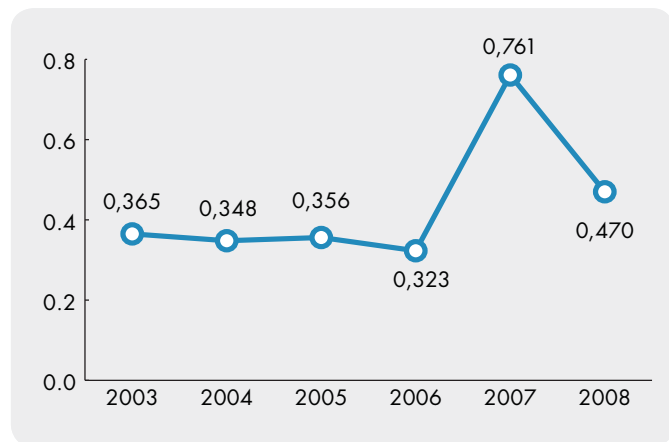


Gráfico 15: Grau de investimento

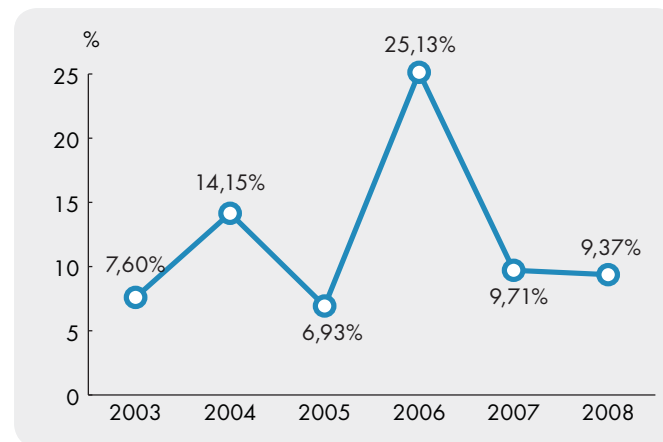


Gráfico 13: Carga tributária *per capita*

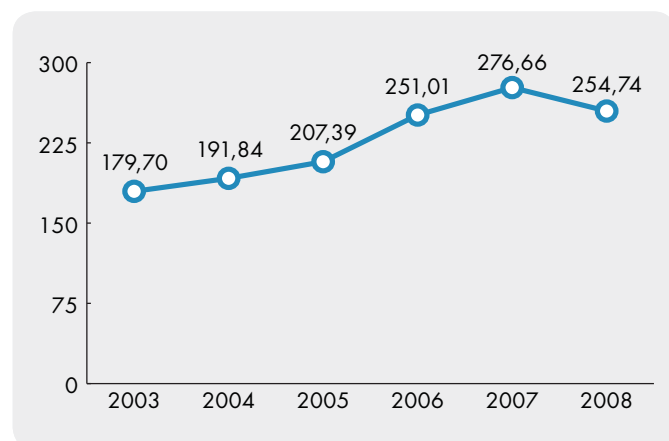
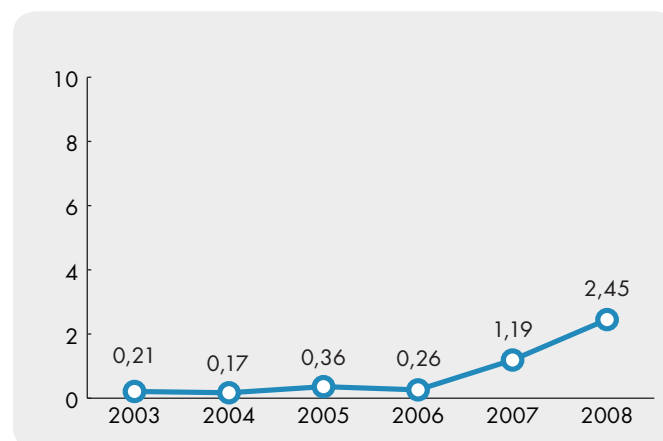


Gráfico 16: Liquidez corrente



PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Viabilização de projetos para Elaboração de políticas para a viabilização de recursos financeiros

■ Comunicação

1. Divulgar para as organizações sociais a existência de potenciais fontes de financiamento para a captação de recursos em diversas áreas.

■ Gestão pública

2. Consolidar a legislação ambiental vigente, criando mecanismos para a criação de incentivos fiscais e isenção de impostos.

■ Articulação

3. Estabelecer parcerias nacionais e internacionais para desenvolver ações estratégicas que viabilizem o fomento de projetos de desenvolvimento sustentável.

● Instrumentos para captar recursos por meio de gestão participativa

■ Comunicação

1. Promover campanhas permanentes de mobilização popular, utilizando todas as ferramentas de comunicação disponíveis, além das audiências públicas, para tratar dos assuntos do município.

■ Planejamento

2. Promover a gestão participativa e inclusiva dos recursos captados.

■ Projetos

3. Captar recursos externos para os projetos de desenvolvimento sustentável no município.

● Formação de um banco de projetos

■ Capacitação

1. Capacitar pessoal para elaborar projetos, identificando possíveis origens de recursos e parceiros.

■ Planejamento

2. Criar um banco de projetos municipal, desenvolvendo um sistema de organização e comunicação para a sua execução.
3. Buscar auxílio dos Fundos Internacionais de Desenvolvimento para financiamento de projetos.
4. Com base na legislação existente (ambiental, econômica, comercial), incentivar a utilização dos recursos em projetos de pessoas físicas e/ou jurídicas.

■ Articulação

5. Criar agências de Bancos Populares para apoiar pequenos empreendedores físicos e/ou jurídicos (ex.: agricultores, manicures, pescadores, artesãos).

● Oportunidades de convênios

■ Articulação

1. Promover intercâmbios para desenvolver mecanismos de cooperação internacional.

■ Planejamento

2. Utilizar acordos e convênios oferecidos pelo governo federal, para desenvolver modelos de gestão pública.
3. Elaborar estratégias para captar recursos financeiros, nacionais e internacionais.

● Capacitação de mão de obra para incentivar a cooperação internacional

■ Capacitação

1. Promover a formação de profissionais para captação de recursos nacionais e internacionais.
2. Instalar centros de capacitação e pesquisa voltados para atender às necessidades locais.

■ Planejamento

3. Promover a cooperação internacional para o desenvolvimento de projetos socioambientais e educacionais profissionalizantes.

● Mecanismos financeiros de fortalecimento de políticas ambientais

■ Projetos

1. Elaborar projetos na área ambiental para atrair investimentos internacionais.

■ Planejamento

2. Criar uma “moeda verde” e um “selo verde” para estimular a participação da comunidade nas ações ambientais.
3. Criar dispositivos de monitoramento da aplicação da Lei Orgânica Municipal.

4. Levantar o perfil de empresas públicas e privadas que cumprem as normas ambientais vigentes.

■ Estudos técnicos

5. Elaborar estudos que identifiquem oportunidades de incentivar e monitorar a chegada de empresas ambientalmente sustentáveis ao município.

Possíveis parceiros

ABNT . Associação Comercial de Marica . Câmara Municipal . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Firjan . IBGE . ILTC . Inea . Ministérios (Relações Exteriores, Meio Ambiente, Fazenda, Planejamento) . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . SEA . Sebrae . Secretarias Estaduais (Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Planejamento e Gestão, Fazenda) . Secretarias Municipais (Meio Ambiente e Urbanização, Administração, Comunicação Social, Desenvolvimento Econômico, Planejamento, Casa Civil, Projetos Especiais) . Senai . Sindicatos . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . Ampla . Banco do Brasil . Banco Real Santander . BNDES . BVS&A . Caixa Econômica Federal . CNPq . Eletrobrás . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Finep . FMMA . Funbio . ICMS Verde . LOA . Ministérios (Cultura, Ciência e Tecnologia) . Pibic . Programa Petrobras Ambiental . Programa Petrobras Cultural.

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A participação, essencial em um processo de Agenda 21 Local, tem a função de aproximar o cidadão da gestão e das políticas públicas. Dessa maneira, ele conquista espaço, garante a elaboração de um planejamento que reflita as necessidades locais e acompanha sua implantação.

A mobilização social é parte importante do processo de fomento à participação. Ela acontece quando um grupo de indivíduos se reúne e decide agir para um bem comum. Fazer parte de um processo de mobilização é uma escolha que depende das pessoas se verem ou não como responsáveis e capazes de transformar sua realidade.

O desenvolvimento local depende do acesso a informações organizadas e disponibilizadas com transparência a todos os interessados. Para que possam participar efetivamente dos processos decisórios e influenciar as políticas locais, os cidadãos devem estar bem informados sobre os problemas, oportunidades e potenciais da região.

Embora haja uma quantidade considerável de dados produzidos, é preciso sistematizá-los e atualizá-los para que se transformem em informação útil para as populações e que sua divulgação seja ampla e democrática entre os diferentes segmentos sociais.

O desafio é promover formas de organizar, disponibilizar e divulgar as informações de modo integrado, coerente e acessível a todos, para que elas se tornem ferramentas eficazes de participação social.

Os participantes de Maricá apontaram vários cenários desfavoráveis à participação social, como a *precariedade da integração entre os diversos setores da sociedade e o pouco interesse da população em exercer o controle social*. Um dos possíveis motivos é o isolamento geográfico entre os vários distritos e bairros.

Outro aspecto que pode prejudicar a ampliação da participação social nas decisões locais diz respeito à *fragilidade da comunicação entre o poder público e a sociedade civil organizada*.

As audiências públicas são instrumentos que podem possibilitar o exercício do controle social da sociedade civil organizada, mas, para que cumpram seu papel a contento, devem ser mais divulgadas.

O grupo também ressaltou a *inatividade do Conselho de Agricultura Municipal (CAM), do Fundo Rural e do sindicato*.

Além disso, segundo eles, as atividades de planejamento e gestão são comprometidas pela falta de atualização dos *indicadores atribuídos ao município e pela pouca divulgação para a sociedade*.

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Mobilização social

■ Planejamento

1. Fortalecer os sistemas de controle social.
2. Convidar a comunidade a participar dos processos de tomada de decisões.
3. Promover a participação da sociedade em Fóruns e conferências.
4. Estimular a participação popular nos Conselhos Municipais.

■ Comunicação

5. Divulgar audiências públicas, com antecedência, através de veículos de comunicação.

● Aplicabilidade das informações estratégicas

■ Articulação

1. Criar parcerias para gerar, concentrar e difundir conhecimento específico sobre o município.
2. Estabelecer parcerias com órgãos institucionais de pesquisa (IBGE, FGV, Ibm) para a análise dos dados coletados.

■ Planejamento

3. Construir um banco de dados que sustente as decisões estratégicas locais.
4. Coletar e classificar os dados das Secretarias Municipais e dos demais órgãos (estaduais e federais), promovendo uma visão integrada dessas informações.
5. Realizar campanhas periódicas de estímulo ao cumprimento das leis municipais, estaduais e federais.

■ Comunicação

6. Divulgar as informações sobre os indicadores do município para a comunidade, através dos veículos de comunicação.

7. Divulgar as ações desenvolvidas pelas Secretarias Municipais.

8. Disponibilizar relatórios periódicos, estatísticos e financeiros, das ações oriundas das Secretarias Municipais.

● Comunicação entre o poder público e a sociedade

■ Comunicação

1. Promover ciclos de debate e seminários para os Conselhos Municipais, visando à interação com a comunidade e à troca de conhecimentos.
2. Divulgar os resultados das ações promovidas pela Agenda 21 Local junto ao poder público e aos demais setores da sociedade.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . CNM . Conleste . Conselhos Municipais (Educação, Ambiente) . Crea . Cremerj . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . FGV . Firjan . Ibm . IBGE . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretarias Municipais (Administração, Agricultura e Pesca, Assistência Social, Assuntos Federativos, Comunicação Social, Desenvolvimento Econômico, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Esportes, Gestão de Metas, Obras, Planejamento, Saúde, Segurança, Trabalho, Fazenda, Transporte, Turismo e Lazer, Controle Interno, Articulação Política, Casa Civil, Projetos Especiais, Coordenação das Subprefeituras, Meio Ambiente e Urbanização) . Senac . Senai . Sesc . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . Banco do Brasil . BVS&A . Caixa Econômica Federal . Empresas associadas ao Comperj . Finep . FNMA . Funbio . Fundação Roberto Marinho . LOA.

GESTÃO AMBIENTAL

Nos últimos anos, os municípios brasileiros vêm assumindo um papel cada vez mais efetivo na gestão das políticas públicas, dentre elas a política ambiental. Desde 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) define o papel do poder local dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, transformou o município em ente autônomo da federação e lhe facultou o poder de legislar suplementarmente sobre a política ambiental, em especial sobre questões de interesse local.

Gestão é o ato de administrar, ou seja, usar um conjunto de princípios, normas e funções para obter os resultados desejados. A gestão ambiental de um território deve cuidar para que este não se deteriore, conservando as características que se deseja e aprimorando aquelas que necessitam de melhoria. Para isto, é preciso conscientizar e capacitar administradores e funcionários para que possam desempenhar seu papel, suas responsabilidades e atribuições.

Uma gestão participativa, como pede a Agenda 21, entende que poder local não é apenas a Prefeitura, mas o conjunto de poderes instituídos, a sociedade civil organizada, outras esferas sociais, o poder público estadual e federal e as relações que estabelecem entre si. Uma boa gestão ambiental depende do bom funcionamento deste conjunto e tem como atribuições cuidar das áreas importantes para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos.

Em Maricá, a ausência de políticas públicas *voltadas para o meio ambiente* contribui para a *falta de conscientização da população sobre a qualidade de vida no município*. Segundo os participantes do Fórum, o município vem experimentando um *crescimento insustentável* em diversas atividades que geram *impacto ambiental, social e econômico*.

Além disso, as iniciativas que visam ao *desenvolvimento sustentável* são prejudicadas pela *pouca participação das entidades públicas e particulares nos encontros nacionais e internacionais promovidos sobre o tema*.

O grupo reconhece que existem *vários Conselhos Municipais e Comunitários*, mas afirma que a *fiscalização ambiental é insuficiente*. Uma exceção é a *Vigilância Sanitária, considerada atuante, ainda que deficitária*.

A *possibilidade de a poluição local aumentar com a vinda de novos empreendimentos, como o Comperj, é motivo de preocupação* para os moradores, principalmente em função da *carência de efetivos nos órgãos fiscalizadores ambientais*.

A população, em sua grande maioria, desconhece *as alterações sofridas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei do Uso do Solo, que são pouco divulgadas*.

Da mesma forma, é *deficiente a divulgação sobre as ações relativas ao meio ambiente e desenvolvimento.*

As ações e critérios previstos nos acordos de cooperação internacional para utilização futura no município de Maricá também são desconhecidos, assim como os instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais.

O grupo ainda se queixa da *falta de compromisso ambiental das indústrias e do comércio locais e o não cumprimento das normas relativas ao descarte dos resíduos gerados por estas atividades.*

Entretanto, vê como oportunidade *possíveis parcerias que tirem proveito da experiência de outras organizações sociais, especialmente as entidades internacionais, e que envolvam também os atores locais.*

Os participantes do Fórum veem com bons olhos a *presença da Secretaria Municipal de Ambiente, a Criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, a Diretoria de Segurança Ambiental, o Conselho Comunitário de Segurança de Maricá e o Instituto de Segurança Pública.*

O grupo se preocupa com a forma como são tratados os *assuntos de caráter ambiental no município, como a navegação na Lagoa de Maricá, ainda não resolvida.* Além disso, a *falta de divulgação das questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, nos moldes da Agenda 21 Local, intensifica o receio de que as políticas públicas não sejam fomentadas.*

Como possibilidades, o grupo destaca a *Agenda 21 Comperj, os recursos naturais e humanos do município, as ONGs, o Fórum de Políticas Públicas, os Conselhos Comunitários, os sindicatos e as organizações da sociedade civil.*

PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

● Gestão ambiental para a Agenda 21

■ Articulação

1. Articular a sociedade para desenvolver um modelo de gestão ambiental participativo.
2. Promover a participação da comunidade na tomada de decisões.
3. Elaborar estratégias que estimulem o financiamento privado para a execução de ações previstas pelo Fórum da Agenda 21 Local.

■ Gestão pública

4. Fornecer recursos financeiros para viabilizar os projetos e ações promovidos pelo Fórum da Agenda 21 Local.

■ Capacitação

5. Formar agentes multiplicadores para desenvolver mecanismos de gestão participativa.
6. Capacitar, continuamente, as lideranças locais.
7. Promover seminários sobre metodologias e implementação da Agenda 21 Local.

■ Planejamento

8. Acompanhar os resultados e compromissos assumidos pelo Fórum da Agenda 21 Local.

● Gestão ambiental em políticas públicas municipais

■ Gestão pública

1. Cobrar maior comprometimento em relação à elaboração de políticas públicas ambientais, por meio de um modelo de gestão participativa.

■ Fiscalização

2. Cobrar mais fiscalização dos órgãos ambientais em relação aos impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes do crescimento desordenado do município.

3. Buscar o controle contínuo das ações poluidoras das empresas existentes na região.

● Fiscalização nas áreas temáticas que compõem a gestão ambiental

■ Gestão pública

1. Integrar as atividades dos órgãos ambientais (municipal, estadual e federal) para fiscalizar os impactos decorrentes da instalação do Comperj.
2. Ampliar o quadro efetivo de técnicos nas Secretarias Municipais, mediante a realização de concursos públicos.

■ Infraestrutura

3. Cobrar infraestrutura adequada para que os técnicos das Secretarias Municipais possam executar suas atividades.

● Gestão ambiental em informação

■ Gestão pública

1. Apropriar-se das informações disponíveis sobre gestão ambiental (legislação do município, informação científica, ações de cooperação internacional, mecanismos jurídicos internacionais).

■ Infraestrutura

2. Criar um banco de dados com informações ambientais do município.

■ Comunicação

3. Divulgar as ações relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.
4. Divulgar a aplicação dos recursos provenientes das Secretarias Municipais.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Escolas . Ibama . IBGE . ICMBio . Inea . Instituto Transparência Brasil . Ministério do Meio Ambiente . MP . ONGs . Prefeitura Municipal . Rebal . SEA . Secretarias Municipais (Administração, Agricultura e Pesca, Assistência Social, Assuntos Federativos, Comunicação Social, Desenvolvimento Econômico, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Esportes, Gestão de Metas, Obras, Planejamento, Saúde, Segurança, Trabalho, Fazenda, Transporte, Turismo e

Lazer, Controle Interno, Articulação Política, Casa Civil, Projetos Especiais, Coordenação das Subprefeituras, Meio Ambiente e Urbanismo) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . BVS&tA . CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . FNMA . Funbio . Fundação Roberto Marinho . ICMS Verde . LOA . Pibic.

AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO

Com base na avaliação de todas as questões levantadas e discutidas com os representantes da Agenda 21 dos municípios localizados na área de influência do Comperj, a Petrobras desenvolveu diversos planos e programas para a região, tanto de medidas compensatórias quanto de responsabilidade ambiental e social, para minimizar eventuais impactos causados pelo empreendimento.

Programas ambientais

■ Monitoramento dos corpos hídricos superficiais e sedimentos

Acompanhar a evolução da qualidade das águas dos rios Macacu e Caceribú, verificando alterações nas características e na qualidade das águas. Essa iniciativa dará origem a um banco de dados que orientará o monitoramento da água em fases futuras do empreendimento, assegurando que não haja degradação de corpos hídricos pelas atividades do Complexo.

■ Monitoramento das águas subterrâneas

Monitorar as variações e interferências na quantidade e qualidade das águas subterrâneas durante a realização das obras de infraestrutura de urbanização do Comperj.

■ Monitoramento dos efluentes líquidos

Monitorar os efluentes líquidos gerados pelas obras na fase de infraestrutura de urbanização e verificar se o tratamento de efluentes é realizado de forma adequada, não só em consonância com as leis pertinentes, mas também em relação aos parâmetros básicos necessários para sua reutilização.

■ Monitoramento de emissões atmosféricas e da qualidade do ar

Monitorar o teor de gases e particulados a serem gerados durante a fase de infraestrutura de urbanização e dar continuidade ao programa de monitoramento da qualidade do ar, iniciado na fase de licenciamento prévio.

■ Monitoramento de manguezais da APA de Guapimirim e Esec da Guanabara

Diagnosticar e monitorar as principais características nas áreas de florestas de mangue da APA de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara.

■ Monitoramento da biota aquática

Caracterizar e monitorar possíveis alterações do ecossistema aquático, tanto fluvial quanto marinho, a partir de informações sobre seres vivos e condições do ambiente na fase de terraplanagem do Comperj.

■ Monitoramento da biota terrestre

Realizar o levantamento e monitoramento da composição da fauna terrestre da área de influência direta do Comperj.

■ Revegetação e apoio ao desenvolvimento, divulgação e implantação de práticas agroflorestais sustentáveis

Promover atividades de reflorestamento que contribuam para a recuperação e manutenção da biodiversidade dos ecossistemas das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribú.

■ Fortalecimento das atividades de licenciamento e fiscalização ambiental de Itaboraí

Prover subsídios para que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Itaboraí possa cumprir as condições para celebração de convênio com o governo do Estado do Rio de Janeiro que visa à descentralização do licenciamento ambiental.

■ Apoio ao Parque Municipal Paleontológico de São José de Itaboraí

Apoiar a implantação de infraestrutura do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, contribuindo para que ele se torne referência enquanto espaço de pesquisa, educação patrimonial-ambiental e entretenimento para a comunidade do entorno.

Projetos sociais

■ Educação Ambiental

O objetivo do programa de Educação Ambiental é desenvolver ações nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, visando capacitar diversos setores da sociedade para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.

■ Comunicação social

O programa de Comunicação Social do Comperj visa difundir e monitorar continuamente as informações sobre a implantação do empreendimento, informando riscos, situações específicas e evitando criar expectativas irreais entre os diversos públicos de interesse envolvidos.

■ Centro de Integração do Comperj

O local foi planejado para permitir a qualificação de mão de obra e o desenvolvimento das vocações locais nos municípios de influência do empreendimento. O objetivo é promover o desenvolvimento socioeconômico por meio da capacitação de micro e pequenas empresas da região, de forma a diminuir o impacto gerado pela mobilização e desmobilização de mão de obra em virtude das fases de construção e montagem do Comperj.

■ Centro de Informações do Comperj

O Centro de Informações do Comperj tem por missão coletar, sistematizar e disponibilizar dados e informações socioeconômicos e ambientais georreferenciados sobre os municípios membros do Conleste.

■ Apoio e cooperação às políticas públicas para adequação dos serviços públicos locais

O objetivo deste plano é apoiar as administrações públicas municipais e incentivar a articulação dos diversos agentes públicos e privados atuantes na região, de modo a adequar a estrutura dos serviços públicos regionais às demandas oriundas da implantação do Comperj.

■ Capacitação de fornecedores e serviços locais para gestão de resíduos sólidos e insumos para obras

O objetivo deste plano é capacitar e apoiar os municípios da região do Comperj para disposição final de resíduos sólidos, assim como qualificar os fornecedores locais para suprimento de areia, em virtude das obras de urbanização.

■ Monitoramento da evolução demográfica e das demandas por serviços públicos

O objetivo do plano é acompanhar impactos socioeconômicos e ambientais provocados pelo aumento da população e da demanda dos serviços públicos, disponibilizando informações que permitam o planejamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

■ Valorização da cultura local

O objetivo geral deste programa é apoiar iniciativas para a valorização do patrimônio cultural material e imaterial dos municípios na região do Comperj, em alinhamento à Política de Responsabilidade Social da Petrobras.

■ Acompanhamento epidemiológico

Acompanhamento analítico da evolução de enfermidades e agravos na área de abrangência do Comperj – com foco nos municípios de Itaboraí, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, São Gonçalo e Guaxindiba –, contribuindo para quantificar e informar possíveis mudanças no comportamento epidemiológico no decorrer do processo de implantação do Complexo.

■ Atitude sustentável

O projeto, desenvolvido no parque ambiental Praia das Pedrinhas, em São Gonçalo, visa oferecer atividades esportivas e culturais, em sua maioria a crianças e adolescentes. O projeto traz ainda benefícios ao meio ambiente, já que a água que abastece o lago artificial (piscinão) é captada por uma balsa localizada na Baía de Guanabara e tratada com fins de purificação, tornando-se própria para o banho.

■ Mova-Brasil

O objetivo do projeto é promover a dignidade humana por meio da alfabetização de jovens e adultos, utilizando a metodologia criada por Paulo Freire.

■ Convivência Positiva

Visa fortalecer a autoestima e os vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes com HIV e AIDS, por meio de atividades socioeducativas.

■ Reciclando Vidas

Contribui para a inclusão social e o desenvolvimento humano e econômico da comunidade de catadores de resíduos de Itaoca.

■ Agricultura Familiar Periurbana

O objetivo do projeto é ampliar as oportunidades de ocupação socioeconômica e de geração de renda para os agricultores familiares periurbanos de Nova Iguaçu, Queimados, Magé e Rio de Janeiro.

■ Matrizes que Fazem

Tem como objetivo a qualificação profissional de jovens de São Gonçalo, por meio de oficinas de corte e costura, cerâmica, artesanato, entre outras.

■ Projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável)

Visa promover a empregabilidade e o aumento de renda de agricultores familiares, por meio da inserção de técnicas de produção agrícola, dispensando o uso de adubos químicos e agrotóxicos.

■ Projeto CataSonhos

O projeto tem como principal objetivo fortalecer a rede de catadores da região e suas atividades de coleta e comercialização de material reciclável e de óleo vegetal usado.

GLOSSÁRIO / SIGLAS

Abav – Associação Brasileira de Agências de Viagens	CIID – Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento
Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	CIIE – Centro de Integração Empresa Escola
Abrae – Associação Brasileira de Assistência ao Excepcional	CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
Abratur – Associação Brasileira de Turismo Rural	CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	Coapi-Rio – Cooperativa de Apicultores do RJ
Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	COB – Comitê Olímpico Brasileiro
Apherj – Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Estado do Rio de Janeiro	Codin – Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos
Asdi – Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Commads – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	Conade – Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência
BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico Social	Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
BVS&A – Bolsa de Valores Sociais e Ambientais	Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	COREN – Conselho Regional de Enfermagem
CBB – Confederação Brasileira de Basquete	Crea – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Cbratur – Congresso Brasileiro da Atividade Turística	CRM – Conselho Regional de Medicina
CBV – Confederação Brasileira de Voleibol	CRT – Concessionária Rio-Teresópolis
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas	CT-Energ – Fundo Setorial de Energia
Cedae – Companhia Estadual de Água e Esgoto	CT-Hidro – Fundo Setorial de Recursos Hídricos
Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	CT-Infra – Fundo Setorial de Infraestrutura
Cenpes – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello	CT-Transporte – Fundo Setorial de Transportes Terrestres
	DER – Departamento de Estradas de Rodagem

Detran – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro	FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Detro – Departamento de Transportes Rodoviários	FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente
Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos	Frida – Fundo Regional para a Inovação Digital na América Latina e Caribe
Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	Funama – Fundação Nacional do Meio Ambiente
DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento	Funbio – Fundo Brasileiro para Biodiversidade
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	Fundescab – Fundo de Desenvolvimento
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
Faetec – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro	Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador	ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Febracoop – Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio de Janeiro	Idec – Instituto de Defesa do Consumidor
Fecam – Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano	Ieca – Instituto de Estudos Científicos Ambientais
Fenape – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos	Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Fetranspor – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro	Inea – Instituto Estadual do Ambiente
FGV – Fundação Getulio Vargas	Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
Finep – Financiadora de Estudos e Projetos	Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz	ISP – Instituto de Segurança Pública
Fiperj – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	Iterj – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro	MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
	MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
	MEC – Ministério da Educação e Cultura
	OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
	Pais – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
	Parnaso – Parque Nacional da Serra dos Órgãos

PDA – Programa de Desenvolvimento Ambiental

Pesagro – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

Procon – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor

Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo

Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Rebal – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor

Saae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Sesc – Serviço Social do Comércio

Sesi – Serviço Social da Indústria

Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil

Suipa – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais

SUS – Sistema Único de Saúde

TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil

WWF – World Wildlife Fund for Nature

PDA – Programa de Desenvolvimento Ambiental

Pesagro – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo

Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Procon – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor

Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Rebal – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor

Saae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Sesc – Serviço Social do Comércio

Sesi – Serviço Social da Indústria

Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil

Suipa – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais

SUS – Sistema Único de Saúde

TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Unenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil

WWF – World Wildlife Fund for Nature

PARTICIPANTES

Primeiro Setor

- Alessandro Andrade de Souza - Prefeitura Municipal de Maricá
- Amália da Silva - Programa Hanseníase
- Ana Cláudia R. da Silva - Escola Municipal Joaquim E. dos Santos
- Antonio Vieira Filho - Prefeitura Municipal de Maricá
- Bernadete Bento - Prefeitura Municipal de Maricá
- Carlos Domingos - UFRRJ
- Dannel Ferreira Vieira - Prefeitura Municipal de Maricá
- Débora Faria Andrade - Prefeitura Municipal de Maricá
- Elizabeth J. Souza Barros - Colégio Municipal Joana Benedita Rangel
- Élson Ribeiro dos Santos - Secretaria Municipal de Turismo, Lazer, Indústria e Comércio
- Fabio Mendes Moraleida - Defesa Civil
- Felipe V. Kalmar - Superintendência de Agricultura, Pecuária e Pesca
- Francine Santos de Oliveira - Prefeitura Municipal de Maricá
- Gilson Ribeiro dos Santos - Prefeitura Municipal de Maricá
- Gisele Pequeno - Prefeitura Municipal de Maricá
- Hermes P. da S. Filho - Prefeitura Municipal de Maricá
- Laura Maria Vieira da Costa - Secretaria Municipal de Saúde
- Luciana Andrade Vianna - Prefeitura Municipal de Maricá
- Luciana Gramião Muniz - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Família e do Trabalho
- Lucio dos Santos Oliveira - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
- Luiz Carlos Pereira Pinto - Guarda Municipal
- Manoel Luiz Gomes M. da Rocha - Cedae
- Manoel Ramos Moura - Prefeitura Municipal de Maricá
- Marcus Lacerda - Escola Estadual Elisiário Matta
- Mario Flavio Moreira - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Mayka Iva Marques Fiore - Prefeitura Municipal de Maricá
- Paulo Sergio Lima Imbrosio - Prefeitura Municipal de Maricá
- Renato Miethe de Aquino - Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
- Sebastião Rodrigues Neves - Guarda Municipal
- Sorafa José Werneck - Coordenadoria de Juventude
- Sylvia Rosane Villar Trindade - Cedae
- Tiago Ferreira Rangel - Prefeitura Municipal de Maricá
- Vinicius Moro da Mata - Prefeitura Municipal de Maricá
- Walter Guedes de Almeida - Prefeitura Municipal de Maricá
- Zuleika G. Conceição - Secretaria Municipal de Educação

Segundo Setor

- Adriana Domingues
- Alan Pinheiro Machech - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Alessandro Leite Alexandre - Rottary Club
- Amanda Braga de Menezes - Instituto Batista de Educação e Cultura

- Ana Claudia de Souza
- Anderson Couto - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Antonio Luiz Cavalcanti de Albuquerque - Pedra do Silvado Imobiliária
- Antonio Sérgio Carneiro - Concrecomperj
- Aristides Maffer da Rocha Bastos - Tiso Rue Biquíni
- Arnaldo de Castro Filho - Condomínio Pedra Verde
- Augusto Furtado - Connection Town
- Ayr Monteiro dos Santos
- Brígida Rosa Araújo - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Carlos Felipe Catorza da Silva Santos - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Charley Werneck - Informar Copiadora
- Claudia Costa - Caixa Econômica Federal
- Cláudio do Nascimento Caetano - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Claudio Ramos
- Cristiano da Rosa Gonçalves - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Danyel Prado
- Diego Azevedo Fernandes - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Diego Graça Mendes
- Edeilson Soares F. de Souza - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Ednéa Motta - Associação Comercial de Maricá
- Edson Cabral - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Eduardo da Silva Góes - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Eduardo Ferreira Alfradique - Macomar Material de Construção
- Egberto Farias de Lemos - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Elaine Rodrigues Correa - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Elizete Tomazine do Prado
- Eloá Mendes - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Enrique René Beauxis Reyes - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Érica dos Santos Menezes - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Ezequiel Corrêa Rui - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Filipe da Costa Santos - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Filipe Ribeiro Mendes - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Francisco Gonçalves Alves
- Gabriel de Assis Ferreira - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Gabriel Volino
- Gabriele Savazi - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Gerson Inácio da Silva Filho - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Gilza Maria Santos Abritta Rodrigues - Associação Empresarial e de Serviços de Itaipuaçu e Inoã (Assesi)
- Gizela Barbosa de Souza
- Ismael Taveira de Lima - Admark Produções
- Jailson Delaroli - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Jéssica Cassuce da Costa - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Jorge Gonzaga
- Jorge M. R. Monteiro
- Jorge Monteiro - Rottary Club
- Jorge Nazareno Factorine - Mister Mônaco Agropecuária Ltda
- José Antonio Assaf - Chevar Comércio de Móveis

- José Roberto dos Santos
- Karoline Pinto da Rocha - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Karoline Rosa de Aquino - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Laís Curvelo Oliveira - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Leonardo Braz Martins - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Leonardo da Costa Rego - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Letícia Santiago Veja - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Luanna Rodrigues Santos - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Lucas M. Costa Batista - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Luciézio de Almeida Melo - Associação Comercial de Maricá
- Luiz Antonio Silva
- Luiz Augusto Rodrigues - Wizzard Idiomas
- Marcelo Antunes - Globotec Construtora
- Márcio Costa da Silva - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Márcio José Pereira Azevedo - Associação Atlética Banco do Brasil
- Marco Antonio Vieira Pinto
- Marcos Barbosa Júnior - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Maria Bárbara Gomes da Silveira - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Mariana da Silva Andrade - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Mariza Soares
- Marlene Pinheiro Cardoso
- Marlus Mendonça Silva Araujo
- Martha Locks - Tapiti Videos
- Mirian Leite da Silveira - Associação Empresarial e de Serviços de Itaipuaçu e Inoã (Assesi)
- Mônica Fialho Santiago
- Mônica Lima - Sacolão Sandro Lima
- Ney Terêncio Prado Ferreira
- Oscar Abritta Rodrigues - Associação Empresarial e de Serviços de Itaipuaçu e Inoã (Assesi)
- Patrícia dos Reis Villela Rêgo - Lartur Turismo
- Paola Figueiredo Silva Gomes - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Paulo Maranhão - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Paulo Maurício da Silva Gomes - Associação Comercial de Maricá
- Pedro Araújo Prado - Zarda Eventos
- Rademar Basante de Sá
- Rafael Ferreira Furtado de Freitas - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Roberta Righetti Xavier de Oliveira - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Roberto Carlos da Fonseca - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Roberto Fialho
- Robson de Oliveira Ribeiro - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Romecil da Silva Costa - Roma Produtos Médicos e Hospitalares
- Ronaldo Bittencourt
- Rosângela Mendes de Azevedo - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Rosangela Zidan
- Rosinéia Tereza de Carvalho Costa - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Samuel de Assis - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Sérgio Luiz Gomes Martins - Villano Roupas Masculina

- Sirlan Alexandre Ribeiro Corrêa - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Sônia Maria Dias da Silva
- Sorafá José Werneck - Informar Computadores
- Stéphanie Pereira da Silva - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Tânia Volino
- Terencio Prado Ferreira
- Thays Lemos da Silva - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Tomaz A. Albuquerque Negrão - Alcon Construtora
- Valéria Assaf - Chevar Comércio de Móveis
- Valter Akira Honda
- Vanderlei Medeiros de Oliveira - Caixa Econômica Federal
- Vera Lúcia Prado
- Vera Vieira
- Walter Luiz Sholl Pinheiro - Caixa Econômica Federal
- William Fernandes de Moraes Filho - Revista Corujinha

Terceiro Setor

- Andreia Santiago
- Barbara Beatriz da Silva - ONG Feliz Cidade
- Carlos Luiz Ribeiro - Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação
- Catarine Monnerat - Organização Feliz Cidade
- Daisy Jeninnigs Borborema Porto - Grupo de Artistas de Maricá (GAM)
- Edison Munhoz Filho - Sindipetro
- Eduardo da Hora - Jepp Club Maricá
- Felipe Ribeiro
- Geórgia Oliveira - Sindicato dos Professores do Município de Maricá
- João Ferreira - Associação Médica de Maricá (AMM)
- João Madeira

- Karina Pinheiro - ONG Iluminar
- Luciano Vasconcelos dos Santos - Sindicato dos Professores de Maricá
- Maria de Fátima M. Mano - Sindicato dos Professores de Maricá
- Maria José G. Dalto - Grupo de Artistas de Maricá (GAM)
- Mariana Costa
- Milena de Almeida - Instituto Zofia de Proteção Animal e Preservação Ambiental
- Mônica Portella Lima
- Pastor Gilberto P. Corrêa - Primeira Igreja Batista de Maricá
- Paulo R. G. Cova
- Paulo Roberto Rodrigues - ONG Verde é Vida
- Ricardo Valente Soares - Igreja Evangélica Congregacional
- Rodrigo Façanha
- Rosa Maria Santos - ONG Vida Nova
- Sandro Lima
- Sergio Henrique - Grupo de Artistas de Maricá (GAM)
- Shirley Aguiar Vieira - Associação dos Professores do Município de Maricá
- Tatiana Costa
- Vanderlina Xavier Moreira - Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação

Comunidade

- Adaury Silva Ferreira
- Adilson Manuel da Costa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Adilson Pereira da Silva - Associação dos Moradores de Araçatiba (Amar)
- Adriana Marins de Oliveira - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)

- Adriana Teixeira Magalhães - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Adriano dos Anjos Marins
- Adriano Marins Figueiredo - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Agnaldo Menezes de Souza - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Aldalea L. de Marins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Alexander Oliveira da Mota
- Alexandre de Oliveira Antônio - Associação das Escolas de Samba de Maricá
- Alexandre de Souza Marques - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Alípio da Costa Marques
- Almir Luiz da Costa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Altair Anjos Marins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Alzinéia Pinheiro da Rocha - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Ana Cristina Chaves do Amaral
- Ana Dutra
- Anderson Luiz Souza Marques
- André dos Anjos Marins
- Andressa B. Correa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Antônia Macário
- Antônio Cândido da Costa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Antônio Renato de Oliveira Nobre - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Arceni Cedelina Marins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Arilda Ferreira da Silva Costa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Arino José de Marins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Armando Marins da Rosa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Barbara Correa Novaes Florêncio
- Camila Figueiredo P. Gonçalves
- Carlota C. L. Carvalho
- Carluz Henrique Sarmiento da Cruz
- Cláudia Cristina Brandão Amado - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Cleber Barbosa Chaves
- Clélio da Costa Rocha - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Clézio Jorge Soares - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Cristina Maria de Araujo Figueiredo - Associação de Moradores e Amigos de Ponte Preta e Jardim Interlagos (Amaponte)
- Dalva de Vieira de Marins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Daniele da Costa Marins dos Santos - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Daviran Magalhães Silva - Associação de Moradores de Ponta Grossa

- Denise Marins de Oliveira - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Dilce da Costa Marins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Dilma Maria da Costa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Dilson Francisco Correa
- Diogo Reis Carvalho - Grêmio 11 de Agosto
- Divina de Oliveira
- Dulcenéia Peixoto Faria
- Edanilson Elizeu Marques - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Edgar de Souza Carvalho
- Ediléia Corrêa Novaes Florêncio
- Edison Elizeu Marques
- Eduardo Bitencourt Gomes - Associação de Moradores Bairro Chácaras de Inoã
- Eduardo Silva da Souza - Associação de Moradores do Marquês de Maricá (Ammarq)
- Elezio Baptista - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Elias Ferreira da Fonseca - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Elir Francisco Correa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Enio Marques - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Eremy Luiz da Silva
- Erika F.A Porto Cornejo - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Evangelista Pereira da Silva - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Everton Marins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Fabíola Mônica da Câmara Diniz Gonçalves - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Fernando Pinheiro Ferreira
- Flavia Lanari Coelho - Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá (Apalma)
- Florianara da Costa Marins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Francisco das Chagas da Costa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Gerardo Barcelos Dias
- Gilcéa Ferreira de Paula - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Haroldo da Rocha Marins
- Heitor Giuliano Estevez Alvarez
- Heitor Luoz de Menezes Filho
- Hèlio Marcos Ferreira Silva - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Igor Marins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Ilaleb Raldon Soarin
- India Clara de Medeiros - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Irineu Francisco da Silva Filho - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Isa Margarida Costa Carneiro
- Ivan Passos de Sanz
- Izidro Paes Leme Arthou - Conselho Comunitário de Segurança Pública
- Jacques Alexandre da Silva e Silva
- João Adilson Santos

- Anderson Luiz Souza Marques
- Jonatas Santos da Silva - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Jorge Teles da Rocha
- Jorgelino Ricardo da Costa - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- José Carlos da Silva - Associação do Costa Verde, Morada das Águias e Rincão Mimoso (Amcomar)
- José Roberto Vieira Queiroz - Associação dos Moradores de Araçatiba (Amar)
- Josival de Moura
- Juan Cornejo Filho - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Juarez Francisco Corrêa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Júlio César C. Lopes - Instituto Batista de Educação e Cultura
- Julyana Avila
- Juraci Salquini - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Leilah Mariath Gomes - Associação dos Moradores e Amigos de Ponta Negra (Amapon)
- Leonardo Aguiar
- Lindomar de Souza Carvalho
- Lucélio de Moura Costa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Luciano Azevedo de Almeida - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Lucileia Trindade Faria
- Luiz Carlos dos Santos
- Luiz Passos
- Magno Nazareth de Paua - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Marcelle Castro da Conceição Almeida - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Marcelo de Souza Carneiro
- Marcia Benevides Leal - Sociedade dos Amigos das Praias e Lagoas de Maricá (Saplam)
- Márcia Pimenta
- Marcos Sena Martins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Margareth Coutinho Alves
- Maria da Conceição Costa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Maria da Conceição Michiyo Koide - Associação dos Proprietários do Condado (Apac)
- Maria da Concenição Marques Porto e Santos
- Maria da Penha Oliveira da Mota
- Maria da Silva
- Maria José Rezende Conceição - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Maria Luiza da Costa - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Mariana Costa Caruso e Silva
- Mário César Gigante
- Marlene Santos Barrozo
- Moses Tomaz Ribeiro - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Naira Regina Cupello de Oliveira Ferreira Silva - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Nilson José de Marins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Nilton de Souza Moraes

- Paulo Manoel Pereira de Araujo - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Paulo Roberto Alves de Oliveira
- Penha Maria Rodrigues - Conscientização no Trato de Animais Domésticos de Maricá (CTADM)
- Renault Lindenberg dos Santos - Associação de Moradores de Morada das Águias (Amorada)
- Richard Alter Seal
- Richele de Menezes A. Penna - Associação de Moradores e Amigos do Recanto de Itaipuaçu (Amari)
- Roberto José de Marins
- Rogério Marins da Rosa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Romildo Santana Florencio
- Ronaldo da Silva Marins
- Rozimere Adelina Marins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Sandro Ferreira de Lima - Associação de Moradores de Flamengo
- Sergio Rosa
- Sharlene de Souza Moura
- Sheila Cupello de Oliveira
- Sheila Pereira
- Sonia Fodaro - Associação de Moradores do Marquês de Maricá (Ammarq)
- Sueli José de Marins
- Therezinha Ramos de Abreu - Associação dos Moradores e Amigos de Ponta Negra (Amapon)
- Tiago Marins - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Ursula Isabel Dias Araújo
- Valciléia da Costa - Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (Acclapez)
- Valter de Souza - Associação do Costa Verde, Morada das Águias e Rincão Mimoso (Amcomar)
- Vera Lúcia dos Santos Braz - Cooperativa de Bordadeiras de Maricá
- Vera Lúcia Virapân Verdalin
- Vicente Raimundo da Silva - Associação do Costa Verde, Morada das Águias e Rincão Mimoso (Amcomar)
- Vilson Francisco Corrêa
- Washington Candido da Costa

PROJETO AGENDA 21 COMPERJ – CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Petrobras

Gerente de Relacionamento	Gilberto Puig Maldonado
Gerente de Relacionamento Corporativo	Carmen Andrea Ribeiro Vianna Santos
Coordenador da Agenda 21 Comperj	Ricardo Frosini de Barros Ferraz
Assessor (mobilização à construção coletiva)	Caroline Vieira Nogueira
Assessor (formalização à finalização)	Luiz Cesar Maciel do Nascimento
Encarregado de Logística	Paulo Brahim

Ministério do Meio Ambiente

Diretora do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental	Karla Monteiro Matos Geraldo Abreu
Assessor técnico (consolidação municipal)	Márcio Ranauro
Assessor técnico (consolidação municipal)	Luis Mauro Ferreira

Secretaria de Estado do Ambiente

Superintendente do Grupo Executivo do Programa Estadual da Agenda 21	Carlos Frederico Castello Branco
--	----------------------------------

Etapas mobilização da sociedade à formalização do Fórum

Instituto Ipanema

Coordenadora Geral	Ninon Machado de Faria Leme
Coordenadora Técnica	Maria de Lourdes Davies Freitas
Técnico	Eduardo Peralta Vila Nova de Lima
Técnico	Jaime Bastos Neto
Técnico	Mônica Engelbrecht Deluqui
Assistente Técnica (construção coletiva)	Cristiane Vieira Jaccoud do Carmo Azevedo
Assistente Técnica (construção coletiva)	Fernanda Leopardo
Assistente Técnico	Jorge Luiz Gonçalves Pinheiro
Assistente Técnico (construção coletiva)	Leonardo Fernandez Casado Barcellos
Assistente Técnico (construção coletiva)	Nilmar Vieira Magalhães
Assistente Técnica (construção coletiva)	Polita de Paula Gonçalves
Assistente Técnica	Priscila Amaro Lopes
Assistente de Apoio	Helena Maria de Souza Pereira

ISER

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Samyra Crespo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Dionei Brollo
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Técnica	Márcia Gama
Técnica	Patricia Kranz
Técnica (construção coletiva)	Ana Batista
Técnica (construção coletiva)	Renata Bernardes
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente Técnico/Financeiro	Hebert Lima
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira

Rodaviva

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Cláudia Jurema Macedo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Rozender Smaniotto
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Coordenador Regional	Vladimir Falcão
Técnica	Isabel Macedo
Técnico	Marcelo Arantes
Técnica (construção coletiva)	Tânia Jandira
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente Técnico	Hebert Lima
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Administração (construção coletiva)	Rosângela Ferrão
Tesoureiro	Jose Pedro Mendes
Suporte Técnico (construção coletiva)	Raimundo Nonato

ASA

Coordenador Geral	Roberto Rosa Olivella
Gerente do Projeto	Cláudia Passos Sant'Anna
Coordenador Técnico	Roberto Wagner Rocco
Coordenador de Campo (construção coletiva)	Leandro Quintão
Técnica	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Técnico	Thiago Albuquerque
Técnico	Flavio Vizeu Soares Bezerra
Técnico (construção coletiva)	Alex Bernal
Técnica (construção coletiva)	Christiane Nascimento Santos
Técnica (construção coletiva)	Gisele Renault
Técnica (construção coletiva)	Nathália Araújo e Silva
Técnica (construção coletiva)	Priscila Amaro Lopes
Técnica (construção coletiva)	Patricia Themoteo Teixeira
Técnica (construção coletiva)	Renata Villaça
Técnico (construção coletiva)	Thiago Vasquinho Siqueira
Assistente de Relatoria (construção coletiva)	Tatiana de Sá Ferreira
Apoio Administrativo	Heidi Marques

Consultorias:

Fundação José Pelúcio – Ladec / UFRJ (construção coletiva)	José Luiz de Santana Carvalho
ILTC (consolidação municipal)	Lucila Martínez Cáceres

Etapa de Finalização das Agendas

Consultorias:

Coordenadora Técnica	Patricia Kranz
Consultor	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Consultor	Thiago Ferreira de Albuquerque
Consultor	Mônica Engelbrecht Deluqui
Consultor	Roberto Rocco
Consultor	Leandro Quintão
Técnica	Maria Aparecida de Oliveira
Produção de vídeo	Wellington Gomes de Oliveira



maio 2011

www.agenda21marica.com.br